



# áltera

---

revista de antropologia

v. 1, n. 1, jul./dez. 2015

**PPGA**  
Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margareth de Fátima Formiga Diniz Melo

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Nóbrega

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Coordenador: Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça

**COMITÊ EDITORIAL**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelly Emanuely de Oliveira

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lara Santos de Amorim

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Reis Longhi

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Virgínia A. de A. Melo

**REVISÃO**

Ana Godoy

**PROJETO GRÁFICO**

Valmir Herbert Barbosa Gomes

Áltera Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 1, n. 1, jul./dez. 2015

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

revistaaltera@gmail.com

Áltera Revista de Antropologia – v. 1, n. 1 (jul./dez. 2015) – João Pessoa:  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFPB 2015

Revista Eletrônica de Antropologia/UFPB – Semestral – v. 1, n. 1, 2015

C. Editorial: OLIVEIRA, Kelly; AMORIM, Lara; LONGHI, Márcia; MELO, Rosa V.

**ISSN**

1. Antropologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. III. Título.

CDU 572

**CONSELHO EDITORIAL**

Adriana Fernandes (UFPB)  
Alexandra Barbosa (UFPB)  
Ednalva Maciel Neves (UFPB)  
Estevão Palitot (UFPB)  
Fabrício Possebom (UFPB)  
Flávia Pires (UFPB)  
João Mendonça (UFPB)  
Julie Cavignac (UFRN)  
Lady Selma Albernaz (UFPE)  
Mônica Franch (UFPB)  
Oswaldo Giovannini (UFPB)  
Silvana Nascimento (USP)  
Soraya Fleischer (UNB)

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM)  
Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)  
Antônio Carlos de Souza Lima (M. Nacional)  
Beatriz Caiuby Labate (CIESAS-México)  
Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)  
Carmem Rial (UFSC)  
Clarice Peixoto (UERJ)  
Cláudia Fonseca (UFRGS)  
Cornelia Eckert (UFRGS)  
Elisete Shwade (UFRN)  
Jane Beltrão (UFPA)  
João Pacheco (Museu Nacional)  
José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional)  
José Vega (Universidad de Holguín)  
Lea Freitas Perez (UFMG)  
Leila S. Jeolás (UEL)  
Lisabete Coradini (UFRN)  
Luis F. Dias Duarte (M. Nacional)  
Luis R. Cardoso de Oliveira (UnB)  
Mariza Veloso (UnB)  
Maya Mayblin (University of Alberdeen)  
Renato Athias (UFPE)  
Roberta Bivar Carneiro Campos (UFPE)  
Russel Parry Scott (UFPE)  
Sergio Carrara (UFRJ)

## SUMÁRIO

**Editorial** ..... 4

### Artigos

**PERTENCIMENTO FAMILIAR E HIERARQUIA DE CLASSE: Segredo, Ruptura e Desigualdade vistos pelas Narrativas de Adotados Brasileiros** ..... 9

*Claudia Fonseca*

**AS REARTICULAÇÕES DE SOCIABILIDADE DECORRENTES DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS** ..... 37

*Parry Scott*

*Mariama Vicente*

*Leonardo Nóbrega*

*Rafael Acioly*

**AS CIÊNCIAS SOCIAIS A PARTIR DAS MARGENS** ..... 56

*Otávio Velho*

**APROPRIAÇÕES DOS ESTUDOS SOBRE CIDADE PELA PERSPECTIVA DE UMA ANTROPOLOGIA DO TRABALHO** ..... 66

*José Sérgio Leite Lopes*

**A QUESTÃO DO PODER NA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA** ..... 82

*Leonardo Sá*

**A COPA DO POVO E O VALE DO LÍRIO: duas experiências sob o olhar etnográfico “de perto e de dentro”** ..... 112

*José Guilherme Cantor Magnani*

**“ALTERA PARTE”: exotismo, estereótipos e assimetrias** ..... 144

*Antonio Motta*

## EDITORIAL

É com alegria que inauguramos o primeiro volume da *Áltera* – Revista de Antropologia do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), após 12 meses de gestação. A trajetória de trabalho e aprendizado só foi possível graças ao apoio de parceiros como o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPB) e o Centro de Ciências, História, Letras e Artes (CCHLA/UFPB).

A *Áltera* é resultado de um processo de amadurecimento que teve início ainda na primeira gestão do PPGA, em 2011. Na época, já tínhamos a convicção de que o Programa deveria investir em sua própria revista. Desejávamos um periódico que nos representasse e que dialogasse com os diversos campos da antropologia clássica e contemporânea. Diante de outras demandas impostas pela consolidação de um programa de pós-graduação, nos vimos obrigados a adiar, temporariamente, o projeto. Mas a semente foi lançada e, após vivenciarmos discussões coletivas que versavam sobre a escolha do nome da revista e, indiretamente, sobre a identidade do Programa, entendemos que somos múltiplos, oriundos de cidades e programas variados e formados por linhagens teóricas diversas. Agora, já na terceira gestão do PPGA, quando finalmente nos sentimos preparados para iniciar a construção de uma revista de antropologia, reunimos algumas convicções: a *Áltera* deverá abrir espaço para os vastos campos da antropologia, e, na medida em que nossa capacidade técnica permitir, para os variados formatos de expressão do conhecimento antropológico.

O volume inaugural da *Áltera* é composto por autores convidados que representam, cada um à sua maneira, o processo de consolidação do PPGA, que desde sua inauguração promoveu a Semana de Antropologia do PPGA (três edições), palestras, aulas inaugurais e seminários, os quais proporcionaram um intercâmbio acadêmico entre antropólogos de universidades brasileiras de reconhecida atuação nacional e a Universidade Federal da Paraíba.

Dentre os sete autores convidados, seis estiveram, em algum momento, ao longo destes cinco anos, visitando o PPGA/UFPB ou os cursos de graduação em Ciências Sociais e Antropologia, ambos da UFPB, Campus I, em João Pessoa e Campus IV, em Rio Tinto, respectivamente. Assim, o critério que os une neste volume foi a participação generosa em nossos eventos acadêmicos.

Em seu primeiro número, a revista apresenta sete artigos de antropólogos provenientes de diferentes universidades e regiões do País, representando a diversidade e pluralidade temática que compõe o atual cenário da antropologia brasileira.

A revista começa com o artigo de Claudia Fonseca (UFRGS), *Pertencimento familiar e hierarquia de classe: Segredo, Ruptura e Desigualdade vistos pelas narrativas de adotados brasileiros*, o qual revisita o tema “adoção”, agora tendo como loco de pesquisa uma associação brasileira de filhos adotivos. Através da participação em reuniões promovidas pela associação em Porto Alegre – RS, da realização de entrevistas com pessoas adotadas e da leitura de cartas enviadas para o *site* desta associação, a autora nos delicia com uma discussão rica e provocativa, fazendo uso de fala dos interlocutores e de dados oficiais, atuais e históricos. Longe de seguir um caminho linear e simples, a leitura do *paper* nos permite adentrar numa realidade complexa e multifacetada, mas sempre permeada por juízo de valor por parte dos interlocutores, pautado nas desigualdades sociais e pelo peso das instituições envolvidas nos diferentes momentos históricos. Hierarquias, segredos e rupturas são ingredientes sempre presentes, mas que se organizam diferentemente dependendo do contexto.

No segundo artigo, intitulado *As Rearticulações de sociabilidade decorrentes de migrações internacionais*, Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) se propõe a examinar, juntamente com Mariama Vicente (UFPE), Leonardo Nóbrega (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Iuperj) e Rafael Acioly (UFPE) a temática das migrações internacionais, tomando quatro grupos vinculados por relações de parentesco. A partir de quatro informantes-chave, todas mulheres, residentes em Recife – PE, na faixa etária entre 45 e 75 anos, com vínculos familiares que envolvem pelo menos uma migração internacional, os autores buscam reconstruir redes de sociabilidade e, com elas, revelam um jogo de obrigações, negociações, pertencimentos, hierarquias e trocas que vão se configurando de forma dinâmica e contextualizada, dialogando com gênero, geração e grupos identitários. Os autores mostram que mais do que o trabalho, nestes casos, o que dá o “tom” da mobilidade são os vínculos familiares, os quais matizam o jogo entre autonomia e solidariedade – para onde vão, quem vai e quem fica e como vão se instalar, são decisões predominantemente amparadas nos laços de parentesco.

Em seguida, em *As Ciências Sociais a partir das margens*, Otávio Velho (Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro MN/UFRJ) nos brinda com um texto ensaístico, com viés esperançoso, onde apresenta uma crítica ao fato de as análises

políticas entre nós costumarem privilegiar de forma unilateral os eventos e atores considerados centrais, em detrimento das periferias, supostamente inertes. Busca mostrar, em contraposição, o papel ativo e, por vezes, autônomo e vanguardista das chamadas periferias.

Segundo Velho, neste contexto, a antropologia seria uma voz marginal no que toca à teoria política ocidental, potência para repensar o Estado a partir das demandas das margens. Propõe uma simetria entre saberes universitários e não universitários e a valorização do que é tido como recessivo. Exemplo disso seriam os movimentos de classe popular com grande poder transformador da própria vida universitária.

O quarto artigo a compor este volume intitula-se *Apropriações dos estudos sobre cidade pela perspectiva de uma Antropologia do Trabalho* e tem como autor José S. Leite Lopes (MN/UFRJ). O artigo propõe uma interpretação da literatura de antropologia urbana procurando ressaltar os aspectos de dominação e conflito social subjacentes, trazendo perspectivas relativas a uma antropologia do trabalho. Na segunda parte do artigo, procura analisar as transformações de uma cidade industrial nordestina como exemplo significativo de processo histórico, em que se vê em ação, em pleno século XX, os conflitos sociais por detrás do processo de formação de uma cidade. Após 20 anos, em seu retorno ao campo, o autor encontra o declínio das condições de trabalho a partir dos anos 1980, tais como dispersão da força de trabalho, aumento de fluxo de deslocamento de trabalhadores, além da constatação da descaracterização do patrimônio histórico potencial das vilas.

Ao concluir sua explanação, Lopes refere-se ao documentário *Tecido Memória* (2008), um registro feito por meio dos instrumentos da Antropologia Visual, o qual pode ser entendido como um documento a inspirar a luta por transformações na direção de uma outra lógica que não a do mercado imobiliário em detrimento da memória e do patrimônio histórico.

Em *A Questão do poder na perspectiva da Antropologia da Política*, Leonardo Sá (Universidade Federal do Ceará - UFC) contribui com o quinto artigo deste volume, apresentando uma discussão teórica sobre a questão do poder na perspectiva da antropologia da política, revisitando alguns clássicos desde propostas contemporâneas. O objetivo do autor é destacar alguns dos marcos conceituais que podem ser considerados significativos para as pesquisas etnográficas que giram em torno do conceito de poder na teoria sociocultural.

Sá propõe que a categoria ‘poder’ deve ser problematizada a partir de uma reflexão sobre a relação entre o campo das práticas discursivas e as representações políticas e a teatralização do poder. Passando por Foucault, adentra em uma rigorosa reflexão sobre

as diferentes abordagens de pensadores evolucionistas, como Maine e Morgan, no que diz respeito às relações entre parentesco e território; entre *status* e contrato, apontando para a gênese do Estado. O autor desafia o leitor ao recuperar pensadores como Clastres e Foucault, afirmando que “a relação política de poder precede e funda a relação econômica de exploração. A emergência do Estado determina a aparição de classes”.

No sexto artigo, *A Copa do Povo e o Vale do Lírio: duas experiências sob o olhar etnográfico “de perto e de dentro”*, de autoria de José Guilherme Cantor Magnani (Universidade de São Paulo - USP), encontramos um denso relato etnográfico na área da Antropologia Urbana. O autor propõe-se a apresentar, analisar e comparar duas experiências protagonizadas por movimentos sociais em São Paulo e no Rio Grande do Norte, respectivamente, a partir de relatos de campo realizados em diferentes contextos de experimentação etnográfica e da exibição de fotografias realizadas em campo pelo antropólogo.

Propõe-se a comparar, neste caso, duas experiências de apropriação do espaço e estabelecimento de formas de habitação: uma claramente urbana e outra em contexto rural. Considerando a discussão sobre as formas estruturais “acampamento / aldeia / cidade” como quadro geral que servirá de referência para a busca das devidas distinções, apresenta-nos o acampamento do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) de Itaquera, São Paulo, protagonista da ocupação denominada “Copa do Povo” – na linha dos protestos contra as obras ditadas pela Fédération Internationale de Football Association (Fifa) para a realização do evento; e, como contraste, o assentamento rural “Vale do Lírio”, localizado na região metropolitana de Natal, um dos primeiros assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, formado a partir da ocupação da Fazenda Novo Horizonte por 130 famílias, em 1997. Empreende, a partir daí, uma análise comparativa dos dois casos etnográficos, descrevendo traços estruturais e distinguindo regularidades em situações vistas como aleatórias, espontâneas e episódicas.

Fechando a lista de autores convidados, Antônio Motta (UFPE), em “*Altera parte*”: *exotismo, estereótipos e assimetrias*, oferece-nos um elegante ensaio que busca refletir sobre as assimetrias em que se apoiam a noção e a figura do exotismo, tomando dois eventos passados, conhecidos como o *Ano do Brasil na França* (2005) e o *Ano da França no Brasil* (2009). Partindo deles, analisa as diferentes percepções e representações que a França e outros países europeus constroem em relação ao Brasil, demonstrando como a figura do exotismo atua enquanto efeito retórico na construção assimétrica de alteridades.

Referindo-se à mídia internacional hegemônica, aos discursos relacionados ao campo da cultura, passando pelo conteúdo latente das imagens que predominam nas

celebrações oficiais, nos acordos de cooperação internacional, nos grandes eventos esportivos – envolvendo, inclusive, políticas culturais, Motta discute como a figura retórica do exotismo é capaz de provocar interesse no imaginário francês, muitas vezes, oscilando entre a nostalgia edênica tropical – *revival* do primitivismo – e outros estereótipos associados à desigualdade social.

Acreditamos, assim, que a *Áltera* apresenta ao debate acadêmico uma contribuição original e relevante não apenas na área de Antropologia, mas das Ciências Sociais e Humanas.

Fechamos esta apresentação agradecendo os Conselhos Editorial e Científico da *Áltera*, bem como a dedicação do secretário da revista, Herbert Gomes, e todos que, de uma forma ou de outra, foram importantes para a concretização deste primeiro volume.

### **Comitê Editorial**

Lara Santos de Amorim

Márcia Longhi

Rosa Virgínia Melo



**PERTENCIMENTO FAMILIAR E HIERARQUIA DE CLASSE:  
Segredo, Ruptura e Desigualdade vistos pelas Narrativas de Adotados Brasileiros**

Claudia Fonseca

Programa de Pós-graduação em Antropologia  
Social, Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul (PPGA/UFRGS).

**Resumo:**

Nesse artigo analiso as entrevistas realizadas com os membros de uma associação de filhos adotivos no Brasil, assim como as cartas endereçadas à página *web* da associação, para entender noções de pertencimento familiar em interação com o sistema jurídico ao longo das últimas décadas. Meus resultados sugerem uma linha de continuidade entre o segredo associado tradicionalmente com a adoção, a confidencialidade imposta pelo Estado e as estratégias dos pais adotivos para garantir a plena integração da criança na família. Os resultados também levantam dúvida quanto à natureza política do processo de adoção, revelando uma dinâmica de desigualdade que, apesar de reformas democráticas e noções de pertencimento familiar em plena mutação, ainda ocupa um lugar importante na definição de processos institucionais.

**Palavras-chave:** Adoção. Desigualdade. Noções de família e parentesco. Antropologia Jurídica.

***FAMILY BELONGING AND CLASS HIERARCHY:***

***Secrecy, Rupture and Inequality as seen through the narratives of Brazilian adoptees***

**Abstract:**

In this article, I analyze interviews with members of a newly-founded association for adopted children, as well as the cursory pleas listed on its internet site, in order to reconstruct notions of family belonging as they have evolved in interaction with legal directives over the past decades in Brazil. My findings suggest a line of continuity between the secrecy traditionally associated with adoption, the confidentiality decreed by state adoption services, and adoptive parents' strategies to guarantee their child's full inclusion in the family. They also raise questions about the political nature of the adoption process, highlighting dynamics of inequality that, despite the advance of democratic reforms and evolving family sensitivities, continue to have considerable weight in institutional processes.

**Keywords:** Adoption. Inequality. Family and kinship. Legal Anthropology.

**Introdução**

Na Europa e na América do Norte, pessoas adotadas ganharam considerável visibilidade nos últimos anos. O fato de que, nestas regiões, um bom número de adotados vem de além-mar, com traços físicos que os tornam visivelmente “diferentes” dos seus pais adotivos, pôs fim à aspiração, comum em décadas passadas, de criar uma família adotiva que “imitasse a natureza”. Nas adoções transnacionais, frequentemente transraciais,

é virtualmente impossível esconder o caráter não biológico do laço de parentesco. Nesses casos, os pais adotivos parecem aceitar com relativa facilidade que seus filhos, chegados à idade adulta, embarquem em uma “viagem às raízes”, buscando algum tipo de conexão não apenas com seu país, mas também com a sua família de origem. A necessidade de conhecer as próprias origens genéticas, para combater a “confusão genealógica” e as “narrativas fragmentadas do *self*”, é comumente evocada pelas pessoas no campo da adoção, justificando campanhas para a abertura de registros de nascimento e a promoção de adoções abertas (VOLKMAN, 2009; YNGVESSON, 2007).

Embora tenha notado algo destas preocupações no Brasil entre os adotados que entrevistei, tais considerações permanecem raras no discurso oficial de adoção tanto no Brasil quanto no resto da América Latina<sup>1</sup>. Além disso, em contraste com padrões norte-americanos, em que adotados e seus pais biológicos vêm formando associações, nos Estados Unidos, desde os anos 1970 (MODELL, 1994), no Brasil, essas categorias deram poucos sinais de movimentação política. Só muito recentemente, surgiram mudanças nesse cenário.

Em junho de 2007, um administrador de empresas de 40 anos, que passou quase a metade da vida buscando suas raízes biológicas, fundou o que parece ser a primeira associação brasileira destinada a encorajar adultos adotados a identificar e contatar seus pais biológicos. *Filhos Adotivos do Brasil*, com sede em Porto Alegre, atinge um grande público através de sua página eletrônica bem elaborada. Lá, afirma claramente seu objetivo de ajudar o adotado que quer contatar sua família biológica, aprimorando suas competências para fazer este reencontro acontecer<sup>2</sup>. Falando com ressentimento mal disfarçado contra o segredo que cercou suas próprias adoções – a omissão ou oposição dos pais adotivos e a relutância das autoridades em fornecer qualquer informação sobre as famílias biológicas –, os participantes mais ativos da Associação clamam por uma mudança na “cultura de adoção” do País, no sentido de uma política com maior abertura. Ao cabo de oito meses, o *site* listou umas trezentas histórias, a maioria destas submetidas por adotados buscando conhecer ou ter contato com suas famílias biológicas. Filtradas através do cuidadoso monitoramento do organizador, dúzias de novas histórias estavam entrando no *site* a cada semana.

---

<sup>1</sup> Argentina, por conta de suas particulares circunstâncias históricas, é a grande exceção a esta regra (ver VILLALTA, 2006; GESTEIRA, 2012).

<sup>2</sup> Documento eletrônico disponível em <<http://www.filhosadotivosdobrasil.com/>>, 23 de fevereiro, 2007. Notamos que o termo “reencontro” introduz uma noção moral de que existia uma teia de relações (a família) antes de a adoção romper essa unidade.

Neste artigo, apoio-me na observação de reuniões da Associação na cidade de Porto Alegre, em entrevistas conduzidas com adotados que compareceram aos encontros, bem como em cartas listadas no *site*, para compreender a evolução das noções cotidianas de pertencimento familiar em interação com as diretivas legais das últimas décadas<sup>3</sup>. Também recorro, nessa análise, a pesquisas anteriores com profissionais no campo de atendimento à criança (FONSECA, 2009a), bem como a pesquisa etnográfica sobre a circulação de crianças nas favelas brasileiras (FONSECA, 2003). Não trato das mudanças introduzidas pela nova “Lei da Adoção” (Brasil, 2009) – vistas, de forma preliminar em outro lugar (FONSECA, 2011).

Considero as leis como uma “tecnologia de governança” (ROSE, 2006; FOUCAULT, 1995), cunhada para moldar subjetividades individuais. Entretanto, como veremos, essas tecnologias têm impacto imprevisível. Segundo as circunstâncias, as pessoas podem – mais do que “resistir contra” – simplesmente ignorar a lei. Por outro lado, as inovações legislativas, antes de criar novas sensibilidades, podem andar a reboque (ou servir como justificção) de uma mudança que já ocorreu em determinados setores da população. As narrativas dos adotados, neste artigo, dão corpo às mudanças de sentimento familiar desde os anos 1950, e sugerem pistas não somente para entender a importância crescente da burocracia estatal na vida das pessoas, mas também para colocar em perspectiva o próprio teor da lei.

Uma curiosidade inicial inspirou minha reflexão: como explicar as cronologias divergentes dos movimentos de “busca de origens” no Brasil e nas outras partes do mundo ocidental? Por que adotados nascidos e criados no Brasil têm sido relativamente lentos em se organizar? Certamente, as décadas de silêncio não podem ser explicadas por uma indiferença histórica no parentesco consanguíneo. Os primeiros clássicos das ciências sociais brasileiras, preocupados em definir as origens raciais do País, são conhecidos por seu tom galtoniano. Em épocas mais recentes, etnógrafos documentaram a persistente crença nos efeitos do “sangue” sobre o comportamento moral de um indivíduo (ABREU FILHO, 1982; DUARTE, 1986; MARCELIN, 1999). Durante minha própria pesquisa de campo, em bairros urbanos de baixa renda, documentei alusões episódicas à mística atração entre parentes consanguíneos (FONSECA, 2002). As pessoas terminavam uma

---

<sup>3</sup> As entrevistas foram realizadas nos primeiros meses de 2008, conduzidas ou em minha casa ou na casa do entrevistado. Junto com as bolsistas Luciana Pess e Ana Paula Arosi, também assisti a meia dúzia de reuniões da associação entre dezembro de 2007 e agosto de 2008. Depois dessa data, as reuniões (que tinham sido, no início, mensais) se tornaram escassas.

história de encontro entre irmãos, após anos de separação, com a expressão “o sangue puxa”. Em outras palavras, embora descobertas recentes na área de biotecnologia possam ter dado novo rumo às noções de conexão consanguínea, a preocupação com os antecedentes de uma criança não é nada nova<sup>4</sup>.

Uma primeira explicação plausível para essa manifestação tardia de adotados brasileiros (que exploraremos nos próximos parágrafos) é que faltavam as circunstâncias básicas para um movimento de busca. Para empreender uma busca, o adotado tem que acreditar (1) que certa informação vital lhe foi sonegada, (2) que existe uma autoridade em posse da informação desejada, e (3) que essa autoridade pode ser obrigada a revelar a informação. Os adotados que aparecem neste artigo descrevem famílias nas quais o segredo era imperativo. Os pais adotivos escondiam não apenas a identidade da família de origem de seu filho adotado, eles podiam esconder o próprio fato da adoção. Nessas condições, o adotado nem saberia da existência de “informações sonegadas”.

E se o jovem conseguisse tomar conhecimento de seu *status* de adotivo, saberia para onde se dirigir para conseguir mais informações? Confrontados à persistente recusa dos seus pais adotivos em cooperar, poderia contar com a existência de algum registro legal a ser acessado? Com idades variando entre 34 e 45 anos, as pessoas entrevistadas aqui cresceram durante uma época histórica anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e os documentos congêneres em outras partes da América Latina, promulgados ao longo dos anos 1990 (ver LEINAWEAVER, 2009; LEIFSEN, 2006; SELIGMANN, 2009; LUGONES, 2012). Isto é, nasceram antes que uma eficiente burocracia governamental associada à noção dos direitos das crianças tornasse – mais do que possível – imperativa a manutenção de registros. Nossa análise visa justamente estabelecer a conexão entre essa burocracia estatal em evolução e determinadas sensibilidades familiares.

Uma segunda explicação possível para o relativo silêncio dos adotados brasileiros diz respeito à relevância da proximidade geográfica nas adoções domésticas. É possível que, na Europa, pais adotivos se sintam menos ameaçados pela “busca de origens” de seu filho, sabendo que os pais biológicos dele vivem do outro lado do globo. Quando a família de origem vive a poucos quilômetros, a história é outra. Crianças adotadas nas famílias

---

<sup>4</sup> Essa nova roupagem de noções tradicionais é evidente na décima edição do livro de um célebre jurista sobre a adoção: “[...] a arquitetura sócio-jurídica jamais destruirá a engenharia genética que se projeta, inexoravelmente, no complexo psicológico [de um indivíduo]” (SIQUEIRA, 2004, p. 103).

latino-americanas, em geral, não vêm de longe. Linda Seligmann (2009), na sua comparação entre adoções transnacionais e domésticas, é uma das poucas pesquisadoras a ter refletido sobre a influência da proximidade geográfica sobre dinâmicas adotivas. Em um recente artigo sobre esse tema (SELIGMANN, 2009), abre a sua reflexão com a descrição de um casal dos Andes peruanos que, buscando assegurar um herdeiro para suas terras, adota o sobrinho do marido. A tensão que permeia o relacionamento entre as duas famílias da criança é comparada à tensão que existe em adoções transraciais de crianças americanas dentro dos Estados Unidos. Por outro lado, é contrastada ao imaginário orientalista que envolve adoções transnacionais: “É mais provável que adoções *domésticas* que cruzam linhas de raça e de classe localmente reconhecidas [...] provoquem perturbações tangíveis nos hábitos diários.” (SELIGMANN, 2009, p. 117). Os adotados que eu investigo, neste artigo, – nascidos e criados no Brasil – estão, por assim dizer, buscando suas origens em seu próprio quintal. Porém, a proximidade geográfica não parece facilitar a busca. Pelo contrário, evidencia dinâmicas de desigualdade social e política que, a despeito do avanço das reformas democráticas e da evolução dos valores familiares, parecem encorajar o segredo e firmar obstáculos no caminho da busca.

### **A Associação**

As histórias postadas no *site* da Internet sugerem que alguns adotados estão procurando, há décadas, por suas “raízes”. Contudo, foi indubitavelmente uma convergência de diversos fatores que lhes permitiu, finalmente, expressarem seus sentimentos em público. É possível que tenham sido encorajados por histórias na mídia que, começando nos anos de 1980, descrevem o retorno de adotados criados na Europa ou na América do Norte ao País, em busca de suas famílias de origem. Preocupações com os direitos da criança também tiveram um forte impacto no Brasil, sendo previsível que, cedo ou tarde, a origem de filhos adotados entrasse na agenda oficial. Ainda assim, é evidente que a força de Filhos Adotivos do Brasil se deve em grande medida ao espírito empreendedor de seu fundador, Roberto G.<sup>5</sup>. (Existe um par de outros *sites* na Internet dirigidos a fins similares, mas não parecem chegar perto do primeiro, em popularidade).

Uma análise dos primeiros seis meses de cartas enviadas ao *site* (Filhos Adotivos

---

<sup>5</sup> Por causa da natureza delicada de algumas informações divulgadas durante as entrevistas, mudei os nomes dos entrevistados e, na medida do possível, alterei detalhes identificadores deles.

do Brasil) revela um amplo leque de participantes: as idades variam de 16 a 73 anos, com maior concentração em torno dos 40 anos. Enquanto as primeiras entradas tendiam a vir de pessoas vivendo perto de Porto Alegre, um ano mais tarde, as cartas chegavam de todo o País, e havia até mesmo uma tímida presença de jovens adotados além-mar. A maioria das mensagens vinha de adotados que usavam o *site* para pedir informação sobre seus parentes biológicos. Contudo, membros das famílias biológicas também solicitavam informações sobre um irmão ou filho “perdido”, e certo número de pessoas criadas por mães solteiras pediam por notícias de seus parentes paternos.

No Brasil, existem estações de rádio voltadas para as classes populares que, há muito tempo, incluem a busca por parentes “desaparecidos” como um entre muitos outros dramas familiares trazidos ao microfone por ouvintes. Ainda assim, ao que tudo indica, a Associação criada por Roberto atraiu uma plateia ligeiramente diferente – pessoas dos setores médios. Desde as primeiras reuniões que assisti (reuniões abertas, na sede campestre do Serviço Social do Comércio - Sesc), fiquei impressionada com a ausência de pessoas de pele escura, do tipo que eu estava acostumada a encontrar nas minhas pesquisas sobre a circulação de crianças. Todos os adotados na plateia, assim como as (poucas) mães adotivas, eram brancos.

Ao conhecer essas pessoas, contudo, me dei conta de que elas não eram exatamente da “elite” nacional. Entre esses pequenos empresários, representantes de vendas, auxiliares de enfermagem e algum eventual professor de colégio, os que possuíam educação superior, via de regra, tinham cursado Administração de Empresas ou Direito em instituições com altas mensalidades, pouco prestígio e ingresso fácil. As palestras, muitas vezes com um forte tom evangélico, eram menos “politicamente corretas” do que as que eu estava acostumada a ouvir entre profissionais no campo de atendimento à criança. O Estatuto da Criança de 1990 era raramente evocado e a legislação internacional (tal como a Convenção das Nações Unidas de 1989) passava em silêncio<sup>6</sup>. Por outro lado, as preocupações da plateia – mais em sintonia com as psicologias do *self*<sup>7</sup> – também pareciam distintas daquelas a que eu estava acostumada a ouvir das mães de baixa renda lutando para criar seus filhos. Era como se os adotados estivessem abrindo para mim um

---

<sup>6</sup> Em contraste com o movimento de décadas das *Abuelas* na Argentina (ver VILLALTA, 2006; GANDSMAN, 2009), não há, nos debates, nenhuma menção de alianças internacionais, ou referências à legislação internacional sobre adoção.

<sup>7</sup> Todos os adotados que eu entrevistei passaram por extensa psicoterapia ou psicanálise centrando no “problema” de ser uma criança adotada. Em meus estudos sobre circulação de crianças em famílias de classe trabalhadora, poucos de meus informantes teriam acesso a tais recursos. Embora alguns destes alegassem sofrer de perturbações “nervosas” ou emocionais, eles tenderiam a procurar serviços psiquiátricos no posto de saúde local ou, em alguns casos, curas espirituais.

amplo, mas pouco familiar universo socioeconômico de pequenos comerciantes e funcionários, de renda modesta, porém regular, com sua variação própria de valores familiares.

### **Uma Era de burocracia estatal incipiente: quando a criança era um assunto “Extralegal”**

Diversos pesquisadores (MILANOVICH, 2007; PILOTTI, RIZZINI, 1995) demonstraram como as crianças, até a segunda metade do século XX, interessavam pouco às autoridades governamentais nos diferentes países da América Latina. Existiam mecanismos para reprimir o comportamento desregrado de jovens – delinquentes e meninos de rua – mas, desde que não perturbassem a ordem pública, as crianças continuavam a ser consideradas um assunto privado da família (VIANNA, 1997; ZAPIOLA, 2014). Assim, quando, no início dos anos 1980, comecei a realizar pesquisas etnográficas nas vilas populares de Porto Alegre, encontrei bom número de crianças e até de *adultos* que sequer tinham registro civil. Frequentemente, os pais tiravam a certidão de nascimento de seu filho apenas quando lhes era exigido algum documento oficial – por exemplo, para matricular a criança na escola. Nesse caso, o escrivão de cartório teria pouca possibilidade de verificar quem de fato dera à luz a criança. Foi nessa época que, confrontado com estatísticas que mostravam uma proporção enorme de bebês não registrados dentro do prazo legal, o governo brasileiro iniciou campanhas voltadas a dotar todas as crianças recém-nascidas de uma existência civil.

Um grande número de cartas endereçadas ao *site* Filhos Adotivos do Brasil diz respeito a pessoas nascidas entre 1960 e 1970, antes da penetração efetiva do controle estatal na vida diária do que ainda era, principalmente, uma população rural ou de cidades pequenas. Assim, não é surpreendente ver a palavra “adoção” usada indiscriminadamente – mesmo em casos mais recentes – para descrever, além dos procedimentos legais e quase legais, praticamente todo tipo de transferência de criança, em que um jovem ficava por algum tempo num novo lar. Encontramos narrativas de adoções sucessivas: “Fui adotada quando recém nascida... Minha mãe adotiva me buscou na casa de uma mulher que já havia me adotado...”; “Porque [meu marido] foi maltratado por sua mãe adotiva, ele foi mudado para outra família e depois adotado por uma terceira família com que vive até hoje” Apenas dois ou três participantes no *site* empregam a expressão *pais de criação*, marcando uma diferença em relação a um *status* mais formal.

Parece evidente, pela leitura das cartas, que muitos dos casos são variantes de um tipo de circulação de crianças comum desde os tempos coloniais (KUZNESOF, 1987;

GOLDSTEIN, 2003; CARDARELLO, 2009). Como uma jovem mulher (nascida em 1973) escreve,

*Fui adotada com um ano e seis meses [...] Segundo os meus pais adotivos, uma mulher que morava [em tal cidade] com sua filha... me cuidava. Pelo que sei, não era a minha mãe, talvez uma avó [...]. Diz uma tia minha que essa senhora na época vendia verduras e panos de prato no bairro e parecia ser uma pessoa do bem, e por esse motivo ofereceu a criança para minha tia, como ela não poderia criar mais um filho. (n. 096).*

Em outras fases da pesquisa, documentei casos de circulação de crianças que não implicavam ruptura de laços genealógicos (FONSECA, 2003). Crianças de famílias urbanas de baixa renda circulavam entre lares de padrinhos, parentes e vizinhos. Ficavam, às vezes, anos a fio, aprendendo a chamar um novo casal de “mãe” e “pai”. Algumas trajetórias podiam até incluir uma passagem pelo orfanato local. Contudo, a maioria destes jovens mantinha contato episódico com membros da sua família original e era essa família que fornecia a base de sua identidade pessoal. No decorrer dos anos, algumas pessoas perdiam o contato com seus parentes consanguíneos, mas a maioria teria poucas dúvidas quanto às suas “origens”.

O *site*, por outro lado, contém as histórias de bebês e crianças que foram deliberadamente doados em adoção. É claro, as informações fornecidas pelos parentes adotivos (fonte principal da maior parte dos meus colaboradores) nem sempre são as mais confiáveis. Histórias de “abandono” (a criança deixada na porta de casa ou nos braços de uma passante anônima) são, sem dúvida, muito simplificadas, quando não inventadas. Contudo, algumas pessoas conseguiram rastrear suas origens até um abrigo para mães solteiras ou a maternidade de uma clínica ou hospital da qual saíram, com poucos dias de idade, nos braços de pais adotivos. Não se sabe se uma mulher ia ao hospital com o propósito de pôr seu bebê em adoção. Em todo caso, o número de histórias que incluem enfermeiras ou médicos como intermediários do processo adotivo não deixa dúvidas: antes da década de 1980, os hospitais eram a maior fonte institucional de crianças adotadas. A carta seguinte, escrita por um homem nascido em 1962, fornece uma boa ilustração:

*Durante a gravidez [minha mãe biológica] conheceu uma enfermeira que trabalhava na maternidade onde nasci. Esta enfermeira era irmã da minha mãe adotiva e foi a mediadora da adoção... (n. 090).*



Em aproximadamente vinte histórias de pessoas nascidas entre 1955 e 1984, nós lemos que a mãe adotiva ou algum parente trabalhava no hospital, ou que os pais adotivos tinham de alguma forma uma ligação especial com o diretor do hospital, alguma enfermeira, ou médico. Como Abreu (2002) demonstrou em seu trabalho sobre “cegonhas” no Norte do Brasil, este tipo de mediação não era considerado ilegal, e até trazia certo prestígio para os mediadores, frequentemente considerados trabalhadores de caridade engajados em uma causa nobre. Uma adotada (n. 1974) aprendeu que chegou em sua família adotiva por meio de uma certa “Tia Paula”, esposa do obstetra local. A mulher coordenava um projeto assistencial, encaminhando as crianças de mães solteiras a casais que aceitavam “*tê-las como filho legítimo... [A tia Paula] só permitia a saída dos bebês da maternidade após serem registrados legitimamente...*”.

A autora dessa carta parece estar usando “legítima” para sinalizar diversas coisas. Por um lado, indica uma relação estabelecida nos moldes da lei oficial. Por outro, parece apontar para a intenção de educar a criança adotada com todo o investimento emocional e o *status* social de um filho nascido de um matrimônio legalmente constituído, sem pejo de bastardia. Em outras histórias, contudo, “legítimo” tem ainda outra conotação. Vários dos adotados que eu entrevistei dão a entender que foram *falsamente* registrados como filhos “legítimos” dos seus pais adotivos: seus pais adotivos tiraram uma certidão de nascimento como se a criança fosse seu filho biológico, sem passar por qualquer processo legal de adoção<sup>8</sup>. Aqui, “legítimo” tem a ver não com o *status* conjugal dos pais, mas antes com uma suposta relação consanguínea.

A “legalidade”, por outro lado, não parece necessariamente associada com a lei<sup>9</sup>. A história de Sandra, uma contadora com cerca de 40 anos de idade que entrevistei, ilustra bem essa noção de legalidade que pouco tem a ver com a legislação em vigor. Quando foi adotada, seus pais<sup>10</sup> tinham dois filhos “legítimos”, ambos já adultos, e uma filha adotada com nove anos de idade. Mas, como frisa Sandra, a adoção da irmã, ao contrário da sua própria adoção, havia sido “legal”. De fato, Sandra é uma das poucas colaboradoras do *site* que, em seu relato escrito, chama sua adoção de ilegal. Instada a explicar a razão de tal julgamento, ela responde sem hesitação, “porque eu fui roubada.”

Foram seus irmãos e tios que lhe contaram a história pouco após a morte da sua mãe adotiva. Dizem que Sandra foi literalmente arrancada dos braços da sua mãe biológica. Sua mãe adotiva tinha feito um trato com a empregada doméstica dos vizinhos

---

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre essa “adoção à brasileira”, ver Abreu (2002).

<sup>9</sup> A esse respeito, ver os trabalhos de Ewick e Silbey (1998).

<sup>10</sup> Para evitar repetição, nas descrições seguintes, eu seguirei a convenção estabelecida por meus entrevistados: os termos *família* e *mãe*, quando desacompanhados de um adjetivo, se referem a parentes adotivos.

– uma mulher com gravidez avançada – para levar a criança assim que nascesse. O problema é que a gestante tentou mudar de ideia na última hora, e a mãe adotiva não aceitou. Parece que a irmã adotiva de Sandra tinha ido com sua mãe buscar o bebê. Essa irmã lembra-se de uma tremenda briga, que só acabou quando sua mãe arrancou o bebê dos braços da outra mulher e saiu correndo.

Trabalhando como oficial de justiça na época, a nova mãe de Sandra tinha conexões poderosas, e sem dúvida calculou que seria capaz de defender seu *status* materno. Em questão de dias, ela e seu marido tinham estabelecido uma certidão de nascimento para o bebê como se fossem eles os pais “legítimos”. Contudo, não é esse ato tecnicamente ilegal que choca Sandra. Pelo contrário, ela parece considerar o registro falso como um procedimento normal de pessoas que querem o melhor para o seu filho. Ao ignorarem o protesto registrado pela mãe biológica de Sandra e seu pleito para reaver seu bebê, as autoridades estatais da época parecem ter tido opinião semelhante. Apesar da evidente transgressão da lei, nada foi feito para impugnar a certidão ilegal de nascimento do bebê. Está claro que a indignação de Sandra – a própria insistência na “ilegalidade” da sua adoção – é direcionada para a ofensa moral perpetrada contra a sua mãe biológica e não para a transgressão contra os procedimentos formais da lei.

Os vários sentidos de “legítimo” e “legal” trazem uma questão importante: não só muitas adoções (mesmo mediadas por hospitais) não eram feitas estritamente de acordo com a lei, como a própria distinção entre legal e ilegal não parecia particularmente relevante. A adoção, conforme o Código Civil do País, era em grande parte um procedimento administrativo, que podia ser realizado num Cartório de Registro Civil. Os Juizados de Menores localizados em grandes cidades podiam ser chamados para oficializar o processo. Contudo, não teriam recursos para conduzir investigações ou supervisionar a transferência de crianças. Apenas legalizavam arranjos que tinham sido feitos pelo pessoal do hospital, diretores de orfanato ou – até mais frequentemente – diretamente entre a mãe biológica e os pais adotivos.

Em 1965, uma versão limitada da adoção moderna (irrevogável, implicando ruptura total com a família de origem) se tornou legalmente disponível, mas é de se perguntar a que ponto as pessoas de então estavam conscientes da legislação. Nenhum dos adotados que entrevistei se referiu à mudança nas leis, ou fez qualquer distinção entre adoção simples e plena (claramente estabelecida pelo Código de Menores de 1979). De fato, apenas um deles – uma mulher que cursava o quarto ano de Direito – citou uma lei como relevante para sua condição: a

Constituição Nacional (1988), que declara direitos iguais para todos os filhos de uma pessoa, nascidos na família ou adotados, fruto de casamento legal ou não.

Embora a consolidação, nos últimos anos, de certos procedimentos burocráticos possa ser atribuída ao desenvolvimento do aparato rotineiro do Estado moderno (SCOTT, 1998), observadores sugerem que, no Brasil, a adoção passou a chamar atenção do público com a chegada de adotantes *estrangeiros* buscando crianças brasileiras (ABREU, 2002). Foi durante os anos 1980 e início dos anos 1990 que esta demanda estrangeira irrompeu nos jornais, apresentada, na melhor das hipóteses, como uma ameaça aos recursos nacionais e, na pior, como tráfico internacional de bebês<sup>11</sup>. Escândalos se espalhavam por hospitais e clínicas de maternidade onde adoções *nacionais* começaram a ser questionadas, bem como adoções transnacionais.

Durante os anos 1970, o Juizado de Menores, em Porto Alegre, iniciou uma campanha para centralizar o processo de adoção, proibindo hospitais e orfanatos de entregar crianças em adoção sem um mandado judicial. Foi somente no início dos anos 80, porém, que se formou a primeira equipe multidisciplinar, incluindo especialistas do Serviço Social e da Psicologia, para supervisionar processos de adoção. E, de forma significativa, pelo que entendemos das histórias postadas no *site* da Internet, foi durante essa mesma década que administradores em hospitais e clínicas de maternidade vieram a considerar a mediação de adoções como uma responsabilidade indesejável, um capítulo da história que seria melhor esquecer.

### **Aspirações ao segredo: combatendo desigualdades no seio da família**

Os administradores de hospital não estavam sozinhos no desejo de abafar informações sobre adoções do passado. As entrevistas seguintes sugerem que, para pais adotivos dos anos 1960 e 1970, o segredo ia de par com a inclusão da criança em sua nova família. Nas suas tentativas de afastar os pais de origem do quadro, vemos uma rejeição firme da “maternidade compartilhada” – rejeição semelhante àquela que antropólogos encontraram nas dinâmicas contemporâneas da “família euro-americana” (MODELL, 1994; MARRE, 2007). Os legisladores também se mostraram atentos às novas sensibilidades familiares, abraçando uma preocupação com a “proteção da criança”, e a consolidação do *status* do filho adotivo no seio de sua nova família. Porém, como visamos demonstrar nos próximos parágrafos, mesmo com a maior intromissão do Estado na

---

<sup>11</sup> A esse respeito, ver também Cardarelo (2009).

regulação da circulação de crianças, a ideia de segredo persistiu – agora em forma de políticas. E os vínculos afetivos na família continuaram a refletir as tensões vividas no seio de uma sociedade de grandes desigualdades sociais e econômicas.

*Caso nº 1: anulando o passado vergonhoso*

Conheci Lúcia, filha adotiva, numa reunião da Associação. Vivia num pequeno apartamento de um quarto na periferia de Porto Alegre com seu marido carteiro e dois filhos. Quando a visitei, ela aproveitava uma licença-saúde que a deixaria uma semana em casa. Desligou a televisão para me contar como, 40 anos atrás, sua mãe (adotiva) lhe revelara que ela tinha sido adotada.

*É gozado. Não me lembro de quase nada de quando era pequena, mas esse dia eu lembro. Eu tinha uns sete anos. Minha mãe me contou [que eu tinha sido adotada] de uma forma que eu não acho certo. Pelo menos eu não falaria com meus filhos desse jeito. Ela disse: “Não conta isso para ninguém, tá?” Mas nunca disse por que eu não devia contar. Para mim, ficou como se a adoção fosse uma coisa muito feia. (Lúcia)*

Segundo Lúcia, seus pais se sentiram obrigados a contar porque uma irmã (biológica) mais velha costumava telefonar pedindo notícias, e Lúcia conversava com ela sem se dar conta de quem era. “Então me disseram, mas me falaram assim, ‘Tua mãe era uma vagabunda, uma prostituta’, e se eu falasse que era adotada, ia aparecer isso”. Daí em diante, Lúcia sentiu que tinha que ser sempre muito bem comportada, para compensar a generosidade desses pais que a salvaram de uma situação terrível. Mais tarde, em nossa conversa, sua narrativa tomou um novo rumo, quando revelou uma persistente dúvida quanto a ser filha biológica do seu pai adotivo. Seus pais adotivos eram recém-casados quando uma “amiga da irmã do pai” ficou grávida. Contam que, no início, o pai de Lúcia não queria ficar com o bebê porque não queria nada com “aquela mulher” (mãe do bebê). Porém, finalmente cedeu diante das pressões de sua esposa e de seus próprios pais. Hoje, lembrando que seu pai tinha sido um notório mulherengo, Lúcia junta dois e dois e chega a suas próprias conclusões...

A história de Lúcia me chamou atenção para uma coisa. Eu tinha, recentemente, realizado entrevistas com agentes de saúde sobre infertilidade e adoção, e me impressionara o número de histórias ligadas a homens suspeitos de encobrir um relacionamento adúltero com a adoção do seu próprio filho biológico. De fato, até a segunda metade do século XX, a lei vedava a possibilidade de um homem casado

reconhecer, quanto mais adotar, uma criança nascida de um relacionamento extraconjugal (ver artigo 358 do Código Civil de 1916). Em tais casos, o segredo das origens era o *sine qua non* da adoção legal. A semelhança física, frequentemente notada entre a criança e seu pai adotivo, reforçaria a crença de algum laço biológico oculto. Claro, estas suspeitas (tal como a de Lúcia) podem ser mero fruto da imaginação. Mas o segredo alimenta as fantasias de transgressão.

O outro lado da moeda dessas fantasias é a crença, enunciada por certos membros da Associação, de que a família biológica deles tinha sido economicamente abastada. Algum terrível segredo – estupro, adultério, incesto – causara a expulsão da criança de uma vida que, de outro modo, teria sido privilegiada. Confesso que, sob a influência de meus informantes, comecei a rever uma convicção prévia de que crianças dadas em adoção *sempre* vieram dos segmentos mais pobres da sociedade. Tinha minhas dúvidas se, quarenta anos atrás, as famílias adotivas que eu estava conhecendo – integrantes dos setores médios, em plena ascensão socioeconômica – teriam aceitado o tipo de criança hoje mais disponibilizada para adoção: crianças de famílias muito pobres, frequentemente com a pele mais escura<sup>12</sup>. É bem possível que os adotantes de então tenham se beneficiado do padrão moral repressivo que, até os anos 80, expulsava crianças “bastardas” de famílias “respeitáveis”, e assim criava uma reserva de bebês disponíveis para adoção. A hipótese dessa “origem vergonhosa” sem dúvida alimentava o estigma contra a adoção em geral, levando a crer que, entre outros motivos, os pais adotivos escondiam o *status* adotivo de seu filho para protegê-lo contra os preconceitos da época.

#### *Caso nº 2: incluído, mas não necessariamente igual*

Sonia, nossa segunda entrevistada, conta que desde a infância suspeitava ser “apenas” a filha adotiva de seus pais. Mas quando a conheci, fazia menos de um ano que tinha confirmado sua suspeita. Eu tinha escutado uma versão sumária da história de Sonia durante uma reunião da Associação. Na época, ela fervia de raiva contra seus pais: “Tenho 46 anos! Agora é que eles me contam! Todo mundo sabia, menos eu. Eu me sinto um palhaço!”

---

<sup>12</sup> Em outras palavras, estou sugerindo que, assim como em outros lugares do mundo [ver, por exemplo, Carp (1998)], o acesso às tecnologias contraceptivas, bem como a padrões sexuais mais flexíveis, mudaram o perfil (e a cor) dos pais que “doam” seus filhos em adoção.

Um mês mais tarde, Sonia e sua sócia e amiga de infância vieram à minha casa, depois do turno de trabalho na lancheria que elas administravam numa escola estadual, para aprofundar a história. Nesse meio tempo, ela tinha passado as férias de Natal com seus pais e parecia mais conformada com a situação. Afinal, foi sua mãe, já com 78 anos, que depois de ler uma notícia no jornal, tinha encaminhado Sonia para a Associação Filhos Adotivos do Brasil. De qualquer forma, Sonia ainda atribuía uma série de problemas de saúde à “desonestidade” de seus pais adotivos. Fazia questão de me dizer que estava em tratamento com um neurologista, um psicoterapeuta e um psicanalista.

Apenas recentemente ela ouvira a história de sua adoção – primeiro, de uma tia, depois, dos próprios pais. Quase cinquenta anos atrás, a cada domingo, seu pai padeiro levava o que sobrava de sua produção da semana para um orfanato local. Em uma dessas visitas, ele viu a recém-nascida Sonia, e foi “amor à primeira vista”. Em questão de dias, ele e sua mulher, na qualidade de padrinhos, tinham batizado a criança na catedral da cidade. Pouco depois, eles fizeram os papéis oficiais da adoção. Seu pai, evidentemente, “conhecia todo mundo na cidade.” Aproveitando suas conexões sociais, ele acompanhou o oficial de justiça quando este foi à casa da mãe biológica de Sonia para conseguir sua assinatura nos documentos de adoção. A mulher, ele disse, era muito jovem, legalmente casada (como se confirma na certidão original de nascimento de Sonia) e morando numa “boa” casa. A aparentemente confortável situação de sua mãe de origem apenas deixa Sonia mais ansiosa para saber por que ela foi dada em adoção.

Não pode haver dúvida, contudo, sobre os motivos dos seus pais adotivos. Sonia lembra ter acompanhado sua mãe em constantes visitas a clínicas de fertilidade. Seus pais estavam casados já há sete anos quando adotaram Sonia, e foi só depois de mais oito anos que finalmente conceberam um filho. Até sua morte, no início da vida adulta, esse irmão não sabia que sua irmã mais velha era adotada. Sonia adorava o irmão, e cuidou dele durante os últimos anos de sua doença. Contudo, afirma sem reservas que ele e ela não eram tratados em pé de igualdade pelos pais. Ele estudava em boas escolas particulares; ela ia à escola pública do bairro. Aos 16 anos, ele era um flautista talentoso, mas nunca havia dinheiro para pagar as aulas de piano que ela tanto desejara. Ele era versado em francês; ela teria adorado estudar inglês...

A discriminação sentida por Sonia (e confirmada no depoimento de sua amiga de infância) pode ser atribuída a uma série de fatores. Sonia nasceu numa cidade da fronteira, numa época em que os filhos homens recebiam tratamento privilegiado na escola e na vida pública, enquanto as filhas eram criadas para serem esposas e donas de casa. Sonia

também confessa que, desde cedo, era do “tipo rebelde”, tendo tido uma trajetória de vida bem menos linear do que a de seu irmão. Contudo, devemos lembrar que, quando ela era jovem, nas décadas de 1960 e 1970, muitas unidades domésticas ainda incluíam “filhos de criação” – jovens de origem pobre que, em troca de casa, comida e alguma educação, faziam o serviço doméstico (KUZNESOF, 1987; DANTAS, 2008). Embora esses pequenos empregados domésticos pudessem desfrutar de certos privilégios da infância, ninguém esperava que fossem tratados em pé de igualdade com os filhos da família.

A lei da época (n. 3.133 de 1957) consagrava essas desigualdades. A adoção ainda era um contrato revogável, cujos efeitos não se estendiam para além da relação entre os filhos e seus pais. Se os pais já tivessem filhos antes da adoção, o filho adotado não herdava nada; se tivessem um bebê só depois (como no caso de Sonia), o filho adotado tinha direito a apenas metade da parte reservada para um filho biológico. (Será coincidência que os pais de Sônia diziam, rindo, que nunca possuíram uma casa, pois não queriam que seus filhos ficassem brigando pela herança?).

Sem dúvida, as coisas tinham mudado muito desde o pronunciamento de um jurista, em 1937, que afirmava: “o único resultado sério da adoção é [...] gerar um herdeiro com direitos de filho às pessoas que não têm descendentes” (VIRGÍLIO DE CARVALHO apud SZNICK, 1993, p. 115). Durante os anos 1950, legisladores começaram a cultivar a ideia da “proteção à infância”, justificando, assim, emendas ao Código Civil que tornassem a adoção mais acessível<sup>13</sup>. Contudo, até 1965, crianças adotadas nunca poderiam ter mais que um precário pertencimento *legal* em suas novas famílias. Dado o valor desigual atribuído aos diferentes tipos de filiação, há motivo para pensar – apesar do não dito da adoção – que as crianças nascidas na família eram favorecidas em detrimento de seus irmãos adotivos.

Ao olhar mais de perto para a história de Sonia, suspeitamos que as coisas não eram tão simples, que havia considerável ambivalência da parte dos próprios pais adotivos. Os pais escondiam o fato da adoção, por um lado, para proteger sua filha contra a discriminação por colegas de aula e vizinhos e, por outro, para protegê-la contra a discriminação no seio da própria família adotiva. Em outras palavras, é possível imaginar que os pais precisavam do segredo para colocar em cheque suas próprias inclinações em tratar sua criança adotiva de forma diferente. Dadas as circunstâncias sociais e legais,

---

<sup>13</sup> Em 1957, o limite de idade mínimo para pais adotivos caiu de 50 para 30 anos, e a adoção legal de uma criança se tornou possível para casais com seus próprios filhos biológicos.

pode ser que esconder o *status* adotivo de seu filho – insistindo na sua inclusão em pé de igualdade com as demais crianças da família – fosse uma maneira de os pais adotivos darem prova de sensibilidades familiares “modernas”.

*Caso nº 3: inclusão total em uma adoção não tão moderna*

Juliana é a única entrevistada mencionada, neste artigo, que nunca esteve em um encontro da Associação. Eu havia começado a contatar pessoas que tinham escrito ao *site*, mandando mensagens eletrônicas a um punhado daquelas que viviam em Porto Alegre ou nas proximidades, e cujas histórias eu achava particularmente interessantes. Juliana me respondeu no dia seguinte, mas – como ela me disse mais tarde – não sem antes conferir minhas credenciais no *site* da Universidade. Nossa entrevista aconteceu na biblioteca pública de uma cidade vizinha onde ela trabalha como coordenadora de eventos culturais. Juliana, nascida em 1973, é a mais jovem de meus entrevistados, e à medida que fomos descobrindo interesses e conhecidos em comum, tornava-se claro que ela também é a mais próxima do universo profissional em que eu, na qualidade de professora universitária, vivo.

Como quinto filho (e único adotado) de um farmacêutico e neta do primeiro médico da comunidade, ela tinha crescido como caçula muito querida de uma família respeitada. Só soube com certeza que era adotada quando sua irmã mais velha, no calor de uma violenta discussão, disse que Juliana tinha sido “encontrada numa lata de lixo”. A moça tinha então 17 anos, mas já havia tempo que nutria suspeitas de que não tinha nascido na família. Ela tinha cabelos escuros, crespos (“quase afro”, como ela diz) enquanto sua família adotiva, de ancestralidade portuguesa e polonesa, produzia crianças de cabelo liso e olhos claros: “*Eu costumava brincar que talvez fosse porque eu tinha nascido por último – dez anos depois dessa minha irmã – e tinha ficado mais tempo no forno.*” A idade avançada dos pais, bem como os comentários feitos por certos familiares tinham colocado a moça em estado de alerta. Ela ouvia frases como: “*Juliana está ficando cada dia mais parecida com vocês.*” Contudo, a principal razão para as suas suspeitas põe sua história em flagrante contraste com as duas histórias anteriores. Seus pais pareciam ter favorecido Juliana, em detrimento de seus irmãos mais velhos. Estes reclamavam que ela tinha privilégios que eles nunca tiveram, e ela própria considera que conseguia praticamente tudo o que queria: “*Era como se meus pais estivessem se desdobrando para compensar alguma coisa.*”



A despeito do clima obviamente centrado na criança, esta adoção não foi conduzida de forma burocraticamente “moderna”. (Juliana tinha aprendido os detalhes não dos seus pais – hoje falecidos –, que nunca conseguiram discutir a questão, mas de uma tia paterna e de seus irmãos.) A mãe biológica da menina, uma mulher de origem humilde, tinha tido uma relação com um vizinho relativamente abastado e, por causa do fim amargo do relacionamento, não queria guardar lembranças. Vindo a conhecer uma simpática enfermeira na maternidade (a futura mãe adotiva de Juliana), sentiu que tinha encontrado a pessoa ideal para ficar com seu bebê. Assim, carregando a menina recém-nascida no colo, a enfermeira e seu marido saíram diretamente do hospital para o Cartório de Registro Civil, onde obtiveram uma certidão de nascimento como se fossem eles os pais “legítimos”. Diz Juliana: “*Sem dúvida, estavam com pressa por medo de minha mãe [biológica] voltar atrás na sua decisão.*” Entretanto, houve um detalhe curioso nessa história: os novos pais de Juliana fizeram um acordo com a mãe biológica, permitindo que ela viesse fazer visitas em intervalos regulares:

*Eu não lembro de nada, mas as pessoas me contam que ela vinha com duas meninas maiores, talvez de 4 e 6 anos de idade. Ela pode ter até me amamentado por um tempinho. Conhecendo meus pais, acho que eles tentaram reduzir o sofrimento para os dois lados – para mim e para minha mãe biológica. (Juliana).*

Por motivos que Juliana só pode adivinhar (“*Talvez meus pais tenham posto um fim às suas vindas porque não queriam que eu descobrisse que era adotada*”), as visitas pararam quando ela tinha aproximadamente três anos de idade.

A história de Juliana mostra práticas que não se encaixam com facilidade no esquema linear frequentemente apresentado por juristas quando falam da trajetória da “adoção moderna”. Aqui, encontramos, da parte dos pais adotivos, atitudes valorizadas pelos ativistas dos direitos da criança – um desejo pela absorção total, emocional e material da criança na família adotiva. Contudo, a despeito das possibilidades abertas pela legislação de 1965, os pais de Juliana optaram por evitar a interferência estatal, preferindo registrar a criança ilegalmente, como se ela tivesse nascido na família. Um segundo elemento de interesse – elemento que faz nítido contraste com a forma de adoção plena advogada pelos especialistas em adoção hoje – diz respeito à tolerância em relação a uma certa “maternidade compartilhada” implicada nas visitas da mãe biológica.

Neste ponto, o caso de Juliana não é particularmente excepcional. As histórias no *site* da Internet indicam que a negociação direta entre mãe biológica e pais adotivos

continua, até hoje, bastante comum<sup>14</sup>. Hospitais saíram da cena, mas empregadas domésticas (também presentes em muitas das histórias anteriores) ainda desempenham um papel da maior importância – seja como mães biológicas, seja como intermediárias – na escolha de uma família adotiva para a criança.

Não obstante a insistência das autoridades no “Cadastro Único” controlado inteiramente pelos Juizados de Infância, boa parte dos adotantes brasileiros ainda recorrem ao artigo 166 do ECA. Inserido discretamente nas páginas dos procedimentos administrativos do Estatuto da Criança e do Adolescente, esse item deixa uma brecha, permitindo a legalização de uma transferência de criança combinada entre particulares. Para evitar as longas esperas, os trâmites burocráticos e outros impedimentos impostos pelo Juizado de Infância, os pais adotivos podem preferir este tipo de “adoção direta” (AYRES, 2008). No intuito de ter alguma participação nas decisões sobre o destino de seu filho, a mãe biológica também pode preferir esse procedimento. Podemos inferir que, embora adotantes, como os pais de Juliana, pareçam aspirar cada vez mais a um profundo laço parental com seus filhos adotivos, essa expectativa não exclui necessariamente o contato e alguma forma atenuada de maternidade compartilhada com as progenitoras.

### **O “Segredo de Justiça”: regulando desigualdades *entre* famílias**

Ao olhar de perto para os obstáculos que os adotados enfrentam quando procuram saber mais sobre suas origens, começa-se a perguntar pelas razões das injunções institucionais contra a revelação de informação sobre as famílias de origem. Em outros tipos de conflito familiar, autoridades governamentais parecem abraçar a causa dos vínculos genéticos. Desde o início dos anos 1990, as legislações estatais e federais têm promovido campanhas e financiado exames laboratoriais para ajudar filhos “de pai desconhecido” a tomarem conhecimento da “verdade real” das suas origens (FONSECA, 2014). Contudo, a importância do elemento genético parece diminuir nos casos em que a pessoa já possui um pai declarado. Contrariamente às tendências contemporâneas na Europa e América do Norte, não existe no Brasil nenhum questionamento quanto ao anonimato dos gametas doados em casos da maternidade assistida.

---

<sup>14</sup> Durante uma das entrevistas, minha interlocutora revelou que ela tinha negociado uma “adoção direta” com a empregada doméstica menos de dois anos antes.

Quanto à adoção, há décadas, o Código de Processo Civil dita, como em qualquer outro processo lidando com família ou filiação, o segredo de justiça, fazendo com que: “o direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores” (BRASIL, 2015, art. 155, parágrafo único, ênfase minha). Mas, ao escutar meus interlocutores de Filhos Adotivos do Brasil, o “segredo de justiça” tem sido invocado justamente para lhes negar qualquer acesso aos arquivos. E, de modo geral, os juízes parecem ter se valido pouco da cláusula do ECA estipulando que “a critério da autoridade judiciária”, detalhes da adoção podem ser fornecidos para a “salvaguarda de direitos” (BRASIL, 1990, art.47, par. 4) – cláusula, aliás, eliminada da nova versão do ECA (BRASIL, 2009). Pelo jeito, o tratamento confidencial dos documentos (que reservaria a consulta às pessoas diretamente envolvidas) se confunde com sigilo (que torna a consulta por qualquer pessoa contingente à permissão do tribunal). O exame de duas histórias finais sobre o reencontro de pessoas adotadas com suas famílias de origem oferece uma pista quanto à lógica do tribunal diante de tais questões.

Roberto, o fundador de Filhos Adotivos do Brasil, é um quarentão, pai de família e trabalhador no comércio que literalmente passou a vida procurando seus pais adotivos. Sua saga, contada e recontada, tornou-se emblemática dos obstáculos com os quais as pessoas adotadas se confrontam. Roberto é também o único entrevistado citado neste artigo cuja adoção foi mediada do início até o fim pelo Juizado de Infância.

Os pais adotivos de Roberto, orientados, sem dúvida, pelos profissionais do Juizado, tinham lhe contado, desde cedo, que ele era adotado, mas nada mais. Foi somente após anos vasculhando em armários da família, importunando oficiais de justiça, fazendo telefonemas para pessoas encontradas na lista telefônica com sobrenome relevante e até mesmo contratando um detetive particular, que Roberto finalmente fez contato com um parente biológico – o irmão da sua mãe biológica. O homem (que, por certa ironia, ocupava um cargo importante no próprio sistema judiciário) alegava não ter conhecimento da sua irmã – uma ovelha negra na família – e tentou encerrar logo a comunicação. Contudo, pressionado pelo jovem impertinente, ele finalmente revelou informação que resultaria no contato cara a cara entre Roberto e sua mãe biológica. A mulher, embora visivelmente comovida pelo reencontro, negava-se a revelar outras informações que seu filho buscava – a identidade do seu pai, por exemplo, ou a localização do seu irmão gêmeo. E então, reassumindo suas investigações como uma missão que ocuparia boa parte de sua vida pessoal, Roberto se voltou para a Internet como sua última alternativa.

Embora não tenha dado os resultados esperados, no caso de Roberto, o *site* atualmente transmite notícias sobre diversos “reencontros” de adotados com suas famílias de origem. Consegui entrevistar uma dessas adotadas, Laura, de 45 anos de idade, que – ainda sob o impacto da recente reunião com sua família de origem – demonstrava claro prazer em contar os detalhes. Como sua adoção tinha sido legalizada em Cartório, ela conseguiu localizar o nome completo da sua mãe biológica e o *site* dos Filhos Adotivos lhe ofereceu a oportunidade de colocar essa informação na Internet. Dois meses após ter postado sua busca, Laura recebeu um telefonema de um “primo Geraldo”, do Rio de Janeiro – um sujeito que tinha encontrado a história de Laura por acaso, durante uma sessão de navegação noturna. Laura ri ao descrever sua primeira reação: “‘Geraldo?’ *Eu disse, ‘Eu não tenho nenhum primo chamado Geraldo!’*”

No fim, veio à tona que, após a mãe biológica de Laura ter sido obrigada pela pobreza a dar sua filha para conhecidos da vizinhança, ela e sua filha mais velha tinham sofrido muito com a separação. As crianças nascidas da união subsequente da mãe (a primeira das quais recebeu o nome de “*Laura Graziela*”) aprenderam a tratar com reverência a memória dessa irmã mais velha que nunca conheceram. Pouco tempo antes da sua morte, a mãe tinha obtido uma foto de Laura festejando seu aniversário de 15 anos – uma foto que ela colou na parede da sala, ao lado de fotografias de seus outros filhos. Essa mãe havia tentado uma ou duas vezes, ao longo dos anos, fazer contato com a filha, mas esta, incitada pelos seus pais adotivos, tinha se recusado a encontrar com sua progenitora indigna. Laura já estava com mais de 40 anos e criando seus próprios filhos adotivos quando uma mudança de sentimento a levou a somar sua história àquela de outros adotados no *site* da internet.

Ao nos aproximarmos do tema da sua família adotiva, Laura muda sutilmente de tom: “*A adoção tem que mudar. Tem que ser mais aberta, mais conversada...*” Seus pais adotivos consideram sua busca incompreensível. Seu pai a avisou que “aquelas pessoas” (referindo-se à sua família biológica) iriam tirar vantagem dela, pedindo dinheiro. Da mesma forma, suas irmãs mais novas, todas nascidas na família, não são nada solidárias. Mas Laura, creditando muito de sua resolução a oito anos de psicoterapia, tenta agora usar o relacionamento aberto com seus próprios filhos (adotivos) para educar seus pais.

Os casos acima ilustram extremos opostos no processo de adoção. Roberto deixa transparecer sua convicção de que é descendente de uma família com posses da qual foi banido por causa de algum terrível drama moral. Pelo jeito, cinquenta anos atrás, essa

hipótese era bastante plausível, tanto que juristas arguíam, como o Deputado Jaeder Albergaria Siqueira, a favor do segredo no processo adotivo, justamente para proteger o pai biológico: “A não-publicidade do processo e do registro se inspira no complexo de infidelidade que pesa sobre a filiação adotiva, e visa impedir as explorações do *pai natural*” (SIQUEIRA, Jaeder apud SIQUEIRA, Livorni, 2004, p. 49, ênfase minha). A ideia de que os adotados são a prole banida de famílias abastadas também pode ser inferida das palavras de um administrador hospitalar que se negou repassar informação confidencial para um dos meus entrevistados: “*Mesmo se conseguires um mandato judicial, nunca vou te passar esses arquivos. Imagine o dinheiro que vamos ter que desembolsar quando as famílias [biológicas] começarem a nos processar por quebra de sigilo!*” E certamente existe algo dessa lógica na primeira de três questões de uma sondagem formulada pela Associação Filhos Adotivos do Brasil, no seu *site* da internet: “Você concorda que um filho adotivo seja herdeiro dos pais adotivos e dos pais biológicos?”.

A história do reencontro de Laura com sua família de origem fala de outro tipo de desigualdade – um tipo que, a julgar pelas histórias postadas no *site*, é muito mais comum hoje em dia –, em que o nível socioeconômico da família de origem é nitidamente *inferior* ao da família adotiva. Em tais circunstâncias, o princípio do não contato promovido por profissionais da adoção no Juizado é justificado pela necessidade de proteger mulheres pobres contra pressões indevidas (inclusive com possíveis incentivos financeiros) para entregarem suas crianças em adoção. O caso de Sandra (citado acima), bem como aqueles descritos por pesquisadores no Brasil e em outras partes da América Latina (LEINAWEAVER, 2009; SELIGMANN, 2009; LEIFSEN, 2006; VAN VLEET, 2009; MARIANO, 2008) sugerem que tal pressão não é de todo incomum.

Contudo, uma vez a decisão tomada e transferida a criança a um novo lar, o motivo para “chavear os arquivos”, proibindo a divulgação de informações, não fica tão claro. Agora, o segredo de justiça parece proteger pais adotivos contra rivais pelo carinho de seus filhos. Junto à ideia de que pais biológicos possam aparecer e demandar seu filho de volta, existe um medo de que possam vir a usar o filho como alavanca emocional na obtenção de auxílios financeiros. Uma entrevistada, reclamando dos obstáculos judiciais que enfrentou na busca por sua família de origem, mencionou que o juiz, na sua cidade, tinha aberto os registros de adoção apenas uma vez em dez anos – no caso de uma criança adotada sofrendo de problemas de saúde, possivelmente relacionados a fatores genéticos: “Mas ele cuidou para não revelar detalhes à família biológica, exatamente porque os pais adotivos são bem de vida.” Nesses casos, é a desigualdade *entre* famílias que cria consternação.

A despeito das suas histórias distintas, adotados como Roberto e Laura enfrentam barreiras semelhantes quando tentam desafiar o princípio, hoje bem entrincheirado no judiciário, do caráter sigiloso dos processos adotivos. Muitos adotados falam da sua busca como uma peregrinação, crivada de sofrimentos causados por obstáculos burocráticos. Se nasceu em um hospital (e tem alguma ideia em qual), o adotado pode tentar achar os arquivos médicos de seu nascimento. Contudo, meus entrevistados, bem como os colaboradores do *site*, dizem, com frequência, que foram informados de que os arquivos do ano de seu nascimento tinham sido perdidos ou danificados. Quando a informação existe, o adotado é orientado a encaminhar uma petição judicial – um processo árduo, que pode levar meses de investimento, e com resultados incertos.

Adotados também podem tentar rastrear informação nos Cartórios de Registro Civil (supondo que exista uma certidão de nascimento em nome da mãe biológica), mas, sem o aval da Corte, eles encontram obstáculos financeiros. Segundo uma entrevistada, o Cartório cobra uma taxa para cada arquivo que disponibiliza, e como a maioria das pessoas tem apenas uma vaga ideia do dia e mesmo do Cartório onde possam ter sido registradas, correm o risco de consultar centenas de pastas antes de encontrar a certa. Por causa dos obstáculos, alguns adotados admitem ter usado meios extralegais para encontrar nomes e endereços ligados a suas famílias de origem: um “amigo” trabalhando nos arquivos do hospital, um tio com acesso aos arquivos da Receita Federal... De todo modo, fica claro que os adotados têm poucas chances de alcançar seu objetivo sem acionar uma rede ampla de recursos.

Para aquelas pessoas que foram legalmente adotadas, pode-se supor que, em algum lugar nos arquivos dos tribunais, há um documento contendo a preciosa informação que procuram – não apenas o nome dos pais biológicos, mas também um endereço ou outros detalhes que possam facilitar a busca. Contudo, se é possível encontrar juízes colaboradores, inclinados a aprovar as petições dos adotados (e cujos nomes são passados entre os membros da Associação), a maioria, pregando cautela, parece mais inclinada ao indeferimento.

Em 2009, o Congresso promulgou uma “nova lei de adoção” rezando que: “O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos” (BRASIL, 2009, art. 48).

Contudo não houve atualização dos vários documentos emitidos pelo judiciário e consultados até hoje para orientar as práticas de leigos e profissionais nesse campo. Nestes documentos, consta sempre a questão: “Qualquer pessoa pode ter informações

sobre os dados de um processo de adoção?” E, de forma significativa, vem sempre uma variante da seguinte resposta da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB):

Não. O processo de adoção tramita em segredo de justiça. Apenas o adotado pode ter acesso às suas informações, assim mesmo, somente após autorização judicial. Pais biológicos destituídos do poder familiar não têm acesso a esse material (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2008, p. 22).<sup>15</sup>

Em todo caso, as persistentes queixas dos adotados com os quais tive contato não deixam dúvidas quanto à relação de forças implícita nesse controle de informações (ver FONSECA, 2009b).

### **Os direitos das famílias biológicas: um elo fraco na cadeia**

Um exame da legislação brasileira mostra que, no final do século XX, com a implantação da *adoção plena*, triunfou a noção de inclusão total da criança na família adotiva, mas ao preço de uma ruptura total com a família biológica. Contudo, com base nos depoimentos presentes nesse artigo, levanto a hipótese de que o princípio da “ruptura limpa” existia, na prática, muito antes da adoção plena, isto é, antes de ter aparecido na lei formal. Como vimos, os adotados nascidos até o final dos anos 1970 reclamam não apenas que lhes foi vedada a possibilidade de contato com seus parentes biológicos, mas também que o próprio fato da adoção havia sido escondido deles. Assim, muito antes de as autoridades governamentais incorporarem o princípio da ruptura à política oficial, os pais adotivos estavam utilizando as suas próprias estratégias para garantir o pertencimento exclusivo da criança à sua família.

Não é incomum ouvir comentaristas da adoção falarem de mudanças legislativas, nesses últimos cinquenta anos, como se se tratasse de uma evolução histórica “espontânea” – a consequência inevitável do *status* crescente das crianças como objeto de cuidados e afeto. Reconhecer pais adotivos como vanguarda da política oficial suscita outra possível interpretação: de que as leis atuais teriam evoluído para legitimar as concepções das pessoas mais influentes do processo. Evocando a hipótese de Modell

<sup>15</sup> O *Jornal do Senado* estipula que “somente os candidatos têm acesso às informações”; a Corregedoria-Geral de Santa Catarina coloca que “somente os requerentes podem ter acesso às suas informações”. Não obstante a ambiguidade dessas orientações, vemos que, em todos os casos, acrescenta-se uma frase garantindo que os pais biológicos ou genitores não receberão nenhuma informação. Disponível, respectivamente, em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/Ado%C3%A7%C3%A3o/not002.htm> e <http://cgl.tjsc.jus.br/ceja/faq.htm#5>. Acesso em: 25 jul. 2015.

(1994) – que a herança é a “questão mais inquietante” dos dilemas que envolvem a adoção –, sugiro que é altamente problemático admitir grandes diferenças socioeconômicas no seio do grupo familiar. Visto desse ângulo, o segredo de justiça parece proteger nem tanto a criança quanto o investimento emocional e patrimonial da família adotante.

Hoje, a crescente visibilidade dos adotados brasileiros pode estar desestabilizando o jogo tradicional de poder no processo de adoção. Porém, a questão permanece: o que muda para o elo mais fraco da “tríade adotiva”, isto é, para as famílias biológicas? Pesquisadores descrevem como, na Europa e na América do Norte, mães biológicas e pessoas adotadas têm unido forças para exigir formas mais abertas de adoção (MODELL, 1994; CARP, 2004; LEFAUCHEUR, 2004). Seja qual tenha sido a situação nas décadas passadas, hoje, a vasta maioria de crianças brasileiras dadas em adoção vem de famílias muito pobres, que também teriam ampla razão para combater políticas de ruptura total (CARDARELLO, 2009). Contudo, apesar do avanço da democracia liberal e do desenvolvimento de diferentes tipos de movimentos populares, as famílias biológicas não encontraram sua voz como atores políticos. Elas permanecem, na melhor das hipóteses, as beneficiárias passivas de organizações não governamentais (ONGs) e serviços de assistência social que, nos últimos anos, têm dado atenção crescente à convivência familiar (FONSECA, 2009a).

A Associação por mim estudada mostra pouca inclinação em ocupar este vazio. A observação dos debates das reuniões sugere que, embora alguns adotados vejam seus pais biológicos como vítimas, muitos se referem a eles em termos de irresponsabilidade e abandono – julgamentos que, facilmente, conduzem a atitudes punitivas ou, alternativamente, a uma necessidade “de perdoar”. Assim como em outros cenários, os adotados parecem mais interessados na realização pessoal do que na economia política do processo adotivo (MODELL, 1994; SELIGMANN, 2009). Na Associação brasileira estudada, as barreiras de classe podem dificultar ainda mais a identificação dos adotados com a perspectiva das famílias biológicas. Contudo, ao denunciar o segredo guardado por seus pais adotivos, assim como a confusão evidenciada pelos serviços institucionais entre a confidencialidade dos dados exigida pelo segredo de justiça e o sigilo total, suas experiências podem provocar o questionamento de verdades autoevidentes no campo jurídico, chamando atenção para tensões subjacentes de poder e desigualdade.

(Traduzido do inglês por Ethon Fonseca com acréscimos e modificações feitos pela autora)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Uma versão preliminar desse artigo foi publicada em inglês com o título “Family belonging and class hierarchy: Secrecy, rupture and inequality as seen through the narratives of Brazilian adoptees”. *The*



## Referências

ABREU, Domingos. **No Bico da Cegonha: Histórias de Adoção e da Adoção Internacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ABREU FILHO, Ovídio de. Parentesco e Identidade Social. **Anuário Antropológico**, v. 80, p. 95-118, 1982.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Adoção passo a passo**. Disponível em: <[http://www.amb.com.br/museumdestino/docs/Cartilha\\_Passo\\_a\\_Passo\\_2008.pdf](http://www.amb.com.br/museumdestino/docs/Cartilha_Passo_a_Passo_2008.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2015.

BRASIL. **Estatuto da criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 16 de junho de 1990 [e [retificado em 27 de setembro de 1990](#)].

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis n<sup>os</sup> 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n<sup>o</sup> 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n<sup>o</sup> 5.452, de 1<sup>o</sup> de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 4 de agosto de 2009 [e retificado em 2 de setembro de 2009].

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, 17 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3.133, de 8 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. **Diário Oficial da União**, 9 de maio de 1957.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, 5 de janeiro de 1916.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, 11 de outubro de 1970.

CARDARELLO, Andréa. The Movement of the Mothers of the Courthouse Square: Legal Child Trafficking, Adoption and Poverty in Brazil. **Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 14, n. 1, p. 14-161, 2009.

---

*Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 14, n. 1, p. 92-114, 2009.

CARP, E. Wayne. **Family Matters: Secrecy and Disclosure in the History of Adoption**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **Adoption politics: Bastard Nation and Ballot Initiative 58**. Lawrence: University Press of Kansas, 2004.

DANTAS, Luisa. **“Pais” ou “patrões”**: Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2008.

DUARTE, Luiz Fernando. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan. **The common place of law: stories from everyday life**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

FONSECA, Claudia. Inequality Near and Far: Adoption as seen from the Brazilian Favela. **Law & Society Review**, v. 36, n. 2, p. 101-134, 2002.

\_\_\_\_\_. Patterns of Shared Parenthood among the Brazilian Poor. Theme issue “Transnational Adoption”. **Social Text**, v. 21, n. 1, p. 111-127, 2003.

\_\_\_\_\_. Aventuras familiares: do acolhimento à adoção. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, P. (orgs). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009a.

\_\_\_\_\_. Direito às Origens: Segredo e Desigualdade no Controle de Informações Sobre a Identidade Pessoal. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 493-526, 2011.

\_\_\_\_\_. **Parentesco, tecnologia e lei na era do DNA**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GANDSMAN, Ari. ‘A prick of a needle can do no harm’: Compulsory extraction of blood in the search for children of Argentina's disappeared. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 14, n. 1, p. 162-184, 2009.

GESTEIRA, Maria Soledad. “Nosotros lo sentimos”. Emociones y saberes en las búsquedas de origen biológico de personas adoptadas o inscriptas falsamente en Argentina. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 32, p. 435-467, 2012.

GOLDSTEIN, Donna. **Laughter Out of Place: Race, Class, Violence and Sexuality in a Rio Shantytown**. Berkeley: University of California Press, 2003.

KUZNESOF, Elizabeth. The Puzzling Contradictions of Child Labor, Unemployment, and Education in Brazil. **Journal of Family History**, v. 23, n. 3, p. 225-239, 1987.

LEFAUCHEUR, Nadine. The French ‘Tradition’ of Anonymous birth: the lines of argument. **International Journal of Law, Policy and the Family**, v. 18, n. 3, p. 319-342, 2004.

LEIFSEN, Esben. **Moralities and politics of belonging**: Governing female reproduction in 20th century Quito. Oslo: Unipub, 2006.

LEINAWEAVER, Jessaca. Kinship into the Peruvian adoption office: Reproducing families, producing the state. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 14, n. 1, p. 44-67, 2009.

LUGONES, Maria Gabriela. **Obrando em autos, obrando em vidas**: Formas y fórmulas de protección judicial em los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: Laced-epapers, 2012.

MARCELIN, Louis H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo baiano. **Mana**, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MARIANO, Fernanda N. **Adoções 'prontas' ou diretas: buscando conhecer seus caminhos e percalços**. 2008. Tese. (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

MARRE, Diana. 'I want her to learn her language and maintain her culture'. In: WADE, Peter (Ed.). **Race, ethnicity and nation in Europe**: perspectives from kinship and genetics. Oxford-New York: Berghahn Books, 2007. p. 73-95.

MILANOVICH, Nara. Informalidad y Extralegalidad de los Niños en América Latina. Del Período Colonial hasta el Presente. In: RODRÍGUEZ, Pablo; MANNARELLI, Maria Emma Mannarelli (Eds.). **Historia de la Infancia en América Latina**. Bogotá: Universidad Externada de Bogotá, 2007. p. 591-613.

MODELL, Judith. **Kinship with Strangers**: Adoption and Interpretations of Kinship in American Culture. Berkeley: University of California Press, 1994.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças**: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade de Santa Úrsula, 1995.

ROSE, Nikolas. Governing 'Advanced' liberal democracies. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Orgs.). **The Anthropology of the State**: a Reader. Oxford: Blackwell, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalizing Institutions**: Case Studies in Regulation and Innovation. Aldershot: Ashgate, 2000.

SCOTT, James. C. **Seeing Like a State**: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have Failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SELIGMANN, Linda. The Cultural and Political Economies of Adoption Practices in Andean Peru and the U.S. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 14, n. 1, p. 115-139, 2009.

SIQUEIRA, Liborni. **Adoção**: Doutrina e Jurisprudência. 10. ed. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 2004.

SZNICK, Valdir. **Adoção**. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1993.

VAN VLEET, Krista E. 'We had already come to love her': Adoption at the margins of the Bolivian state. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 14, n. 1, p. 20-43, 2009.

VIANNA, A. **O mal que se adivinha**. Polícia de minoridade no o Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

VILLALTA, Carla. Cuando la apropiación fue adopción. Sentidos, prácticas y reclamos en torno al robo de niños. **Revista Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 24, dez. 2006.

VOLKMAN, Toby. Seeking Sisters: Twinship and Kinship in an Age of Internet Miracles and DNA Technologies. MARRE, Diana; BRIGGS, Laura (Eds). **International Adoption: Global Inequalities and the Circulation of Children**. New York: New York University Press, 2009. p. 283-301.

YNGVESSON, Barbara. Refiguring Kinship in the Space of Adoption. **Anthropological Quarterly**, v. 80, n. 2, p. 561-579, 2007.

ZAPIOLA, María Carolina. **Un lugar para los menores**. Patronato estatal e instituciones de corrección, Buenos Aires, 1890-1930. 2014. Tese. (Doutorado em História) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2014.

## AS REARTICULAÇÕES DE SOCIABILIDADE DECORRENTES DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Parry Scott

Professor de Antropologia da Universidade Federal  
de Pernambuco (UFPE).

Mariama Vicente

Bacharel em Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Pernambuco (UFPE).

Leonardo Nóbrega

Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos  
Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio  
de Janeiro (IUPERJ).

Rafael Acioly

Bacharel em Ciências Sociais da UFPE, Mestre em  
Antropologia Universidade Federal de Pernambuco  
(UFPE).

### **Resumo:**

Quatro conjuntos de parentes em migrações internacionais são examinados enfatizando qualidades de sociabilidade entre gêneros, gerações e grupos identitários, com entrevistas feitas no Recife. Realçam-se articulações de *grupos de mulheres* para enquadrarem o ato migratório na rede de relações estabelecidas femininas. Investigam-se redefinições de *relações hierárquicas entre gerações* com intensa negociação sobre autonomia emocional e financeira para jovens. Mostra contrastes marcados de *identidade*, adesões a práticas e lealdades em realidades internacionais históricas e geográficas circunscritas. Argumenta que os parâmetros para entender a complexidade de migrações internacionais são multifacetados e mostram a (re)construção de obrigações, direitos e lealdades na rearticulação entre intimidades de sociabilidade entre parentes e estruturas sociopolíticas contextuais.

**Palavras-chave:** Migrações. Sociabilidade. Genealogia. Mulheres.

### ***REORGANIZING SOCIABILITIES THROUGH INTERNATIONAL MIGRATION***

### **Abstract:**

This study uses genealogical interviews done in Recife to examine how four kin-related groups of participants in international migration have been affected in their qualities of gender, generation and identity group sociability in that international mobility context. The rearrangements of relations between groups of women are understood in migratory events that make up part of a network of relations

established between women. The redefinition of hierarchical relations between generations are seen as part of a search for emotional and financial autonomy for the young. It highlights different identity markers as it discusses adherence to and practices of differing loyalties to circumscribed historical and geographic realities. It argues that parameters for understanding migration are complex and multifaceted and show the (re)construction of obligations, rights, and loyalties re-articulating the relation between the intimacy of sociability among relatives, and the insertion in contextual sociopolitical structures.

**Keywords:** Migration. Sociability. Genealogy. Women.

## **Introdução**

O uso da metodologia de genealogia com redes de parentes, onde há ocorrências de migrações internacionais, fornece um ambiente propício para a compreensão das influências da mobilidade internacional sobre a tessitura da sociabilidade nestas próprias redes. Dados de pesquisas obtidos com quatro informantes no Recife, que têm redes de parentes com pelo menos uma ocorrência de migração internacional, permitem a elaboração de caracterizações de qualidades de sociabilidade entre gêneros, gerações e grupos identitários geograficamente situados, estabelecidas com a mobilidade dos integrantes.

A mobilidade internacional representa uma vitrine específica para observar os efeitos da mobilidade sobre as redes familiares, de parentesco e de amizades, já que uma decisão de transnacionalizar a mobilidade introduz fatores que diferenciam esta experiência das demais de migração não transnacional que comumente ocorrem nas redes de parentesco.

Para aprofundar a discussão, a equipe de pesquisa *A Família no Meio do Mundo*<sup>1</sup> selecionou quatro casos de conjuntos de parentes migrados nas genealogias construídas. Esta pesquisa trabalha com a noção de que as famílias, os parentes e os amigos conseguem articular uma continuidade das suas relações de sociabilidade diante da realidade de mobilidade, e é na constituição desta sociabilidade que se explica grande parte da lógica dos atos de migrar e da sua relação com as estruturas socioeconômicas que os sustentam ou que os estimulam.

## **Genealogias e Migrações na ótica de redes de parentesco: encapsulando cem anos**

Há muito tempo os antropólogos reconhecem que as genealogias mais completas se fazem com as pessoas mais velhas, realidade que toma forma para os brasileiros com a

---

<sup>1</sup> Com apoio de CNPq.

declaração de Barros (1987), na qual ressalta que a autoridade e o afeto de gerações mais velhas se constroem em virtude do fato de que a sua memória abarca minimamente cinco gerações sobre as quais se pode contar de memória pessoal.

As nossas genealogias foram realizadas com mulheres de entre 45 e 75 anos. Por pertencerem a faixas etárias bem distintas, não há muita homogeneidade no que concerne à sua capacidade ou referência temporal de memória. Uma genealogia abrange muitos níveis de relacionamentos sobre os quais se tenha algum conhecimento íntimo (especialmente quando mais proximamente relacionado ao informante). Partindo da lógica de parentesco e de família, as referências geográficas com fronteiras nacionais, estaduais e municipais, tão usadas na construção de fluxos mensuráveis por estatísticas de agências do Estado, diluem-se, e cria-se uma série de nódulos de referência a partir da localização de conjuntos de parentes. Embora não se tenha intenção de recriar as histórias específicas de migrações com estes dados, ressalta-se que os eventos migratórios (intermunicipais, interestaduais, inter-regionais e internacionais) ganham especificidades que permitiriam uma reconstrução destas transformações com a passagem de tempo.

Os relatos ouvidos passam de detalhamentos intensos sobre os significados das relações ocorridos em casos muito próximos e bem conhecidos de migrações, para declarações normativas gerais sobre deveres de certas qualidades de parentes, próximos ou distantes. De todo modo, coletado em meio de uma multiplicidade de relações entre parentes, o que conta sobre a migração é um relato que dá mais destaque às obrigações e direitos de parentesco do que às obrigações e aos direitos estabelecidos em legislações e locais específicos. Como a migração internacional de brasileiros, salvo algumas exceções, concentra-se nas gerações mais recentes, será sobre essas últimas que recairá o foco.

A decisão de procurar uma informante para fazer a genealogia fez com que fosse possível identificar, sempre, uma “casa de referência” para a construção da rede de parentesco. É em torno desta casa que boa parte da análise gira, pois são as percepções das informantes “pivôs” destas redes sobre as relações entre as gerações, sobre a importância de casas originárias (que serviam de referência na infância e juventude das informantes), da importância das suas próprias casas e dos seus parentes mais próximos e mais distantes, e da criação de “novas casas de referência” que informam a construção do significado das migrações. Pina Cabral (2003) usou quatro casas de referência numa excelente recomposição da realidade de

parentesco e de migração no Norte de Portugal. Como o foco aqui é diferente – é na dispersão e na recriação de redes solidárias entre migrantes jovens e não migrantes –, será dada menos atenção às especificidades do Recife, e mais à composição das relações observadas. Estudos como os reunidos pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD (CASTRO, 2001), em Fonseca (2007) e em Martes e Fleischer (2003) já deram algumas contribuições importantes para a compreensão deste fenômeno e sustentam parte da nossa compreensão, todavia, não tiram a importância de estudos como o de Pina Cabral (2003), que continuam servindo para reforçar e estabelecer comparações com algumas das interpretações apresentadas aqui, e que vem sendo refinados pelo Grupo de Estudos sobre Migrações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Grupo de Estudos sobre Migração e Sociedade da Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e pela coleção de Cadernos da OBmigra (2015).

Apenas para exemplificar a quantidade de informações provenientes de uma única genealogia, usaremos os dados de uma das redes de parentesco investigadas por nossa equipe. A informante, de 63 anos, entre os quase 300 parentes, reconhece 272 pelo nome, e conta muitos detalhes sobre os mais próximos: o pai e a mãe, 16 tios *consanguíneos*, os dois filhos, 46 primos de primeiro grau, 20 sobrinhos, e relata ainda alguma coisa sobre os avós, e os sobrinhos netos, bem como sobre os cônjuges dos diversos parentes consanguíneos. Há uma casa de referência num município do interior de Paraíba, e outros conjuntos de parentes nucleados em Campina Grande e Recife e também no Rio de Janeiro e Brasília. O número de eventos migratórios termina sendo enorme, a depender do tipo de mobilidade que se identifica como migração. No meio de todas as relações, há muitas viagens e afinidades com países estrangeiros relatados: há uma tia que casou com um inglês e mora na Inglaterra, talvez com alguns filhos; uma sobrinha adotiva que foi re-adotada na Suíça; um sobrinho que foi junto com a esposa trabalhar nos Estados Unidos, deixando os filhos, após o fracasso de uma empresa de exportação; uma sobrinha que levou os dois filhos para Austrália, acompanhando a transferência e promoção do marido que trabalha numa empresa transnacional; e uma outra sobrinha, que encontrou um marido italiano numa viagem e foi morar na Suíça.

Então, ao tratar de quatro genealogias, trata-se, de fato, de mais de um milhar de relações de parentesco (ver BARNARD; GOOD 1984), mas, no caso deste trabalho, centraremos a atenção em apenas um caso de cada uma das quatro genealogias.



## Os quatro casos

A escolha de quatro casos de migração internacional foi intencional, dada a qualidade de informações coletadas sobre cada caso, e o fato de a migração ser a mais recente no conjunto daquelas identificadas nas redes de parentesco investigadas. A seguir, apresentam-se as características principais de cada caso, deixando que os detalhes apareçam nos desdobramentos elaborados nos itens sobre a articulação feminina, a autonomia e individualização juvenis e as rearticulações das redes para a compreensão da relação entre direitos e obrigações de família e parentesco e de contextos internacionais jurídicos e políticos:

a) *Lea* é a irmã da entrevistada e, quando tinha em torno de vinte e cinco anos, foi para Portugal. Viajou junto com o marido, angolano fugido da guerra civil, com longa vivência no Rio de Janeiro e depois em Recife, e com quem tinha três filhas novas. Ele havia ficado desempregado e viajou na frente para reunir-se com os pais em Portugal. Foi seguido por Lea, seis meses mais tarde, levando as três filhas com ela. Ficaram morando com os sogros dela.

b) *Ruth* é sobrinha de outra entrevistada. Foi morar na Alemanha a convite da sua irmã mais velha, que já havia estabelecido uma residência na Alemanha, primeiro com um alemão que conheceu quando foi estudar a língua naquele país, e depois, com outro, após a separação. Quando a irmã chamou, Ruth tinha entre vinte e cinco e trinta anos, e a informante disse que ela também foi aprender alemão. Terminou ficando, morando com um alemão com quem teve um filho.

c) *Samantha* é sobrinha de outra entrevistada. Com aproximadamente vinte e cinco anos ela foi morar na Suíça, após se casar com um estudante italiano que conheceu numa visita a Austrália, durante uma temporada em que ela estava passeando e, eventualmente, ajudando a cuidar dos filhos da prima. Namoraram na Austrália e decidiram se casar e morar perto dos pais dele, numa cidade pequena na Suíça.

d) *Maria* é nora e mãe de três netas de outra informante. Os três filhos dela continuaram morando na casa da ex-sogra, mesmo após a separação do seu marido, filho da informante, que retornou à casa da mãe. Após passar uns três anos entre subempregos e desempregos, Maria, com aproximadamente trinta anos, aceitou o convite do seu irmão, que vivia na Espanha, para mudar-se para lá, onde ela vive fazendo serviços domésticos, faxina e limpando barcos.

Em todos os casos trata-se de migrações femininas. Sem contar com as gerações anteriores, as entrevistas com as quatro informantes principais das genealogias identificaram oito migrações internacionais femininas e duas migrações masculinas (excluindo as três filhas que foram levadas por Lea e um casal de filhos levado pela prima de Samantha). As migrações internacionais são muito mais esparsas e inexpressivas entre as gerações ascendentes. Esta tendência de feminilização das migrações internacionais já foi reportada por vários autores (ANTHIAS, 2000; ARANGO, 2007; SCOTT, 2004; PISCITELLI, 2008), e, sem dúvida, associa-se à ascensão do movimento feminista, tanto no trabalho feminino quanto no ganho de autonomia global em esferas públicas, nas mais diversas sociedades. Se antigamente a mobilidade masculina de longas distâncias foi um elemento associado ao risco e aos perigos e o aventurar-se acrescia prestígio aos homens, a queda de tabus de mobilidade permitiu que as mulheres ocupassem estes espaços, mesmo que se evidencie uma diferenciação nos significados atribuídos a essas migrações. Um exemplo disso é a criação de imagens da importância do mercado de sexo<sup>2</sup>, que ocupa uma parte reduzida da porcentagem de migrações, e que recebe uma quantidade desproporcional de atenção na compreensão da migração feminina.

A variedade de destinos se relaciona tanto ao fato de que se procuraram pessoas em genealogias “com alguém com experiência de migração internacional”, sem especificar destinos, quanto ao fato de não haver um fluxo migratório internacional fortemente preferencial que predomina entre recifenses. Assim, além de Portugal, Espanha, Suíça e Alemanha, nas quatro redes de parentesco houve migrações para Itália, Inglaterra, Austrália, El Salvador e Estados Unidos, confirmando a dispersão de destinos. Sabe-se que os brasileiros, como quaisquer outros migrantes, residem, com frequência, em comunidades de imigrantes no exterior, e isto constitui uma das formas de adaptação e articulação no novo ambiente da maior importância para os migrantes. A *adesão identitária* ao país do destino é um elemento da maior importância para as rearticulações de sociabilidade, mas a ênfase, aqui, recai na articulação entre mulheres e na procura de autonomia e individuação de jovens migrantes e suas implicações para as relações entre as gerações numa trama de redes de parentesco – antes de comentar qualquer coisa sistemática sobre as leis e obrigações que fazem com que circulação entre países não seja uma coisa tão livre assim.

---

<sup>2</sup> Para um olhar mais aprofundado na direção do tráfico de mulheres para o mercado internacional do sexo, ver *Cadernos Pagu*, v. 31, 2008 e v. 25, 2005.

## A articulação feminina

Em cada um dos casos investigados, percebem-se as articulações que grupos de mulheres realizam para enquadrar o ato migratório na rede de relações estabelecidas em torno dos informantes da pesquisa, realçando os seus esforços de simbolizar o evento como fazendo parte da rede existente, mesmo quando se reconhece a individualidade dos participantes e dos seus direitos nessa rede e nos contextos para onde migram. Essa atividade de caráter feminino tem como principais características a realização em condições que permitem a execução de projetos migratórios, que também podem ter recebido influência da rede de parentesco em seu planejamento.

Numa análise da migração rural/urbana entre a década de 1930 e a década de 1960, Eunice Durham (1973) observa, entre os grupos migrantes, que a rede de relações mais importante para o projeto de migração está no parentesco, pois esta rede oferece o apoio financeiro e emocional para os que migram primeiro, bem como o preparo para os que migram em seguida. É nelas que se avalia a oportunidade para a continuação das migrações ou para um eventual retorno. Mas o que mais chama atenção é que, geralmente, cabe às mulheres a manutenção dos vínculos familiares, mesmo diante de uma separação espacial. “São as mães que ‘não trabalham fora’, que iniciam e mantêm as relações de parentesco e vizinhança, nas quais maridos e filhos solteiros participam, por assim dizer, por intermédio das mulheres” (DURHAM, 1973, p. 208). Daí um primeiro esforço em buscar com as mulheres de meia idade informações sobre suas redes de parentesco.

A ligação feminina com a esfera privada relacionada principalmente ao cuidado oferece uma das caracterizações mais expressivas dessa atuação. Dessa forma, destacam-se como possíveis atuações desses grupos de mulheres a atividade de cuidar dos que não puderam ir imediatamente, das crianças que não podem se aventurar numa tentativa de migração ilegal ou insegura, dos bens que não puderam ser levados ou vendidos, ou mesmo a busca por recursos para que a migração possa ser concretizada.

Dentre os casos selecionados por nossa equipe, é possível observar articulações que envolvem mulheres que permitiram que a migração fosse realizada. Podemos destacar o acolhimento de Lea e suas filhas por sua irmã e sua sogra em Portugal; a peregrinação de Samantha se aproveitando das oportunidades oferecidas por sua tia, seu tio e sua prima; a

possibilidade de migrar oferecida pela sogra de Maria, ao assumir os cuidados com os filhos; e a oportunidade oferecida à Ruth por sua irmã de morar na Alemanha.

Para fins de exposição, dividem-se em dois focos mais amplos os exemplos de atuações levantados pelos casos selecionados. Primeiro, analisa-se a geração de oportunidades de migração, que, mesmo não sendo todas de origem feminina, despertaram a articulação de mulheres para sua realização. Em seguida, aborda-se a geração de possibilidades que giram muito mais em torno do cuidado e de uma atuação ainda mais efetivamente feminina.

Lea e Maria foram para a Península Ibérica por intermédio de homens. A primeira, para acompanhar o marido na busca por um trabalho e melhores condições de vida para sua família. A partida dele para Portugal seis meses antes, para organizar tudo antes da viagem de Lea com as três filhas do casal, intensificou a criação da rede de apoio feminino. Maria, por sua vez, aceitou o convite de seu irmão, que já estava na Espanha fazia alguns anos, que lhe oferecia uma oportunidade de trabalho. Ruth segue uma irmã, que, em virtude do casamento, estabelecera-se na Alemanha. Samantha, por fim, faz uma peregrinação em busca de investir em seus estudos, através das oportunidades oferecidas por uma tia no Recife, por um tio em Brasília e por uma prima em Joinville e na Austrália, mas sua última mobilidade estabelece mesmo como uma migrante, ao casar-se com um italiano radicado na Suíça.

Gláucia Assis (2003), em sua investigação acerca das migrações entre Criciúma e os Estados Unidos, percebe que mulheres geralmente migram acompanhadas de um membro da família, enquanto homens migram muito mais na companhia de amigos. Embora Lea tenha sido a única a migrar realmente na companhia de familiares, no caso, suas três filhas, todas as demais migrantes tiveram por destino o encontro com um parente. As motivações da migração variam entre a continuidade do casamento, como é o caso de Lea; a busca por um trabalho, como é o caso de Maria; ou mesmo por passeio, como coincidem as idas de Samantha para a Austrália e de Ruth para a Alemanha. Observa-se, portanto, assim, como apontam estudiosos de migrações internas e internacionais, que a decisão de para onde ir sofre influência da família, no sentido de que ter alguém, um amigo ou um parente, no destino possibilita uma adaptação menos conturbada, uma vez que quem primeiro se aventurou já desenvolveu conhecimento suficiente para auxiliar nesta adequação (DURHAM, 1973; FUSCO, 2001; ASSIS, 2003).

Tomada a decisão de migrar, escolhido o lugar de destino, resta a organização do que é necessário para efetivar a migração. Aqui é um lugar de atuação propícia das redes de mulheres. Observemos caso a caso.

As necessidades financeiras levam Lea e seu marido a considerarem a hipótese de procura, em Portugal, junto aos familiares dele, de uma oportunidade econômica mais favorável. Decidem que ele vai primeiro, para que organize a chegada da esposa e das três filhas. Elas, por sua vez, são abrigadas pela irmã de Lea durante seis meses, quando finalmente viajam. Em Portugal, a família morou na casa dos sogros de Lea ao longo de mais de um ano, e sua sogra tratava de conformá-las aos costumes do país. Lea e suas filhas estiveram no cerne de uma rede de mulheres que se estende desde o Brasil, cujo apoio foi dado pela irmã de Lea, até Portugal, quando sua sogra se põe na posição de auxiliá-la no processo de adaptação àquele país. Os conflitos que surgiram nessa configuração final, gerado pelo excesso de rigor da avó para com as meninas, só foram sanados quando Lea e a família se mudaram para um apartamento. Ainda assim, a rede foi acionada mais uma vez com a morte do marido de Lea, que motivou os pais dele a se mudarem para mais perto dela (e das netas), a fim de oferecer um suporte maior.

Embora o irmão de Maria tenha sido seu passaporte para a Espanha, o apoio de sua ex-sogra foi essencial, uma vez que ela se disponibilizou para cuidar, com a ajuda do pai das crianças, dos filhos de Maria. As duas mulheres dividem entre si a responsabilidade de educar os três filhos de Maria, e para isso se utilizam de uma comunicação aberta e constante. Embora tal relação não esteja livre de conflitos, é muito clara a disponibilidade da avó em manter os laços afetivos entre mãe e filhos muito bem “atados”.

A transferência do cuidado com os filhos da migrante para uma outra mulher de sua rede, seja para sua mãe, sua tia, ou sua sogra, é, talvez, a articulação mais delicada. Como apontam o exemplo de Lea e de Maria: a primeira, que parece ser substituída pela sogra mesmo em sua presença; e a segunda, que delega à sogra a tarefa de educar de perto seus próprios filhos enquanto ela está muito distante dali. No caso de Maria, o reconhecimento da individualidade da migrante que parte em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos e, para tanto, deixa-os em seu local de origem, poderia ter gerado a quebra da sua posição na rede de parentesco, já iniciada pelo divórcio do pai das crianças. Mas o interesse de ambas as mulheres em manter a posição de Maria como mãe e da avó como avó, permitiu também a manutenção da migrante como parte

da rede, através da manutenção simbólica da sua presença junto aos seus filhos, por intermédio das possibilidades tecnológicas oferecidas pelos meios de comunicação, como o telefone e a Internet.

Samantha, vista pelos seus familiares como necessitando de especial atenção, recebe destes apoios dos mais diversos para um maior desenvolvimento pessoal. Foi acolhida por uma tia em Recife, para o propósito de investir em sua educação. Migrou para Brasília, para a casa de um tio, que permitiu que ela tomasse mais a sério o estudo e alcançasse um curso superior. Ainda na casa do tio, desenvolveu uma forte amizade com uma prima que a levou para uma temporada em Joinville e outra na Austrália. Na Austrália, os cuidados que ela ofereceu aos filhos de sua prima permitiram que ela continuasse na companhia daquela família, até que conheceu um parceiro, casou-se e mudou-se para Suíça com ele.

Como já mencionado, é interessante notar que mesmo os casos em que homens iniciaram a migração ou ofereceram apoio, observa-se que eles despertaram a atuação de uma rede feminina, pois o cuidado é uma atividade legada à mulher. Outro fator que merece ser repetido é que todos os casos apontados tratam de migração feminina, o que aponta para a continuidade das redes já existentes.

### **Autonomia e solidariedade familiar entre gerações**

Um conjunto de estudos recentes sobre ciclos, cursos e trajetórias de vidas de jovens (DALSGAARD, FRANCH, SCOTT, 2008; FRANCH, 2008; MÜLLER, 2008; TAVARES, 2009), revisam a literatura sobre juventude e se posicionam contrários a tratamentos lineares que super valorizam sequências e transições que se referem a um modelo idealizado que há anos orienta muito que se pensa sobre juventude. É importante ressaltar que a oposição é à ideia da linearidade e não à ideia de transição. Muito ao contrário, há uma valorização de simbolizações hierarquizadas de desenvolvimento humano, mesmo que tais hierarquizações possam sofrer inversões valorativas. Para exemplificar, a adulta que se valoriza pela sua jovialidade se vangloria não somente de ser adulta, mas também por ter um espírito e aparência de jovem. Não desmonta a valorização de ser adulto, e acresce a ele significados que são valorizados pelo consumo. Também reconhece a possibilidade de diálogos intergeracionais que permitem uma busca subjetiva de positividade na redefinição dos seus antecedentes temporais (ou seja, entre outras coisas, fugir da valorização negativa do envelhecimento). A queda de

modelos idealizados de família e a flexibilização da vivência da esfera familiar, moral e legalmente, favorecem muito menos a ideia de um curso ou trajetória a serem vividos (THERBORN, 2006). Estas considerações se tornam muito relevantes para a compreensão dos padrões diversos de migrações internacionais no que diz respeito à construção da ideia de juventude, autonomia e solidariedade familiar.

Ao focalizar a moradia na sua contribuição ao fenômeno da aquisição de conhecimento e habilidades para jovens, Scott e Franch (2005) identificaram cinco interseções que fazem parte da criação de *um pedaço* de sociabilidade – nos termos de Magnani (1998) – que podem ser entendidas como compondo esferas simbólicas de construção do ser jovem e do ser adulto: a) *família e residência* (a escolha residencial entre a casa de origem e uma nova residência e as suas implicações sobre a densidade de contatos de diferentes redes sociais na construção da família, relacionada ou não com decisões matrimoniais); b) *gênero* (a adesão a uma identidade de gênero ordena ações preferenciais que, mesmo estando em transformação, inserem as pessoas em tramas hierarquizadas de divisões de atividades); c) *estudo e trabalho* (as expectativas do rendimento dessas duas atividades para a sustentabilidade de um padrão de vida almejado pelas pessoas); d) *recreação e segurança* (o lugar da busca de interação social prazerosa e estimulante que envolve enfrentar riscos e procurar proteção, tanto em casa quanto na rua); e e) *patrimônio, parentesco e individualização* (a criação de uma autonomia e individualização, na qual os patrimônios materiais e imateriais produzem afastamentos e reconstruções de laços estreitos de parentesco de acordo com as condições valorizadas pelo sujeito).

As migrantes internacionais estudadas aqui, na ocasião de dirigirem-se para o estrangeiro, já tinham passado por redefinições residenciais importantes, ampliando as suas opções de casas de referência. A ida para o estrangeiro implicou mais numa nova significação da casa de referência de que num ofuscamento dela. Duas já experimentaram a vida de casada antes de migrarem, e as outras duas associaram mais proximamente a ida ao estrangeiro com o encontro de um marido.

Lea reforçou a sua adesão à casa formada com o seu marido, trocando o forte apoio da casa materna no Recife pelo apoio da casa dos sogros em Portugal, resultando na continuação de uma procura difícil de autonomia do casal jovem com três filhas. A dependência em relação ao apoio residencial dos pais, em ambos os locais, ocasionou conflitos que revelaram a fragilidade da capacidade de ganho dela e do marido para estabelecer uma casa aparte.

Maria, ao passar por alguns anos numa trajetória de separações e reaproximações com o seu marido, no Recife, havia se separado de vez e formado uma estratégia de oscilação residencial dos seus filhos, ora com ela, na casa que ficou sob o seu controle com a separação, ora na casa dos sogros. Na ida para Espanha, ela viu e promoveu uma intensificação da aproximação dos filhos adolescentes e pré-adolescentes com a sua sogra. A única filha que tentou viver com mãe na Espanha estranhou os costumes, a comida e o padrasto espanhóis, resultando no seu retorno para viver com a avô (a sogra de Maria) no Recife.

As duas que ainda não haviam passado pela vida de casadas com residência independente, incluem Lea e Samantha. Lea, bastante jovem, foi chamada pela sua irmã (que na Alemanha tinha se casado, se separado e casado de novo) para viajar “para aprender a língua”, mesmo que a finalidade, supostamente secundária, de achar um emprego, um marido ou ambos não passassem despercebida da sua irmã, com quem vivia no Recife, já que os pais haviam falecido. Morar com uma irmã ou outra não significava grande mudança na casa de referência, contando sempre com a solidariedade sororal, mesmo diante do estranhamento da irmã recifense quanto à intolerância alemã em abrigar na sua residência algum parente da irmã (ou qualquer outra pessoa) que não trabalhava. Lea terminou achando um marido alemão também. Já a experiência de Samantha, na sua ida para a Suíça, foi bem diferente, porque ela havia recebido o apoio de uma rede muito estreita estabelecida entre irmãos, tendo sido criada com a tia no Recife, por todos acharem que Recife oferecia mais oportunidades para estudo que o sítio de referência, onde os avós e os pais dela permaneciam. Mais tarde, foi chamada para morar com o tio em Brasília, que ofereciam a ela condições para melhorar sua dedicação aos estudos, terminando o curso superior e, depois, viajando para acompanhar e ajudar a sua prima, filha deste mesmo tio, na sua ida para Austrália. O namoro com um italiano que residia na Suíça, que estava de viagem, resultou numa proposta de casamento que toda a rede de parentesco julgou uma oportunidade bastante inusitada para “a sobrinha” de todos. Então, ela se casou e foi morar na Suíça, num apartamento próximo aos pais do seu marido.

A dedicação das migrantes a atividades costumeiramente atribuídas preferencialmente a mulheres, como já se viu nos relatos sobre articulação feminina, são detalhes que as informantes de meia idade ressaltam, independente da sua distância na rede de parentesco, valorizando (ou questionando) a capacidade das jovens de dar conta do que se espera de filhas e de esposas, ao mesmo tempo em que elas mesmas oferecem um retrato elogioso das mães ou



das figuras maternas (ou seja, as mulheres que ocupam a mesma relação geracional delas com as migrantes) que fazem sacrifícios *tipicamente femininos*, possibilitando uma migração com sucesso, mesmo diante de quadros em que as culturas nos locais de destino sejam estranhadas por elas. Desta forma, elas ressaltam a operação da rede de parentesco e subsumem legislações sobre obrigações e direitos públicos e nacionais à lógica das relações entre as pessoas.

A continuação do estudo e da capacitação apareceu somente no caso de Ruth, mas nada no relato do tempo passado no estrangeiro sugere que este aspecto tenha tomado a dianteira na avaliação da sua mãe e da sua tia do aproveitamento da vida na Alemanha. As menções de sucesso no trabalho das mulheres migrantes no estrangeiro também são esparsas. Onde este discurso é mais presente é no realce à capacidade de ganho de Maria, justamente por ela arcar com uma responsabilidade conjunta, com o pai dos filhos, para sustentar os filhos que ficaram com a avó no Brasil, mesmo diante da sua condição de casada com espanhol. Os sacrifícios de Lea para criar os filhos, a desobrigação de Ruth, que conseguiu arrumar um marido, e a continuidade de dificuldades de Samantha, que perdeu um emprego numa fábrica em razão da crise, refletem-se no fato de haver muita pouca cobrança de participação material em redes, sendo valorizada mais a comunicação constante que a internet e os serviços de telefonia barata oferecem a todas no constante reforço à rede de parentesco. A contraposição deste discurso está nas referências aos homens que migraram ou que receberam as migrantes, cuja busca quase sempre é relatado pelas informantes das genealogias como uma procura dos homens por fontes de renda ou de ascensão no emprego.

É interessante que não haja nenhuma referência à saída do país por causa do ambiente de violência, mais a insegurança sendo gerada pela questão estrutural de falta de oportunidades de trabalho. Não é nem uma busca de segurança física, nem uma busca de oportunidades de lazer que são realçadas, com a interessante exceção de Samantha. A sua história de precariedade escolar, instabilidade residencial e dependência já fragilizavam a sua imagem na rede de parentesco, e a tia, informante sobre a migração dela, chamou atenção para o fato de que Samantha relata muito pouco sobre o cotidiano dela na sua comunicação com quem ficou no Brasil, preferindo contar os momentos prazerosos de viagens para Portugal, Grécia e outros locais. Isto é interpretado como uma astúcia de Samantha para não ter que contar sobre o que deve ser uma vida difícil na Europa pela pouca capacitação dela e do marido.

### **A flexibilidade, a resistência e a astúcia na construção de redes, direitos e obrigações que atravessam fronteiras**

Quando se atravessa uma fronteira nacional, é-se sujeito à legislação em torno de políticas de migração válidas para cada país. É interessante notar, como foi observado em outro local (SCOTT, 2007), que, na Comunidade Européia, mesmo em clima de intensificação da obstacularização da migração internacional, a maior brecha para permitir novas migrações recai na lógica de reunificação familiar, entendida como ação humanitária que precisa ser respeitada acima das considerações políticas e econômicas das consequências do influxo de migrantes para cada país da Comunidade. Manter vivas as redes de parentesco se configura como espaço de resistência e astúcia que permite enxergar as migrações do ponto de vista de redes sociais de pessoas proximamente relacionadas.

Ouvindo as informantes sobre as suas redes de parentesco, chama atenção, mesmo quando as práticas culturais nos países de recepção são questionadas, uma espécie de cumplicidade entre as hierarquias de geração e de identidade nacional nos estranhamentos produzidos, especialmente no sentido da compreensão da importância do disciplinamento que traz com ele uma certa arrogância adquirida na experiência fora do país.

A pouca receptividade do alemão para a ideia de oferecer corresponsabilidade a quem não trabalha é criticada severamente pelas familiares de Ruth no Brasil, mas reconhecem nisso um caminho para o encontro de maneiras de os jovens sustentarem-se a si mesmos. A avó critica o modo de ser alemão, que ela caracteriza como grossa e seca, localizando o início da sua ojeriza muito mais na história da Segunda Guerra, mas que a presença de parentes no país não transformou. Fica perturbada com o “nariz arrebitado” das duas migrantes que estão na Alemanha.

De forma semelhante, o problema de estigmatização das filhas de Lea, por serem brasileiras nas escolas portuguesas rapidamente é contraposto à lembrança de imagem alegre e gregária que facilita a formação de redes de amizade no novo país, criando uma brecha para os brasileiros que sabem driblar a estigma. O aprendizado de polidez, de etiqueta, de higiene e de adoção de costumes alimentares e outras regras de convivências mais rígidas em Portugal são relatados com um ar de orgulho quanto à capacidade das sobrinhas da informante em poderem aproveitar o que a Europa tem a oferecer. A parte dolorosa, para Lea, foi que o caminho deste

aprendizado foi via a necessidade de ter que conviver com a sogra por um bom tempo antes de passar para um apartamento próprio.

A própria Maria, numa migração que a sogra entende como uma *louca mudança* de uma mãe muito liberal e com *pouco pulso*, terminou se conformando a um regime de trabalho e de apresentação pública que mal poderia ocorrer se continuasse no Brasil. Adicionalmente, a comida estranha na Espanha (apenas o camarão prestava, mas enjoava) e as regras estritas de um padrasto levaram ao fracasso de uma tentativa de reaproximar Maria e a filha, alavancando a importância da sua sogra brasileira na continuidade da educação e cuidado dos filhos no Brasil, e ela o faz de uma forma que, mesmo contrariada pela ausência, valoriza o esforço da mãe na Espanha para conseguir contribuir para a sua educação, e, talvez abrir o caminho para outro dos filhos tentar a vida junto à mãe.

A sempre trabalhosa Samantha descobriu uma regimentação cotidiana que permitiu a sua transição para uma pessoa que se autossustenta, mesmo que dependa do apoio de parentes para poder fazer as viagens de férias para renovação da sua participação nas estreitas relações entre os seus parentes centrados no Recife.

A brasilidade recriada no estrangeiro é intensificada pelo seu contraste com as culturas nos países de destino. A continuidade das redes de parentesco depende da astúcia das gerações mais velhas em atribuir significados às experiências internacionais que possam simultaneamente mostrar que o apoio material e simbólico das gerações mais velhas é de importância fundamental, e reconhecer na estranheza das outras culturas um desafio para autonomização bem enfrentado pelas gerações mais novas que se aventuraram em busca de vidas melhores, trabalhando, casando e, sobretudo, mantendo contato, mesmo tendo que lidar com as arrogâncias das gerações mais novas exacerbadas pela experiência na Europa.

É por ter ou por formar família que se pode legitimar uma incursão numa migração internacional que faça com que as barreiras legislativas possam ser desafiadas. Parentesco, legislação e costumes todos são disciplinadores, e a articulação deste conjunto de hierarquias parece ser um fator que contribui para haver uma continuidade de fluxos e rearticula constantemente as redes de parentes, mantendo uma sociabilidade transformada pela distância, mas fundamental para resistir à perda de identidade de origem dos migrantes e ao corte de oportunidades para outros integrantes da rede.

Mostra-se que as migrações também enfrentam um dilema de redefinição de relações hierárquicas entre gerações, em que a mobilidade ressignifica o papel dos jovens na rede. Os jovens, em mobilidade, redefinem os seus papéis dentro da família, procurando a construção de sua autonomia e responsabilidade em viver longe da família sem deixar de ser um membro desta, estabelecendo novas casas de referência. Emocional e/ou financeiramente, forja-se uma nova configuração de poder na relação entre as gerações. A condição de estar espacialmente distante da família torna possível um questionamento da tradição, que facilita a redefinição, mais uma vez, do poder e das posições estabelecidas dentro da família. Isso, mais do que a legislação do país, é o terreno de significações que perduram sobre as migrações.

### **Considerações Finais**

Não se tiram conclusões de quatro casos, mas certamente abrem-se possibilidades de interpretação que podem ser resumidas em algumas interrogações provocadas pelo debruçar-se sobre quatro casos de mulheres em migração internacional, algumas já tendo respaldo em outros estudos realizados.

Primeiro, será que o fluxo feminino para Europa será uma maneira das mulheres europeias se dedicarem ao mercado de trabalho enquanto as imigrantes realizam tarefas que elas não fazem mais e fornecem relações afetivas que agradem aos homens europeus? Ou seja, as articulações femininas que evidenciam uma inusitada participação feminina em migrações de grandes distâncias pode ser uma maneira de subordinar as mulheres a relações de gênero, de classe e de *etno-nacionalidade* cujos benefícios construídos podem implicar transformações menores do que parece à primeira vista. Interpretadas com cuidado, tais migrações femininas observadas nas redes investigadas pela equipe de pesquisa tratam-se, maciçamente, de reforços à patrilocalidade com participação e adesão de mulheres articuladas ativamente em segurar oportunidades para casamentos com homens da Europa, bem como para assegurar o envolvimento de mulheres do lado paterno no cuidado dos filhos.

Segundo, se a tensão entre gerações tem raízes históricas profundas, e a internacionalização da mobilidade interfere na super valorização de áreas de destino, é importante que se esmiúce as modificações nas relações entre as gerações que ocorrem com muito mais complexidade quando são compreendidas como fazendo parte de redes de

sociabilidade e de parentesco transnacionais. Estas redes são mecanismos importantes para o emprego de resistência e de astúcia no confronto de legislações que, mesmo deixando brechas que reconhecem a sua importância, ainda trabalham muito precariamente sobre as suas implicações para um mundo em movimento. Vendo pela perspectiva de sujeitas inseridas numa sociabilidade relacional que reporta a intimidade descoberta quando se fala sobre genealogias, é possível entender que, com estas lógicas é possível gerar liberdades e identidades de migrantes que vão além das restrições e permissões legais internacionais, fazendo com que esta sociabilidade, não seja tão subordinada à política e à economia, mesmo sendo sensível a elas. Essa afetividade forjada em conflitos e solidariedades, ainda consegue ser um instrumento político para construir obrigações, direitos e lealdades realizando uma rearticulação entre as intimidades de sociabilidade entre parentes e as estruturas sociopolíticas contextuais.

## Referências

ANTHIAS, Floya. Metaphors of Home: Gendering recent migrations to Southern Europe. In: ANTHIAS, Floya; LIZARDIS, Gabriella. **Gender and Migration in Southern Europe: Women on the Move**. Oxford: Berg, 2000. p. 15-49.

ARANGO, Joaquim. Las migraciones internacionales en un mundo globalizado. **Vanguardia dossier: inmigrantes, el continente móvil**, Madri, n. 22, jan./mar. 2007.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. “De Criciúma para o mundo” – Os Novos Fluxos da População Brasileira: Gênero e Rearranjos Familiares. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 199-230.

BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BARNARD, Alan; GOOD, Anthony. **Research Practices in the Study of Kinship**. London: Academic Press, 1984.

CADERNOS PAGU, Gênero no mercado de sexo, Campinas, v. 25, n. 3, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000200001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CADERNOS PAGU, Gênero no Tráfico de Pessoas, Campinas, v. 31, n. 1, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0104-833320080002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-833320080002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CADERNOS OBMIGRA, Migrações e mobilidade na América do Sul, v. 1, n. 3, 2015.

CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições Para Políticas.** Brasília: CNPD, 2001.

DALSGAARD, Anne Line; FRANCH, Monica; SCOTT, Parry. Dominant Ideas, Uncertain Lives: The Meaning of Youth in Recife. In: HANSEN, et al. **Youth and the City in the Global South.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2008. p. 49-73.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

FONSECA, Claudia. Apresentação - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu** - Repensando relações familiares, Campinas, n. 29, p. 9-35, jul./dez. 2007.

FRANCH, Mónica. **Tempos, Contratempos e Passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife.** 2008. 298 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FUSCO, Wilson. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Migrações Internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. p. 427-445.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: lazer e cultura popular na cidade.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MÜLLER, Elaine. **A transição é a vida inteira: uma etnografia sobre os sentidos e a assunção da adultez.** 2008. 284 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PINA CABRAL, João de. **O Homem na Família: cinco ensaios de antropologia social.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Entre “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, Trânsitos, Campinas, v. 31, p. 29-63, jul./dez. 2008.

SCOTT, Parry. Família, gênero e poder no Brasil do século XX. **BIB**, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 29-78, 2004.

\_\_\_\_\_. A Receptividade à Família espanhola e a receptividade a migrantes brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÕES, V., Campinas, 2007. **Anais...**, Campinas: ABEP-NEPO, 2007 (Cd-rom).

SCOTT, Parry; FRANCH, Mónica. Jovens, Moradia e Reprodução Social: Processos domésticos e espaciais na aquisição de habilidades e conhecimentos. **Estudos de Sociologia**, Pernambuco, v. 7, n. 1-2, p. 95-125, 2005 (2001).

TAVARES, Mauricio Antunes. **Caminhos Cruzados, Trajetórias Entrelaçadas**: jovens entre o campo e a cidade no sertão de Pernambuco. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

THERBORN, Goran. **Sexo e Poder**: as famílias no mundo 1900-2000. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

## AS CIÊNCIAS SOCIAIS A PARTIR DAS MARGENS

Otávio Velho

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ).

### Resumo:

O texto faz uma crítica ao fato de as análises políticas entre nós costumarem privilegiar de forma unilateral os eventos e atores considerados centrais, em detrimento das periferias, supostamente inertes. Em contraposição, busca mostrar o papel ativo e, por vezes, autônomo e vanguardista das chamadas periferias. E a contribuição que pode advir de uma interpretação a partir das “margens”, inclusive numa reinterpretação da natureza do Estado e numa crítica mais geral ao eurocentrismo.

**Palavras-chave:** Centro. Periferia. Estado. Eurocentrismo.

## *SOCIAL SCIENCES FROM THE MARGINS*

### Abstract:

The text criticizes the fact that the political analysis among us tend to to favor unilaterally events and actors considered central at the expense of the peripheries, supposedly inert. By contrast, seeks to demonstrate the active role and sometimes autonomous and avant-garde of the so-called peripheries and the contribution that can arise from an interpretation from the "margins", including a reinterpretation of the State's nature and a more general critique of Eurocentrism.

**Keywords:** Centre. Periphery. State. Eurocentrism.

- I -

Há sete anos, logo após as eleições presidenciais, escrevi um artigo de jornal que denominei “Um Imenso Grotão?” (com ênfase no ponto de interrogação). Esse artigo terminava dizendo:

Na falta de conceitos adequados, a tendência é ignorar o que se passa ou tentar reduzir tudo a imagens anteriores. Imagens como a da divisão do país entre uma face supostamente progressista e outra, atrasada, dos ‘grotões’ tidos como dependentes do Estado, quando na verdade essa dependência se traduz num volume de recursos que nem de longe se aproxima daquele de que se beneficiam direta ou indiretamente os setores considerados avançados. Ainda está por se fazer a teoria econômica e social de tudo isso. Mas a eleição que agora termina teve o mérito de não deixar que se continue a ignorar o que se passa, mesmo à custa de muita perplexidade. Isso porque a grande votação de Lula não permite que a consideremos como oriunda dos grotões: é impossível que haja tanto grotão assim. [...]

O movimento do primeiro para o segundo turno abalou as crenças sobre a importância dos ‘formadores de opinião’ e a suposta transmissão de informações e de valores partindo do centro para a periferia. O que houve foi uma inversão de mão e uma extensão, através de mecanismos moleculares que



pouco conhecemos, daquele que já havia sido, no primeiro turno, o voto preferencial da chamada periferia. Foi ela que mostrou, assim, sua capacidade de influência e indicou a possibilidade de reduzir os riscos da polarização Norte-Sul vaticinada por alguns.

Vamos ver de quanto tempo precisaremos para absorver tudo isso. Absorver, inclusive, que o crescimento econômico precisa ser qualificado e de que não se trata apenas de fazer crescer o bolo. Neste ínterim, esperemos que a capacidade de reconhecer a nova situação prevaleça sobre o ressentimento. (VELHO, 2006a, p. A3).

Aquilo a que eu me referia, contrapondo-me, nesse artigo, era a uma “teoria” que tinha largo trânsito na época, segundo a qual a opinião dos “centros”, tal como expressa pelos chamados formadores de opinião, tendia inexoravelmente a se espalhar para as periferias, os então denominados “grotões”. Era só uma questão de tempo e a imagem – agitada – era a de uma pedra que, jogada num lago, formava círculos concêntricos cada vez mais amplos. Em um artigo publicado numa revista semanal no final do mesmo ano, eu desenvolvia um pouco mais a minha contra-argumentação, e aqui cito extensamente a mim mesmo:

A linguagem da luta política costuma acentuar a exploração embutida nas relações sociais e a vitimização das classes populares. Nada mais verdadeiro. Ao mesmo tempo, é importante lembrar como, dadas as circunstâncias adequadas, o processo de resistência à exploração cria as condições para uma transformação que não se reduz à nostalgia das condições perdidas:

‘A possibilidade de mudança do modo de vida alterou as expectativas dos agricultores com relação ao papel da escola na comunidade de tal modo que ter uma escola no reassentamento ‘igual à dos ricos’ transformou-se em um ‘sonho’ que queriam ver realizado.’

Eis como Jacqueline Parmigiani resume em sua dissertação na Universidade Estadual de Londrina a nova atitude dos pequenos agricultores atingidos pela construção da barragem da usina hidrelétrica de Salto Caxias, hoje residindo no Reassentamento São Francisco de Assis no município de Cascavel (Paraná). Na mesma linha, em dissertação na Universidade Federal Fluminense, Gil Felix mostra como o acesso à terra no Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Praia Alta/Piranheira no Sudeste do Pará pode se constituir numa das condições ‘...de adquirir outra terra, de conseguir algumas cabeças de gado, de ter vizinhos conhecidos, de solucionar conflitos com fazendeiros vizinhos, de montar um açougue ou de comprar uma casa na rua’.

Ou seja, há uma sutil combinação através da qual essas novas circunstâncias fazem ampliar o poder das pessoas. Por vezes de modo inteiramente inesperado do ponto de vista dos planejadores. Situações como essas, que vão se tornando cada vez mais freqüentes, são absolutamente diferentes das idéias associadas à noção de ‘grotões’, recentemente ressuscitada para ‘explicar’ a ignorância que supostamente caracterizaria o voto popular. Inteiramente diferentes, também, da idéia de que os projetos sociais do governo criariam novos assujeitamentos. Os exemplos podem ser multiplicados. E mostram como a pesquisa de campo das ciências sociais pode ser crucial para que o Brasil se conheça melhor, restando criar as condições para que essa produção se alargue e seja mais conhecida. Aliás, a presença das universidades é outro elemento que tem alterado significativamente a paisagem social. Sobretudo porque cada vez mais – especialmente no caso das universidades que, também elas, eram consideradas periféricas – a produção do conhecimento mostra-se inseparável

daquilo que se denomina 'extensão' universitária. Essas universidades tornam-se vanguarda neste processo, inclusive na crítica à concepção de extensão e a sua posição marginal na vida acadêmica. Trata-se agora não só da articulação genérica da vida universitária com a sociedade envolvente, mas também a de saberes universitários e não-universitários tratados simetricamente. Isso se dá das mais variadas maneiras. No já mencionado Reassentamento São Francisco de Assis, dá-se no modo como jovens professoras freqüentam em regime de contra-turno o curso regular de bacharelado em 'Pedagogia para Educadores do Campo' da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no vizinho município de Francisco Beltrão. Curso criado por reivindicação da Articulação Paranaense, o fórum dos movimentos sociais do campo que atuam no Estado. Mas dá-se também no modo como jovens agricultores freqüentam em Marabá (Sudeste do Pará) cursos promovidos em sua aprazível sede pela Escola Familiar Agrícola em projeto do qual a Universidade Federal do Pará faz parte juntamente com a federação e os sindicatos rurais.

E tudo isso passa a ter um grande poder transformador da própria vida universitária: seja através da presença desta nova clientela que traz uma bagagem cultural enriquecedora, seja pelos desafios que obrigam a que se pratique a interdisciplinaridade, ultrapassando assim os tradicionais limites rígidos entre departamentos e institutos que caracterizam a nossa rotina acadêmica. Interdisciplinaridade que não se restringe às ciências sociais, alcançando áreas da biologia como a agronomia, a veterinária, sem falar das engenharias, da computação, da química, etc. Corta-se assim o nó górdio das longas discussões sobre a interdisciplinaridade.

As mudanças que vão ocorrendo colocam, aliás, importantes desafios para as nossas teorias. Como é possível que, ao contrário de tudo o que aprendemos sobre a 'cultura' ou o 'modo de produção' camponês, as mulheres ganhem seguidamente um papel de liderança? Como é possível que as novas organizações criem os seus especialistas e novos e amplos circuitos, de tal maneira que uma sitiante que se destacou como liderança em Cascavel possa vir a ser convidada a participar de um projeto no Piauí? Como é possível que as lideranças locais desses movimentos sejam capazes de mobilizar formal e informalmente prefeituras, governos estaduais, as mais variadas repartições do governo federal, ONGs, agências internacionais (que promovem reuniões com trocas de experiências absolutamente 'globais') por sua própria iniciativa, e não como parte de um processo de assujeitamento? Como é possível que numa dinâmica reveladora de um amadurecimento político e de uma sofisticação difíceis de se observar entre as classes médias urbanas se decida uma eleição apertada como a do Paraná, apesar da complexidade das relações com o candidato que se decide apoiar? Como é possível que um movimento como o dos sem terra resolva abrigar índios guaranis deslocados de uma área de preservação ambiental rompendo com séculos de preconceito? Como é possível estabelecer novas disciplinas de trabalho e de cooperação, que incluem questões como a dos transgênicos e da preservação ambiental, a ponto de se criar no Reassentamento São Francisco de Assis uma área de eco-turismo freqüentada e admirada pela população da região? E tudo isso apesar das dificuldades e contradições envolvidas nas diversas etapas do processo.

Trata-se de um mundo novo para muitos de nós. Mundo facilitado pela ampliação dos meios de comunicação e de transporte, a extensão de serviços públicos e a aglomeração das pessoas em pequenos núcleos que quebram a polarização entre o urbano e o rural. Mundo onde os jovens se vestem e conversam com os seus congêneres nas capitais, como atesta Manuel Domingos Neto da Universidade Federal do Ceará para o caso do semi-árido nordestino. Mundo cheio de siglas estranhas como CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu) e APOINME (Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo). Mas a multiplicação dessas siglas é sintoma de uma realidade complexa, a exigir um trabalho de negociação política permanente que contesta a suposição de um monopólio, estatal ou não (só a Articulação Paranaense é composta por treze entidades). Um mundo novo que não se restringe aos espaços dos

projetos, seja porque há fatores mais gerais em jogo, seja porque há circuitos de intercâmbio e de trocas de todos os tipos que não conhecem fronteiras, seja porque ao lado de evidentes novidades, o que esses projetos fazem é revelar fenômenos sociais até então pouco perceptíveis ou distorcidos, como é o caso da importância do papel das mulheres. Não é à-toa que estudo conduzido por Jorge Villela e Ana Cláudia Marques em Pernambuco aprofunda a constatação de pesquisadores sobre o quanto a chamada ‘venda do voto’ oculta uma realidade muito complexa, que seguidamente inclui um poder do eleitor que faz questionar quem é, afinal, o cativo nesse processo.

À acusação de que seguidamente nesses movimentos existem não-agricultores (ou não-índios) se responde com argumentos que sugerem não se estar interessado em nenhum essencialismo. E que se alguém deixa a cidade para participar, isto é sinal de que de fato se está construindo uma ‘re-existência’. Afinal, existem reassentamentos (como no caso dos atingidos por barragens), mas existem também assentamentos, que não supõem necessariamente um assentamento anterior. E assim não se estará contribuindo para desinchar as nossas cidades? Contribuindo para retirar pessoas de condições de habitação precárias em áreas sujeitas ao domínio do narcotráfico e outros agentes criminosos? Conforme relata Gutemberg Guerra da Universidade Federal do Pará, uma liderança sindical de Altamira surpreendeu os técnicos que argumentavam quanto à inocuidade do empréstimo a agricultores pobres que não pagaram os financiamentos feitos pelo Banco da Amazônia, retrucando que se os agricultores não pagaram, também não saíram de suas terras, indo para as cidades criar problemas. No limite, não é isso mesmo?

Talvez por detrás da teoria dos grotões ou de um novo assujeitamento ocultasse o contrário: o receio da autonomia desses movimentos e pessoas. Autonomia que ameaça os pequenos mundos dos condomínios, dos periódicos e editoras que se contentam com um público – aí sim – cativo, das universidades que não atendem ao conjunto do público. E que defendem este exclusivismo em nome de um suposto universalismo que mal-oculta os privilégios; como é o caso na resistência feroz contra ações afirmativas que permitam uma reparação em favor de grupos historicamente desfavorecidos. Ações, no entanto, não por acaso, já implantadas em muitas dessas universidades de menor visibilidade.

É insidioso este espírito de elite ressentida. Pode reaparecer das mais diversas e inesperadas formas. Mesmo entre os que se supõem de esquerda, até radical. É necessária uma vigilância constante contra esta verdadeira herança maldita. Por exemplo, é importante estar atento para que as propostas de retomada do desenvolvimento ... não percam de vista os interesses populares. Que não se pretenda uma benigna poupança forçada às suas custas e do que se conquistou nos últimos anos em termos de sinalização da possibilidade de reverter o quadro de desigualdade gritante que nos caracteriza. Ou às custas da depredação de nosso patrimônio ambiental. Os ‘grotões’, certamente, estarão atentos. (VELHO, 2006b, p. 25-7).

## - II -

Na verdade, desde a década de 1970 eu vinha insistindo numa interpretação do Brasil **a partir** da *fronteira* ou das *frentes de expansão*, em contraste tanto com uma interpretação partindo dos centros óbvios de poder e decisão quanto com estudos estritamente localizados (VELHO, 1976[1979]). Desde então, tenho continuado a me interessar por esses assuntos num sentido cada vez menos exclusivamente geográfico; por exemplo, buscando chamar atenção para a importância da religiosidade das camadas

populares, seguidamente negligenciada numa perspectiva que se pretenda moderna (VELHO, 1995). E verificando, nesse processo, o quanto as oposições reveladas nos textos acima citados não são episódicas, e nem idiossincráticas, específicas da formação social brasileira.

Há um livro organizado pela antropóloga indiana Veena Das, juntamente com a sua colega na Universidade Johns Hopkins (USA), Deborah Poole, intitulado *A Antropologia nas Margens do Estado* (2004), que é exemplar nesse sentido. O que daí e de outros indícios se depreende é que as questões de relacionamento entre centro e periferia do ponto de vista das ciências sociais articulam-se, hoje, ao que se pode considerar uma mudança mais geral de paradigmas. De fato, nos últimos séculos, consolidou-se uma oposição binária com inúmeras variantes entre o que esses dois termos – centro e periferia – e seus congêneres designariam. Oposição espacial com projeção temporal, histórica, tal como na clássica noção de “dois Brasis”, um moderno e outro arcaico, que mesmo quando complexificada não deixa de habitar e colorir o nosso imaginário, e ainda como no caso da tal “teoria” dos círculos concêntricos, em que o mundo dos grotões representaria um Brasil arcaico inexoravelmente fadado a uma colonização estrategicamente constitutiva dessas relações e que assim se justifica. A história não se oporia ao dualismo original (como podem fazer crer os debates a respeito), mas lhe imporia uma dinâmica evolucionista – dialética ou não – que, para além das aparências, argumentaria eu, respeita as suas premissas básicas, sobretudo as que dizem respeito a uma modernidade colonizadora e mimética. Modernidade tributária de uma visão eurocêntrica em todas as suas variantes – inclusive as que não se reconhecem como tal – que atravessa o espectro político e as posturas teóricas, revelando o que têm em comum mesmo em tempos diversos e quando pretendem contrapor-se.

Tomando o Estado como referência principal, as organizadoras do mencionado livro e do seminário que lhe deu origem indicam como sendo a sua estratégia analítica e descritiva:

[...] distanciarmo-nos da arraigada imagem do Estado como uma forma administrativa racionalizada de organização política que se torna enfraquecida ou menos plenamente articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais. Ao invés, pedimos aos participantes do seminário para refletir sobre como as práticas e políticas da vida nessas áreas moldavam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares que constituem, de algum modo, essa coisa que chamamos de ‘Estado’ (DAS; POOLE, 2004, p. 3).

Sugerem que, sendo a antropologia ela mesma considerada uma voz marginal no que diz respeito à teoria política ocidental, ofereceria um ponto de partida ideal para um

repensar radical do Estado que uma visão a partir das margens demanda. Tratar-se-ia de um convite para repensar as fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal que atravessariam inclusive o coração do mais bem-sucedido Estado liberal europeu. Em suas palavras, uma “antropologia das margens” (DAS; POOLE, 2004, p. 4), que ofereceria uma perspectiva única para a compreensão do Estado e desafiaria a teologia política europeia que atribui a ele – paradigmaticamente na obra de Max Weber – qualidades de transcendência e de monopólio da violência (DAS; POOLE, 2004, p. 5-6). Ao invés, é sugerido que aquilo normalmente considerado excepcional (como os estados de exceção) constitui práticas embutidas na vida cotidiana (DAS; POOLE, 2004, p. 13). E a fronteira entre o legal e o ilegal, ao contrário de coincidir com uma divisão entre centro e periferia, percorre as repartições e instituições que corporificam o Estado (DAS; POOLE, 2004, p. 14). As margens não são inertes; o Estado, no seu cotidiano, é reconfigurado nas margens, cujo caráter indeterminado pode quebrar a solidez que lhe é seguidamente atribuída (DAS; POOLE, 2004, p. 19-20). As preocupações cotidianas dos que habitam diferentes modos de socialidade do que aqueles imaginados no aparelho burocrático-racional do Estado pressionam, por exemplo, para a reconfiguração dos sistemas estatais na direção de diferentes noções de justiça, até mesmo através do papel do júri, que Weber considerava uma “irracionalidade primitiva” (WEBER apud DAS; POOLE, 2004, p. 22). Os mundos locais e o Estado não se opõem binariamente, mas fazem parte do mesmo novelo. Dizem elas:

Tais margens em que um quadro diferente do bem comum é acionado, não são apenas espaços que o Estado ainda terá que penetrar; ao invés, podem ser vistos como *loci* onde o Estado é continuamente formado no recôndito da vida cotidiana. (DAS; POOLE, 2004, p. 23).

Foucault já mostrara como o controle exercido nas margens poderia ser generalizado e normatizado para populações inteiras; e as colônias constituíram locais privilegiados para a gênese desses mecanismos (FOUCAULT apud DAS; POOLE, 2004, p. 26-7). Mas, uma vez que os habitantes das margens não são inertes, sua experiência pode gerar modos práticos de lidar com o Estado. As margens, na verdade, seriam centrais para a compreensão do Estado, que, por sua vez, pode ser visto ele mesmo como marginal em relação ao corpo de cidadãos (DAS; POOLE, 2004, p. 30). E, por meio de contribuições etnográficas que cobrem diversas partes do mundo (no caso da América Latina: Guatemala, Peru e Colômbia), o livro pretende mostrar como isso se dá, e como, a partir das margens, pode-se aprender sobre as alterações profundas que vão se dando no

mundo de hoje – não apenas com o Estado, eu enfatizaria, até para não alimentar entre nós a oposição simples entre Estado e mercado que, em boa parte do nosso pensamento político e econômico, impede a consideração dos grupos sociais concretos –, questionando as nossas categorias de pensar e de organizar o nosso conhecimento.

### - III -

Seria o caso, portanto, de se perguntar se as “margens” – ou a periferia, ou os “grotões”, como se queira –, ao invés de serem antípodas dos “centros”, não poderiam ser vistas como lugares privilegiados para revelar aquilo que apenas se *disfarça* melhor nos “centros”, o que, ao transferir a questão para um panorama mais amplo, se manifestaria num jogo complexo e dinâmico de dominâncias e recessividades que faz com que, por vezes, um diálogo interno só possa ser deflagrado por um encontro entre culturas – a dominância de uma trazendo à tona o recessivo da outra (NANDY, 2011). Ou então, num jogo de antinomias (VELHO, 2007a), de qualquer maneira rompendo-se com a visão das oposições simples entre presenças e ausências. Oposições estas que costumam organizar o nosso pensamento, por exemplo, nas clássicas e naturalizadas comparações entre o Brasil e outros países, rotineiramente os da Europa ou os Estados Unidos, que tanto têm marcado implícita ou explicitamente o pensamento social brasileiro e que a antropologia abraçou prazerosamente, dada a sua tradição das comparações por contraste.

Isto foi de certo modo formulado de maneira provocativa e inesperada para mim por um pastor brasileiro da Igreja Universal do Reino de Deus, a que assisti em Lisboa há alguns anos. O pastor buscava veementemente convencer os seus ouvintes de que o fato de as entidades afro não serem reconhecidas em Portugal **não** significava que elas lá não estivessem, e atuantes (o que significa, aliás, também, que o aprendizado nos vem seguidamente de fontes e linguagens as mais inesperadas, tal como já deveria ter nos habituado uma etnografia radicalmente simétrica). É verdade que, ao lado do seu contrário e também das evidentes ambivalências, essa percepção presta-se a uma política e a uma prática de evitações e segregações que podem ter o Brasil como alvo, quando não como um campo de missão. A evitação, aliás, me pareceu sugerida algum tempo mais tarde em Misiones, na Argentina, ao se identificar o Brasil como “centro” de propagação das mais diversas entidades, dando-se nos casos em que essas são consideradas maléficas; caracterização que oscilava muito de acordo com a versão, originalmente evangélica ou

ela mesma afro. Mas de um modo mais geral, o que essa percepção representa é de fato o reconhecimento vivido de inevitáveis e estruturantes conexões e contágios, cujo sentido é, no entanto, diversificado e transformável; ao mesmo tempo nos alertando, por isso mesmo, contra abusos, reificações e reducionismos na identificação das diferenças (VELHO, 2012). E esse reconhecimento, por sua vez, pode levar a que se assuma o fato de, a partir da periferia, se desenvolver perspectivas privilegiadas, na medida em que daí se enxergue por ângulos distintos aquilo que de outros lugares é menos evidente. Os exemplos poderiam ser multiplicados, sem prejuízo da sua convivência paradoxal com outras formas de contágio, como as antigas e persistentes posturas *mais realistas do que o rei*, a outra face da mesma moeda (VELHO, 2007b).

Nos últimos anos, esse reconhecimento parece se tornar crescentemente público, mas particularmente – embora isso possa ser invertido – devido a desilusões com o paradigma eurocêntrico. Desilusões acompanhadas de surpresas com desenvolvimentos inesperados no *Terceiro Mundo* – em outra oportunidade eu gostaria de argumentar a favor da atualidade dessa expressão – que contrariariam a história estabelecida. O que é o caso, por um lado, diante da observação do caráter crescentemente fechado dos sistemas políticos e econômicos do Primeiro Mundo, que não parece permitir mais o contraste tão nítido entre o nosso autoritarismo e o liberalismo deles que foi fundamental no passado para as minhas próprias reflexões (VELHO, 1979[1976]); e, por outro lado, a visibilidade incontornável dos chamados *emergentes* e tudo o que representam no mundo de hoje. Elementos que mais uma vez revelam como a coruja de Minerva de fato só alça voo ao anoitecer, perseguindo os acontecimentos – como, aliás, se manifestou de novo, recentemente, a propósito das manifestações de junho de 2013, que nenhum analista previu.

Uma das implicações disso tudo é que, ao abandonarmos esses dualismos, por sua vez, contemplemos a hipótese contraintuitiva de que os processos de mudança possam redundar em um leque muito maior de resultados do que sugeriria uma visão que tomasse a história europeia (ou seu estereótipo) como paradigma e referência. Como também que aquilo que temos observado etnograficamente em nível “local” talvez deva ser proveitosamente projetado num panorama global para pensar as relações entre grandes entidades, o que revelaria o caráter detonador de uma importante alteração de perspectiva que pode ter uma ciência social a partir das margens, tanto do ponto de vista analítico descritivo quanto de uma teorização mais ampla ou mesmo de uma discussão de natureza epistemológica e política. O que deveria pôr em xeque também as próprias relações

acadêmicas internacionais e as redes em que nos inserimos, sugerindo novos modos de relacionamento, bem como novas articulações e mesmo alianças.

Mas esse deveria ser um esforço coletivo. Esforço que começasse por colocar entre parênteses as hierarquias organizadoras das nossas comunidades de pesquisa, e em que verdadeiramente déssemos a palavra às margens no sentido proposto. Sentido que não se reduz a um complemento ritualístico, em nome de princípios abstratos, àquilo que verdadeiramente interessa a uma ciência social “séria”. Ciência que supostamente trataria diretamente e sem desvios do que se passa nos centros que importam, e nessa medida seria reconhecida, o que constitui para nós um permanente canto de sereia, quando não um exercício de narcisismo e de um senso erudito quase comum que se comunica fluidamente com aqueles que o cultivam ou que espontaneamente o compartilham. Pelo contrário, estaria mais próximo da retomada dos princípios de uma prática milenar registrada em muitas tradições – tanto do Ocidente quanto do Oriente – segundo a qual um passo para fora da *Cidade* ou daquilo que ela representaria como lugar de civilização, diferentemente do que creem os mais realistas do que o rei, é também um passo essencial para questionar o normal e o estabelecido, e até as conotações negativas usuais da *anomia*, bem como para questionar uma confusão entre, por um lado, um projeto eurocêntrico historicista de modernidade, que se faz acompanhar da transformação de uma defesa das liberdades individuais – que em certo momento nos uniu na resistência ao autoritarismo – num ideário individualista em suas diversas versões, possuidor de considerável capacidade de controlar e organizar numa perspectiva evolucionista e de abuso das diferenças (VELHO, 2012) a agenda libertária e, inclusive, as formas legítimas de democracia e de dissidência; e, por outro lado, o real. O real em toda a sua riqueza, seus mistérios, duplos vínculos e antinomias (VELHO, 2007a), que põem em dúvida as pretensões exclusivistas das teorias e ideologias. E tudo isso num mundo que está longe de ser inerte; constatação que, por sua vez, nos aproxima de uma poética da vida. Mas aproxima pelas margens, evidentemente, aí incluídos os humanos e não humanos que as habitam, no sentido mais amplo.

Quem sabe, até, os cientistas sociais, ao invés de se ofenderem e buscarem demonstrar o contrário – por vezes com efeitos nefastos – aos colegas de outras áreas que os tratam como periféricos, não deveriam assumir e valorizar essa posição reveladora do que alhures é recessivo? Poderiam, então, construir – por que não? – um novo e relevante papel na transformação do conjunto do campo científico e no relacionamento deste com



a sociedade e outros modos de conhecimento (VELHO, 2007c). Mas isso pode ficar para tratarmos em outra ocasião.

## Referências

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2004. 330 p.

NANDY, Ashis. Evaluating Utopias: considerations for a dialogue of cultures and faiths. In: **Traditions, Tyranny, and Utopias: essays in the politics of awareness**. New Delhi: Oxford University Press, 2011[1987]. p. 1-19.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976. 261 p.

\_\_\_\_\_. **Besta-Fera: Recriação do Mundo; ensaios críticos de antropologia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 250 p.

\_\_\_\_\_. Um Imenso Grotão?. **Folha de S. Paulo**, 31 out. 2006a, Caderno Opinião, p. A3.

\_\_\_\_\_. A Conquista da Autonomia: a universidade e os movimentos sociais articulam-se e transformam o país. **Carta Capital**, ano XIII, n. 425, 27 dez. 2006b, núm. Especial, p. 25-7.

\_\_\_\_\_. Epistrophê: do Duplo Vínculo às Antinomias e de Volta. **Rever**, Revista de Estudos da Religião, São Paulo, ano 7, p. 123-144, set. 2007a.

\_\_\_\_\_. **Mais Realistas do que o Rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2007b. 383 p.

\_\_\_\_\_. Is Religion a Way of Knowing? In: HARRIS, Marks (org.). **Ways of Knowing: new approaches in the anthropology of experience and learning**. Nova York e Oxford: Berghahn Books, 2007c. p. 64-90.

\_\_\_\_\_. Usos e Abusos da Diferença. In: HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico; RODRIGUES, Elisa (orgs.). **Experiências e Interpretações do Sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos**. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 27-44. (Coleção Estudos da ABHR).

## APROPRIAÇÕES DOS ESTUDOS SOBRE CIDADE PELA PERSPECTIVA DE UMA ANTROPOLOGIA DO TRABALHO<sup>1</sup>

José Sergio Leite Lopes

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ).

### Resumo:

O artigo propõe uma interpretação da literatura de antropologia urbana procurando ressaltar os aspectos de dominação e conflito social subjacentes e trazendo aspectos relativos a uma antropologia do trabalho. Na sua segunda parte o artigo procura analisar as transformações de uma cidade industrial nordestina como exemplo significativo de processo histórico em que se vê em ação, em pleno século XX, os conflitos sociais por detrás do processo de formação de uma cidade.

**Palavras-chave:** Antropologia urbana. Antropologia do trabalho. Memória operária. Patrimônio industrial.

### *APPROPRIATIONS OF STUDIES ON THE CITY FROM THE PERSPECTIVE OF AN ANTHROPOLOGY OF WORK*

### Abstract:

This article proposes an interpretation of urban anthropology literature that stresses the characteristics of domination and conflict underlining social life. And also highlighting processes and facts of an anthropology of work. In its second part the text aims to explain the transformations of an industrial city of Northeastern Brazil as an overwhelming case of a historical process where clearly is seen in action, in twentieth century, the social conflicts that are intrinsic to the social making of a city in the weberian sense.

**Keywords:** Urban Anthropology. Anthropology of Work. Working-class memory. Industrial heritage.

Na minha prática de pesquisa como antropólogo, classificado que sou pelo CNPq, pela Capes e por outras instituições de fomento científico na categoria Antropologia Urbana, tenho feito pesquisas *na* cidade ou em suas franjas, mais do que *sobre a* cidade. Esta situação de pesquisa é comum no vasto domínio da Antropologia Urbana, desde suas origens na primeira Escola de Chicago, com Robert Park e seus discípulos, formando um mosaico de estudos de pequenos mundos específicos situados na cidade, para poder formular proposições mais gerais lastreadas em tal diversidade. (Por sinal, também é prática de muitos antropólogos estudar *na aldeia* mais do que *a aldeia*.)

---

<sup>1</sup> Este texto está baseado em conferência intitulada “A Cidade Contemporânea”, proferida na abertura do seminário *A Cidade Contemporânea, tendências e desafios* organizado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 11 de novembro de 2008.

Minha pesquisa inicial deu-se entre os operários industriais de usinas de açúcar, numa situação cruzada de indústria rural (“cruzada”, ou aparentemente paradoxal, pois a indústria é associada mais ao mundo “urbano-industrial” que ao campo). Ali encontrei a situação de vila operária, núcleo habitacional fornecido pela empresa e acoplado ao trabalho. Estas vilas, que estão praticamente no interior do portão da empresa, ou sob seu controle territorial, geralmente fazem surgir uma aglomeração urbana maior, mais diversificada socialmente, embora de início sob a dependência da empresa. Esta situação constitui-se em um dos processos possíveis de formação das cidades analisadas por Max Weber, aquele em que a origem da cidade se dá no interior e depois sob a proteção do *oikos*, do grande domínio senhorial, embora trazendo necessidades de trocas de mercado que, posteriormente, poderão modificar tal configuração da cidade.

Este embate entre o *oikos* da empresa industrial projetada em seu bairro ou cidade, da *company-town* (como aparece na literatura norte-americana), e o mercado local, tanto o mercado de terras e de casas como a autonomia dos cidadãos em sua vida extrafabril, aparece mais dramaticamente em vilas fabris de grande dimensão que se tornam cidades. É o caso de cidades dominadas por diversos tipos de indústria, têxteis, siderúrgicas, metalúrgicas, mineiras etc. Podemos citar cidades como Volta Redonda, Ipatinga, Monlevade, Sorocaba, Betim, Barcarena. Em Pernambuco, além de cidades da área açucareira, podemos citar Paulista, Moreno, Camaragibe. Alguns bairros do Recife estiveram nesta situação de terem por centro uma empresa fabril. Na Paraíba, esta situação aparece em Rio Tinto.

O bairro ou a cidade industrial não era o alvo dos estudos da primeira Escola de Chicago, do grupo coordenado por Robert Park. Mais atenção era dada a grupos que seriam especificamente urbanos, como os *hobos*, boêmios itinerantes do proletariado e trabalhadores temporários sem moradia fixa que passavam pelas grandes cidades ligadas pelas estradas de ferro, ou as *gangs* de bairro da pequena à grande delinquência, ou ainda as *taxi-girls* dos salões de dança de Chicago. Os instrumentos correntes da etnografia e da sociografia de hoje foram testados na cidade pelo grupo de sociólogos/antropólogos de Chicago: histórias de vida, estudos de carreira e de trajetória, observação participante. Era estimulado o retorno reflexivo a situações vividas anteriormente pelos pesquisadores, como no caso de Neil Anderson que havia tido uma experiência ele próprio como *hobo*. Era menos estimulado o estudo de comunidades com uma forte densidade interna de relações e mais o de grupos que pudessem refletir as especificidades da metrópole, sua vida mental e seus modos de vida. A atitude de *reserva* diante da intensificação dos

estímulos nervosos ocasionada pela vida social na metrópole, a monetização e a transformação crescente de novos serviços em mercadoria, a liberdade pessoal como contrapartida da menor personalização das relações sociais, deveriam ser estudadas empiricamente através destes grupos novos em serviços metropolitanos inusitados. As consequências mais gerais deste mosaico de estudos estão, tanto no projeto inicial de Park (1967), “A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em meio urbano”, de 1916, baseado em Simmel, Durkheim e na antropologia social britânica, artigo de referência das monografias posteriores, quanto no balanço dos resultados desta etnografia cooperativa de muitos pesquisadores, no artigo de Louis Wirth (1967), “Urbanismo [ou fenômeno urbano] como modo de vida”, de 1938.

Neste artigo, Wirth salienta a importância do tamanho da cidade, da densidade de sua população e da heterogeneidade de seus habitantes. A multiplicação das interações neste contexto torna necessário um retraimento dos contatos pessoais. Os cidadãos (metropolitanos) se encontram em papéis muito segmentários. Eles são mais interdependentes do que os rurais, mas menos dependentes de pessoas em particular. Os contatos são ditos “secundários”, e são mais superficiais, efêmeros e segmentados. Os cidadãos teriam, assim, uma relação instrumental na maioria das interações pessoais, que contribuiria para uma racionalização dos comportamentos. Se, por um lado, tal comportamento indicaria uma maior independência em relação ao controle do grupo, por outro lado, a perda do sentido de participação social poderia propiciar estados de anomia.

De outra parte, as proposições de Wirth se clarificam em oposição às de Robert Redfield, antropólogo da Escola de Chicago que trabalhou com as sociedades camponesas; tipo de sociedade tradicional que supõe a existência e a dependência da cidade para a sua constituição. Redfield (1965) vê, assim, o outro da cidade, as sociedades camponesas por ele estudadas no México e na América Central. A cidade seria o lugar da “grande tradição”, escrita, sistematizada, de pensamentos partilhados de forma espontânea, oral, pelas “pequenas tradições” locais, hegemônicas pela cidade. O que seria uma forma elaborada da oposição entre comunidade e sociedade. Posteriormente, o antropólogo britânico Jack Goody (2008) trabalhou sobre a importância específica da escrita como diferencial de poder na antropologia comparada e na história. Por sua vez o historiador Peter Burke (1989) retomou a distinção de Redfield da pequena e da grande tradição para estudar a história das culturas populares, dando importância também a mediadores entre a cultura popular e a erudita como a figura de Rabelais analisada por Bakhtin (1989), personagens biculturais que conhecem e participam da cultura popular

embora transitem ou pertençam às elites. Burke pode, desse modo, reconstituir a construção e a valorização da cultura popular através do folclore no momento mesmo em que a modernização e a sociedade urbano-industrial parece sufocá-la.

Redfield (1965) também propôs, estudando o lado da sociedade tradicional camponesa que se opõe à cidade de seus colegas da Escola de Chicago, o chamado *continuum folk*-urbano, algo intermediário no gradiente que se interpõe entre esses tipos ideais polares.

Vê-se na produção da Escola de Chicago como os processos sociais estudados de outra forma têm na cidade seu lócus e território por excelência. Assim, a divisão social do trabalho durkheimiana, com a construção de uma solidariedade orgânica e suas possibilidades de anomia; o aumento dos elos de interdependência e diferenciação social constitutivos do processo de civilização e da democratização funcional de Elias; o desencantamento do mundo de Max Weber; a realização do trabalho abstrato quando há indiferenciação e mobilidade profissional na *Introdução à Crítica da Economia Política* ([1867] 1984) de Marx (com proximidade da mentalidade metropolitana de Simmel), têm a cidade como suporte geográfico implícito. Também na linguagem de Polanyi, a cidade seria o lugar da redistribuição, tendo por detrás a centralidade do poder; além da praça de mercado.

As construções sobre o especificamente urbano da Escola de Chicago e das elaborações de Simmel, Park e Wirth foram contestadas de forma explícita por Oscar Lewis através de seus estudos de bairros populares na cidade do México, onde se conservam e se reforçam laços tradicionais camponeses centrados na família no processo de migração e estabelecimento na grande cidade. Também os estudos dos antropólogos da chamada Escola de Manchester, Max Gluckman e colaboradores, nas cidades africanas, salientam a especificidade de sua formação, e a importância da reprodução do tribalismo nestas cidades. Os estudos historiográficos das cidades não ocidentais chamam atenção para outras configurações de cidade, como chama atenção Jack Goody em livro recente – *O Roubo da História* (2008) (pelo Ocidente).

Uma contextualização da própria cidade de Chicago pode explicar a especificidade da metrópole estudada pelos sociólogos da universidade local. Situada no centro do país, a meio caminho entre o nordeste polarizado por Nova York e Washington, por um lado, e o oeste americano, por outro, Chicago atravessava, no início do século XX, um desenvolvimento acelerado, atraindo muitos migrantes europeus. A indústria da carne foi algo de dominante no início deste crescimento, seguida de outras grandes indústrias e do grande mercado de trabalho metropolitano ali formado. Era uma cidade

que se prestava a esse mosaico de tipos sociais peculiares e um caso extremo propício ao desenvolvimento empírico das proposições de Simmel (ano). A universidade local logo se salientou no domínio da Sociologia, disciplina europeia promissora para as demandas de resolução de problemas sociais apresentadas pela cidade. Os financiamentos do grupo de pesquisa de Park tinham por fonte instituições interessadas na resolução destes problemas. Park teve a habilidade de conservar o investimento empírico de campo de uma sociologia local fortemente ligada à assistência social, unindo-a com uma apropriação pertinente das teorias desenvolvidas na Europa. Ele, assim, resolvia a antinomia da sociologia local dividida entre linhas de prática de uma sociologia aplicada, por um lado, dissociada de linhas teoricistas genéricas, por outro lado.

As teorizações do modo de vida metropolitano tiveram, no entanto, na Escola de Chicago, a sabedoria de permitirem estudos diversificados no mosaico de mundos sociais à parte que se cotejavam, mesmo os que reproduziam de forma transformada algo das comunidades tradicionais. Assim, os estudos de grupos com uma rede interna de relações densa, próxima às de aldeias urbanas, também tiveram repercussão, como a Sociedade de Esquina (em Boston, não em Chicago) de Foote White ou os Urban Villagers de Herbert Gans (1962), ambos estudando bairros italianos.

Ao mesmo tempo, desenvolvia-se no Brasil uma antropologia urbana ligada à terceira geração da Escola de Chicago<sup>2</sup> – Howard Becker e Goffman, ambos ex-alunos de Everett Huges, G. H. Mead e H. Blumer, da segunda geração de Chicago. Há o mosaico de estudos de Gilberto Velho, ou por ele orientados, voltados para os diferentes mundos da grande cidade, em particular das camadas médias; os de Eunice Durham e Roberto Cardoso em São Paulo, seguido pelo mosaico de estudos de José Guilherme Magnani e seus pedaços, manchas e trajetos [que se aproxima dos estudos sobre redes urbanas, densas ou frouxas, segregadas ou integradas, assim como os fluxos, trabalhados por Ulf Hannerz (1980)<sup>3</sup>]. E há os estudos de favelas e periferias com inúmeros autores importantes.

Mais recentemente, a cidade de Chicago serviu de local de estudos das comunidades negras, descendentes da Grande Migração sul-norte na rota de Chicago, de afrodescendentes fugindo do sul e de suas transformações em guetos de *under-class* com a desindustrialização das metrópoles<sup>4</sup>. Apesar de Park ter sido assessor de um líder negro americano antes de se estabelecer na cidade e incentivar estudos sobre relações raciais,

---

<sup>2</sup> Cf. A este respeito cf. Becker (1966).

<sup>3</sup> Referimos a obra em inglês, mas há edições em francês (*Explorer la Ville*, Paris: Minuit, 1983) e também em espanhol (*Exploración de la ciudad*. México: Fondo de Cultura Económica).

<sup>4</sup> Cf. estudos de William Wilson (1997) e Loic Wacquant (1994).

como os de Donald Pierson no Brasil, as comunidades negras estão ausentes dos estudos mais famosos da primeira Escola de Chicago.

No Brasil, alguns discípulos dessa Escola tiveram importância na Sociologia e na Antropologia brasileiras. De início, o próprio Donald Pierson, que animou durante muitos anos o ensino e a pesquisa na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP-SP) e que foi orientado por Robert Park. Alguns pesquisadores brasileiros, alunos da Escola de Sociologia e Política, fizeram estudos pós-graduados em Chicago, como Mario Wagner da Cunha, Oracy Nogueira e Juarez Brandão Lopes. Mais geralmente, essa “escola” teve sua importância nos estudos de comunidade no Brasil, sendo um fundo comum de instrumentos para diferentes núcleos de sociologia e antropologia no País, desde o CBPE de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro até a escola sociológica paulista de Florestan Fernandes (tanto Darcy quanto Florestan tendo sido ex-alunos da ESP de São Paulo).

No caso de Juarez Brandão Lopes, o instrumental da Escola de Chicago se faz particularmente presente no interior da escola paulista de sociologia. Aluno de Louis Wirth em fim de carreira, Brandão Lopes (1967) acabou concretizando sua pesquisa, que viria a ser mais tarde sua tese de doutorado, em duas cidades industriais do sul de Minas Gerais, comparando a cidade de industrialização anterior com a cidade de desenvolvimento mais nova e dinâmica, ambas baseadas na indústria têxtil. Naquelas cidades médias (para aquele período dos anos 1950), Juarez via a permanência de relações tradicionais tanto entre os industriais quanto entre os trabalhadores, nesta crise do Brasil arcaico em sua transição para o mundo urbano-industrial moderno. Mas antes já havia feito um estudo sobre o ajustamento do trabalhador à indústria em São Paulo, na maior metrópole do País. Ali ele observou, por um lado, a existência de trabalhadores profissionais de manutenção, a maioria imigrante originário da Europa, e, por outro, uma grande massa de trabalhadores menos qualificados de origem rural recente. Ao mesmo tempo em que via uma parte desse grupo com maior permanência na cidade e na indústria, o que seria uma classe operária mais conforme ao seu tipo ideal do Norte do mundo, via também esses trabalhadores recém-chegados do interior ou do campo, ligados a suas redes familiares, mas também aptos a saírem da carreira de operários para tornarem-se trabalhadores por conta própria.

Assim, ao trabalhar com os operários do açúcar ou com os tecelões de Pernambuco, já havia uma pequena literatura pertinente importante no País. E que poderia seguir este caminho entre o rural e o urbano através da indústria como linha de uma

perspectiva de antropologia urbana específica, voltada não só para as aquisições da antropologia, mas também para as da sociologia e da história do trabalho.

É verdade que em meados dos anos 1970 eu pensava estar entrando em um território pouco explorado pela Antropologia, aquele ocupado pelas condições de trabalho e de vida dos operários. De fato, só depois, ao longo dos anos, fui buscar antecedentes de um enfoque antropológico em estudiosos universitários ou não universitários sobre as classes trabalhadoras, e inclusive dos antropólogos profissionais. Em parte, os operários haviam sido encontrados pelos etnógrafos em algum lugar no meio do *continuum folk-urbano* formulado pelos antropólogos culturais norte-americanos. Foram assim, desde os trabalhadores têxteis indígenas da localidade de Cantel, na Guatemala, estudados por Manning Nash (1958) (com a colaboração de June Nash), nos anos de 1950, até os operários de Yankee City descritos por Lloyd Warner ([1947] 1965) ou os metalúrgicos de Chicago aos quais se incorporou como nativo e pesquisador não declarado Donald Roy (2006). A proximidade da Antropologia e da Sociologia na tradição da Escola de Chicago fizeram antropólogos como Warner e Foote-Whyte transitarem de estudos de temas clássicos da disciplina antropológica (no caso do primeiro) e de comunidades étnicas urbanas (no caso do último) para estudos assemelhados à sociologia industrial, embora fortemente instrumentalizados pela etnografia. Algumas universidades norte-americanas fundaram, nos anos 1940, institutos de relações humanas associados às indústrias, onde se incluíam projetos de antropologia aplicada, geralmente reformadores, em torno do tema de “relações industriais” (o que não é sem relação com o que era ensinado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com a presença de Donald Pierson ao lado de disciplinas de administração e relações industriais).

No caso de outros centros mundiais das Ciências Sociais, como a França e a Inglaterra, a espera pelo retorno para casa da Antropologia (*Anthropology at Home*) à primeira vista parecia ser necessária para que os antropólogos se interessassem pelos trabalhadores em suas próprias cidades industriais. Na Inglaterra houve precursores como o estudo de Raymond Firth (1957) sobre família no bairro proletário do East End de Londres (*Two studies of kinship in London*), ou as famílias e redes sociais de Elisabeth Bott, que incluíam famílias de trabalhadores. Havia os estudos de comunidade depois sistematizados por Ronald Frankenberg (1966). Entre estes, estavam o de Dennis, Henriques e Slaughter ([1956] 1969) (*Coal is our life*), e o de Young e Willmott (1962) (*Family and Kinship in East London*). Por sinal, os autores de *Coal is our life* agradecem fortemente à orientação de Meyer Fortes e Max Gluckman. Também os estudos das



idades mineiras no Copperbelt da Rodésia do Norte fazem os antropólogos da escola de Manchester, atraídos pelas transformações nos comportamentos tribais nas cidades, encontrarem-se com trabalhadores industriais.

É interessante também a trajetória da antropóloga norte americana Hortence Powdermaker, que circulou com desenvoltura entre as tradições da disciplina acadêmica de seu país e da Grã-Bretanha, assim como se moveu entre temas clássicos e heterodoxos. Fez tese – sob a orientação de Malinowski na London School of Economics (LSE) –, em Lesu, na Melanésia, indo em seguida estudar relações raciais no Mississipi, respaldada por Sapir. Depois foi etnografar Hollywood, após ter observado o lugar da recepção do cinema no sul dos EUA. E, finalmente, estudou os mineiros africanos na sua monografia *Copper Town* (1962), no Copperbelt da Rodésia do Norte. Tudo isso após um ímpeto de juventude que a levou da graduação universitária em História ao trabalho de ativismo sindical no setor de confecções em seu país.

\*\*\*

Numa segunda parte deste texto vou desenvolver o que pudemos observar, eu e Rosilene Alvim, na cidade têxtil de Paulista e sua transformação de cidade-empresa em área integrada da região metropolitana de Recife. Este caso é um exemplo de processo histórico em que se vê em ação, em pleno século XX, os conflitos sociais por detrás do processo de formação de uma cidade – e isto de uma forma que nos convida a dialogar com o capítulo sobre a cidade em *Economia e Sociedade* de Weber ([1920] 2004) ou com *A Questão da Habitação* de Engels.

A fábrica de Paulista, a CTP, acoplada à rede varejista das Casas Pernambucanas, particularizou-se diante das outras cidades industriais da região, pela escala em que acelerou o processo migratório do campo para a cidade em benefício de sua fome de mão de obra entre os anos 20 e 60 do século XX. E criou uma enorme vila operária, onde se corporificava em certo *continuum folk-urbano*. Esta vila operária, distrito de Olinda, pelas suas dimensões e pelos interesses territoriais da Cia., foi emancipada como município em 1928.

Colocando-se ao lado do governo Estácio Coimbra contra os revolucionários de 1930, a CTP é devassada pela polícia em 1931 por ter utilizado seus vigias nas forças que se opunham pelas armas aos revolucionários nos primeiros dias após a eclosão do evento, em outubro de 1930. E o município retornou à condição de distrito de Olinda. Em 1935, após passar por esta fase do governo provisório saído da revolução e que beneficiou os

movimentos de trabalhadores, tendo passado por uma greve de longa duração pela aplicação da lei de 8 horas de trabalho entre julho e outubro de 1932, a CTP repropõe seu pedido de emancipação à Assembleia Legislativa em 1935. É interessante que nos anais da Assembleia, em que a matéria é discutida pelos deputados estaduais, há aqueles que se opõem à emancipação com o argumento que Paulista não é cidade, que supõe a heterogeneidade e a diversidade de suas atividades; seria uma cidade-empresa, corroborando a discussão de Max Weber sobre a formação das cidades medievais na Europa. Mas a CTP estava no auge de sua expansão nacional e, como diziam alguns de seus anúncios em jornal, “as Casas Pernambucanas garantem o equilíbrio do balanço de pagamentos de Pernambuco”.

Entre 1937 e meados dos anos 50, a partir do Estado Novo, há um choque entre a CTP como governo local de fato, por um lado, e o governo local de direito, a prefeitura, aliada ao sindicato de trabalhadores e comerciantes locais, por outro lado. Este confronto tem início no governo estadual de Agamenon Magalhães, interventor do Estado Novo em Pernambuco entre 1939 e 1945, preocupado em criar em Paulista uma verdadeira administração local independente da CTP. Seu governo apoiou, em particular, a instalação do sindicato local dos trabalhadores, recriado em 1941 após um período de repressão<sup>5</sup>.

Uma parte importante desses sindicalistas envolveu-se na política local, em oposição à CTP, já na volta à democracia em 1945 e as primeiras eleições municipais. Um deles tornou-se deputado estadual. Em 1946, o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco é o ex-presidente do Sindicato dos Tecelões de Paulista, evangélico, Torres Galvão, fiel a Agamenon Magalhães. Este ex-sindicalista apresenta um artigo na Constituinte estadual, prevendo a desapropriação de terrenos urbanos vazios, assim como lotes de terra em suas áreas rurais periféricas para a constituição de um cinturão verde, nas cidades encravadas em território particular. Apoiada numa aliança PSD – PCB, o artigo passa a integrar a Constituição estadual (artigo 102).

Ex-sindicalistas que formam, então, a maioria do Conselho Municipal de Paulista, votaram, em 1949, a aplicação deste artigo 102 da Constituição de 1947 do Estado de Pernambuco, proposto pelo ex-presidente do Sindicato de Paulista, eleito deputado após sua gestão sindical, que previa a expropriação de todos os terrenos ociosos das “cidades encravadas em uma propriedade privada” e das terras, num raio de vinte quilômetros, com fins de reforma agrária. Essa formulação geral aplicava-se teoricamente a toda

---

<sup>5</sup> Fundado em 1931 no contexto favorável da revolução de 1930, o primeiro sindicato foi dissolvido em 1932, depois de uma greve prolongada em que se reivindicava o respeito à lei relativa às oito horas de trabalho. Cf. LEITE LOPES, 1988, cap. 7.

aglomeração constituindo uma vila operária, seja de indústria têxtil ou açucareira, mas de fato claramente inspirada na situação particular de Paulista. A intensidade das pressões exercidas pela CTP sobre a municipalidade e a Assembleia do Estado acabou provocando uma negociação, seguida de um acordo sobre a expropriação de um terreno para a formação de um novo “bairro livre”, mas no exterior da vila operária, por conseguinte sem tocar nos terrenos ociosos que se encontravam no seu interior e cuja perda teria quebrado a unidade da vila e seu controle pela companhia. A ideia da reforma agrária caiu no esquecimento. Apesar da continuidade das pressões da CTP para fazer daquele acordo letra morta, a ocupação efetiva desse bairro começou depois de 1955, data da vitória, na prefeitura, de um antigo operário católico que havia disputado as eleições contra um dos filhos do patrão. Ele, então, articulou com o governo estadual a liberação de verba para a desapropriação das terras a ser paga à empresa para que o único bairro da cidade sem ser propriedade da CTP pudesse ter seus terrenos demarcados e distribuídos pela prefeitura em troca do pagamento pelos beneficiários de um foro à municipalidade. A medida acabou privilegiando os operários que estavam então processando a empresa na justiça do trabalho, os operários de questão, os sindicalistas, mas também os comerciantes e funcionários municipais.

A segunda etapa do questionamento do monopólio imobiliário da CTP teve ainda mais sucesso, apesar de ter sido menos intencional e menos explicitamente conduzida que a primeira. Resultou, indiretamente, da modernização das fábricas entre o final da década de 60 e a de 70, e das ondas de demissões favorecidas pela conjuntura política da ditadura militar e pelas novas leis do trabalho (em particular a substituição da antiga lei da estabilidade pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS). Segura de seu poder, a CTP demite um número importante de operários “estáveis”, ou seja, os que contavam mais de dez anos de antiguidade na empresa e cujos direitos adquiridos estavam protegidos pela antiga lei – recentemente reformada – sobre a estabilidade do emprego. Em virtude dessa antiga lei, quando era demitido, o empregado “estável” tinha direito à indenização num valor igual ao dobro de seu último salário multiplicado pelo número de seus anos de trabalho. Um movimento constituiu-se, então, com sucesso, entre os operários, para pedir diante da justiça do trabalho, a despeito das intimidações da empresa, sua reintegração na fábrica ou, caso contrário, o pagamento das indenizações devidas. Esse movimento não poderia sem dúvida nenhuma ter nascido sem as lutas anteriores, no seio do processo de produção, assim como no exterior da fábrica, tais como o “movimento pela libertação da cidade” ou as resistências contra a retomada e destruição

pela CTP dos antigos roçados, tradicionalmente concedidos pela empresa. Seu sucesso deve ser igualmente relacionado com o abalo da legitimidade da dominação da companhia, depois que esta mudou as regras tácitas do jogo, a partir dos anos 50, apostando desde então exclusivamente na produção industrial e abandonando a política de pleno-emprego, de concessão de terrenos para roçados, a feira administrada pela empresa e as melhorias na vila. Ela deve, enfim, ser relacionada com a possibilidade que tinham, agora, as famílias de permanecer em Paulista, apesar do aumento das demissões, já que era admitido ficar com a casa mesmo se apenas uma pessoa continuasse trabalhando na companhia, e elas desenvolviam recursos alternativos de subsistência no pequeno comércio e na, tal como esta havia sido transformada.

A CTP só pôde saldar sua enorme dívida para com os operários estáveis demitidos e a justiça do trabalho incluindo o valor da casa no total da indenização devida a cada um. Dali em diante, as novas demissões tomaram até a casa como base explícita para o acordo. Por volta de 1976, quando iniciamos nosso primeiro trabalho de campo na cidade, a metade dos alojamentos da vila tinham se tornado, assim, propriedade das famílias operárias. Este processo se ampliou nos anos seguintes, até as casas de propriedade da CTP terem se tornado residuais. Tão logo foram adquiridas, essas casas foram submetidas a pequenas modificações, no sentido de diferenciá-las da uniformidade ambiente – mudança de cor, substituição das portas e janelas, abertura de pequenas varandas, construção de uma outra habitação no quintal para um filho ou uma filha casada etc.

Em artigo, publicado em 1994, ainda sob influência do trabalho de campo encerrado dez anos antes, Rosilene Alvim e eu assim concluíamos:

A autonomia crescente das famílias face à companhia em matéria de residência multiplica então as possibilidades para elas de se manterem ali, mesmo se o pequeno mercado imobiliário criado localmente na mesma ocasião permite a outros recém-chegados de se instalarem nesse novo bairro-dormitório de Recife. Por enquanto, entretanto, permanecem as condições de uma conservação da memória social dessa população operária que presenciou a grandeza de uma dominação patronal em grande escala, inicialmente tida como legítima, e que posteriormente vivenciou diferentes movimentos de oposição à companhia provocados por uma mudança nas regras tácitas nas relações da CTP com os operários. Adquirindo a propriedade das casas da vila operária e estabilizando-se na localidade como resultado de uma tradição de lutas, as famílias operárias remanescentes das sucessivas vagas de demissões podem assim ser depositárias de uma memória sem a qual a história materializada nas casas de tijolo e telha edificadas por sobre os escombros dos antigos mocambos, e materializada também na disposição dos diversos arruados da vila operária, ficaria sem sentido e perdida para as gerações futuras, assim como perdida para o conhecimento dessa experiência singular de dominação e de construção de uma identidade de grupo social (ALVIM; LEITE LOPES, 1994 p. 108).

Mas tendo tido a oportunidade de voltar à área de forma continuada e duradoura, ao permanecermos como professores visitantes na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 2003 e 2006, pudemos nos inteirar das transformações havidas na cidade nos últimos vinte anos de nossa ausência.

De fato, a partir de meados dos anos 80, transformaram-se as próprias condições do modo de geração dos descendentes daquele grupo operário. Declinaram as chances de emprego industrial estável para as novas gerações; aumentaram os esforços das famílias numa escolarização mais prolongada de seus filhos, sem que isto redundasse em melhores empregos; a população da cidade mudou sua composição com a chegada em massa de novos habitantes provenientes do Recife para ocuparem os novos conjuntos habitacionais formados nas terras vendidas para tal pela CTP. Esta passa a ter nos seus vastos recursos em terras, resultantes de seu antigo monopólio territorial municipal, durante seu período de declínio como indústria, fator principal de geração de renda.

É neste contexto que aparecem fortes demandas pela recuperação e sistematização da memória social da cidade por parte de agentes significativos do espaço público local. E onde a volta dos pesquisadores ao local sobre o qual produziram teses e livros não é despercebida por tais agentes; a própria condição de pesquisador-coletor de dados é vista de forma diferente e sendo transformado em pesquisador testemunha da história, em sistematizador e colaborador na divulgação da história local.

As transformações, nessas antigas cidades industriais, vão no sentido de uma dispersão de sua força de trabalho, antes concentrada localmente, por toda a região metropolitana, aumentando os fluxos de deslocamento de trabalhadores. Nessas áreas, o patrimônio histórico potencial representado pelas vilas segue sendo descaracterizado e transformado, sem constituir-se num recurso de políticas públicas voltadas para a história e a cultura locais. Antigos terrenos e galpões desativados tornam-se um passivo ambiental sem perspectivas de compensação.

O interesse do Sindicato dos Tecelões de Paulista na sistematização e divulgação da história local, ressaltando suas tradições operárias, foi o principal fator através do qual nossa nova pesquisa na localidade nos anos 2000 acabou desembocando em atividades de busca e coleta de registros visuais e sonoros que pudessem ser divulgados publicamente. Os diretores sindicais fazem parte de uma geração que trabalhou nas fábricas do distrito industrial, filiais de fábricas do Sul e multinacionais da era Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Eles assumiram, no fim dos anos 80,

sob os ventos do novo sindicalismo, com uma chapa de denominação autoirônica: os papa-pêlos (em referência às partículas de algodão desprendidas no interior das fábricas). Esse distrito industrial, por sua vez, sofreu, também, entre os anos 90 e 2000, um processo de desindustrialização. Os mentores da associatividade inicial destes sindicalistas foram alguns de nossos antigos pesquisados-chave, que se tornaram personagens do filme que acabamos fazendo. Para os novos sindicalistas, de resto seguindo a tradição do senso comum local, a história a ser privilegiada é a da antiga fábrica que criou a cidade, a CTP das Casas Pernambucanas.

Ao desencadear-se a feitura de um documentário sobre a memória dos ex-operários sobre sua trajetória e vida cotidiana no “tempo da companhia”, foram-se acumulando materiais visuais, novos personagens e eventos voltados para uma objetivação desta memória social. Com a falência da companhia e a desindustrialização geral da área, antigos conflitos entre operários e empregados próximos à administração patronal se arrefecem em benefício do exercício da memória, mesmo que disputada. Assim, no filme *Tecido Memória* (2008) o ponto de vista patronal pode ser criativamente assumido por um ex-cozinheiro e gerente da casa grande e contraposto ao ponto de vista de uma maioria de outros personagens ex-operários<sup>6</sup>.

O filme *Tecido Memória* registra, desse modo, através de outra linguagem, um novo período de campo, após o intervalo de trinta anos, por meio dos instrumentos da antropologia visual que os colegas especialistas dessa área vinham aperfeiçoando. A etnografia de longa duração pode agora conter um documento construído com a participação explícita dos pesquisados, editados e mostrados publicamente em carne, osso e palavra; um documento a ser apropriado de forma mais favorável pelo próprio grupo retratado e seus descendentes. Ele pode constituir-se em mais um elemento na batalha pela memória, através da qual os herdeiros dos operários podem enfrentar as transformações da cidade que têm se dado sob a égide do mercado imobiliário e em detrimento do mínimo de patrimônio histórico que corresponda à força da transmissão oral de um passado significativo. O filme, sobre cuja feitura outro artigo seria necessário fazer no futuro, inclui também personagens de outras fábricas e cidades, como a cidade de Escada e sua fábrica Pirapama (em cujo interior conseguimos filmar o processo produtivo), bem como Recife e a fábrica da Macaxeira do Grupo Othon. Sua generalidade, transcendendo as fábricas e localidades pernambucanas privilegiadas, mostra-se tanto pelo uso, na sua

---

<sup>6</sup> Se a família patronal não reuniu neste caso condições para que dela surgisse o interesse em guardar a memória de suas realizações – ofuscadas, talvez, por contínuas batalhas de herança que alimentam processos judiciais famosos, fazendo do processo de contestação do testamento de Frederico Lundgren uma relíquia histórica do fórum de Paulista – no entanto, esta memória tem sido preservada pela população remanescente de ex-trabalhadores da CTP e seus descendentes.

montagem, de imagens históricas de fábricas têxteis no estado de São Paulo, quanto na recepção do filme quando de sua exibição em diferentes localidades. Uma dessas exposições, em campus mais recente da Universidade Federal da Paraíba em Rio Tinto se realizou, para minha grata surpresa, nas próprias dependências da antiga fábrica têxtil local (cuja antiga vila operária tem, atualmente, a metade de seu território situado em área indígena demarcada), do mesmo grupo industrial da CTP, a CTRT, hoje utilizada pela universidade pública federal. A história desta cidade, congênere à de Paulista, é um campo aberto para muitos estudos da própria universidade local e de outras; um raro desfecho com utilização pública de instalações que foram fruto da desindustrialização.

### Referências

- ALVIM, Rosilene; LEITE LOPES, José Sergio. Famílias operárias, famílias de operárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 5, p. 1-17, 1990.
- \_\_\_\_\_. Vila Operária e Cidadania; Sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia. **Sociologia e Política**, Curitiba, n. 2, 2. sem., p. 99-109, 1994.
- BECKER, Howard S. A escola de Chicago. Tradução de vera pereira. **Mana**, Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DENNIS, Norman; HENRIQUES, Fernando; SLAUGHTER, Clifford. **Coal is our life: an analysis of a Yorkshire mining community**. London: Tavistock Pub., [1956] 1969.
- FRANKENBERG, Ronald. **Communities in Britain; social life in town and country**. Harmondsworth: Penguin Books, 1966.
- FIRTH, Raymond (ed.). **Two Studies of Kinship in London**. University of London/Athlone Press, 1957. (London School of Economics. Monographs on Social Anthropology 15).
- GANS, Herbert J. **Urban Villagers**. New York: The Free Press of Glencoe, 1962.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1987. p. 365-436.
- GOODY, Jack. **O Roubo da História: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008.

GOFFMAN, Erving. On Fieldwork. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 18, n. 2, p. 123-132, July 1989.

\_\_\_\_\_. **Asylums**. Essays on the social situation of mental patients and other inmates. Harmondsworth: Penguin Books, [1961] 1971.

HANNERZ, Ulf. **Exploring the city**. New York and Guildford, Surrey: Columbia University Press, 1980.

HUGUES, Everett. **The sociological eye**. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.

LEITE LOPES, José Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo: Brasília: Marco Zero; Ed. da UnB, 1988.

LOPES, Juarez Brandão. **Crise do Brasil Arcaico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

\_\_\_\_\_. A escola de Chicago, ontem e hoje; um depoimento pessoal. In: VALLADARES, Lícia (org.). **A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005. p. 23-52.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril, [1867] 1984.

NASH, Manning. **Machine age maya**. The industrialization of a guatemalan community. The American Anthropological Association, Memoir n. 87, 1958.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 29-72.

POWDERMAKER, Hortense. **Copper town, changing Africa**. The human situation on the Rhodesian Copperbelt. New York: Harper Colophon Books, Harper & Row Publishers, 1962.

REDFIELD, Robert. **Peasant Society and Culture: an anthropological approach to civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1965.

ROY, Donald. **Un sociologue à l'usine**. Org. J. M. Chapoulie. Paris: La Découverte, 2006.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13 – 28.

TECIDO memória. Sergio Leite Lopes; Rosilene Alvim; Celso Brandão. Documentário longa metragem em DVD (70 min). Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2008.

VELHO, Gilberto. Antropologia e Cidade. In: LIPPI OLIVEIRA, Lúcia. **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 36-41.



VELHO, Gilberto; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Organização social do meio urbano. **Anuário Antropológico**, n. 76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p. 71-82.

WACQUANT, Loïc. O retorno do recalcado: violência urbana, raça e dualização em três sociedades avançadas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 16-30, fev.1994.

WARNER, William Lloyd; LOW, Josiah O. **The social system of the modern factory**. The strike: a social analysis. New Haven and London: Yale University Press, [1947] 1965.

WEBER, Max. 1967. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 73-96.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. São Paulo: Ed. UnB, [1920] 2004.

WHYTE, William Foote. Planning my Slum Study. In: **Participant Observer: an autobiography**. Ithaca, N.Y.: ILR Press, 1994a. p. 62-66.

\_\_\_\_\_. Learning to be a participant observer. In: **Participant Observer: an autobiography**. Ithaca, N.Y.: ILR Press, 1994b. p. 67-84.

\_\_\_\_\_. Graduate work in Chicago. In: **Participant Observer: an autobiography**. Ithaca, N.Y.: ILR Press, 1994c. p. 108-115.

WILSON, William Julius. **When work disappears**. The world of the new urban poor. New York: Vintage Books, 1997.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 97-122.

YOUNG, Michael; WILLMOTT, Peter. **Family and kinship in East London**. Harmondsworth: Penguin Books, 1962.

## A QUESTÃO DO PODER NA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA

Leonardo Sá

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

### **Resumo:**

Este artigo discute a questão do poder na perspectiva da antropologia da política, revisitando alguns clássicos a partir de propostas contemporâneas. Destaca alguns dos pressupostos teóricos que animam os debates acadêmicos de um conjunto de etnografias acerca de rituais, representações e violência no Brasil, elaborado em torno do esforço coletivo de se pensar antropológicamente os eventos, os lugares, as pessoas e as entidades sociais classificados como políticos. O objetivo é destacar alguns dos marcos conceituais que podem ser considerados significativos para as pesquisas etnográficas nessa área de conhecimento, em especial, o que gira em torno do conceito de poder na teoria sociocultural.

**Palavras-chave:** Poder. Política. Antropologia. Etnografia.

## *THE PROBLEMATIZATION OF POWER FOR THE ANTHROPOLOGY OF POLITICS*

### **Abstract:**

This article reapproaches classical and contemporary authors in the field to discuss the question of power in a political anthropology perspective. The study emphasizes theoretical assumptions concerning scholarly debates about a set of ethnographies of political events in Brazil, like those that analyze rites, representations and violence, that are produced as a collective effort to analyze occurrences in which people, places, events and social entities are politically classified under an anthropological perspective. The objective is to make prominent some conceptual frameworks that would offer insights into future ethnographic studies in this field, emphasizing the use of the concept of power in sociocultural theory.

**Keywords:** Power. Politics. Anthropology. Ethnography.

### **Introdução**

Michel Foucault (1994), certa vez, sugeriu que, no contexto das sociedades ocidentais, o exercício do poder é marcado por um paradoxo, porque é um exercício que se esconde no plano de seu funcionamento, algo cada vez mais escondido no corpo social, ao passo que se exhibe publicamente como representação na vida política (FOUCAULT, 1994, p. 263-264). De um lado, as práticas cotidianas de divisão do espaço coletivo. De

outro, os grandes e suntuosos cerimoniais da soberania com seus discursos instituídos. Haveria uma defasagem entre o funcionamento do campo das práticas discursivas e não discursivas do exercício do poder e o universo da representação política em sua teatralização triunfal do modelo do poder soberano. Poder-se-ia dizer que, onde funcionam, as relações de poder seriam transversais, recortando espaços institucionais, atravessando-os, agenciando-os, aquém e além da instituição e seus centros oficiais de mando, aquém e além do “sistema político”. As relações de poder estariam emaranhadas e distribuídas em malhas heterogêneas, pois o espaço social é um espaço heterogêneo, numa profunda clivagem e permanente tensão com as grades institucionais das entidades estatais que buscam purificá-lo e englobá-lo. Para além do funcionalismo e também do estruturalismo antropológicos, a antropologia da modernidade de Foucault parece apontar para uma analítica da política sem teoria política, ou melhor, dizendo, contra a teoria política do Estado que impregna os discursos do estatismo, colonizando a teoria social<sup>1</sup>.

Um contraponto a essa forma de apreensão da dualidade entre prática efetiva e códigos institucionais do poder, seria lembrar que as dimensões simbólicas do poder apontam para além dos quadros da interpretação utilitarista, que não é a de Foucault. Clifford Geertz (1991), contudo, não concordaria muito em minimizar as dimensões rituais do simbolismo do Estado, pois para ele as dimensões simbólicas do poder político, principalmente nas suas características cerimoniais, tenderiam a ser desprezadas pelas análises ocidentais sobre o poder no Ocidente, que tenderiam para o mesmo tipo de etnocentrismo que Foucault também critica, referindo-se ao modelo da soberania ocidental, com suas fronteiras e territórios. De algum modo, a perspectiva de Foucault estaria ainda muito aferrada à lógica da análise dos mecanismos pragmáticos, o que é justamente o que Geertz critica nas teorias ocidentais do poder, mas essa é uma questão em aberto, que este ensaio não pretende responder, apenas sugerir. Esse diálogo entre os dois autores, até onde é do meu conhecimento, não existiu, é apenas um modo inicial de expressar para que tipo de ambivalência teórica a problemática do poder se dirige na perspectiva do pensamento antropológico. É apenas uma sugestão de leitura e como tal enfatiza pôr em tela o modo pelo qual as relações de poder se inserem, processualmente, em dois sentidos: o da objetivação e o da subjetivação das relações sociais (GOLDMAN,

---

<sup>1</sup> Não foi à toa que a ciência política, entre as ciências sociais, parece ter sido a disciplina acadêmica a nutrir mais desconfianças em relação ao projeto intelectual de Michel Foucault. Diferentemente da sociologia e da antropologia, essa faceta da análise das relações do poder sem uma teoria política para lhe amparar gerou consideráveis questionamentos, como problematizam Nildo Avelino (2010, 2011) e Collier (2010), entre outros.

1999), o que ajuda a superar essa dicotomia entre análise do campo de práticas e interpretação das dimensões simbólicas do exercício de poder. Uma superação que o próprio Michel Foucault levou algum tempo para formular, na medida em que a genealogia reencontra a hermenêutica de um sujeito que faz corpo como eticidade e espiritualidade na vida ativa (RABINOW, 2009).

Depois desse aquecimento intelectual, de fato, neste ensaio, pretendo iniciar uma reflexão metodológica sobre a problemática do poder para os debates da antropologia da política. Chamo-a de metodológica, porque o objetivo da reflexão é esboçar algumas ideias sobre o valor cognitivo, operacional e heurístico da questão do poder para pesquisas em contextos etnográficos diversos. Estou preocupado com as implicações desse debate para o projeto de uma antropologia da política, e, mais especificamente, com o campo de uso do conceito de poder no tratamento analítico de problemas de pesquisa bem concretos levantados por essa abordagem, na passagem de abordagens clássicas para contemporâneas. Não há intenção de ser exaustivo, obviamente, o espírito do texto é o do esboço conceitual, o que se faz por aproximações e distante do âmbito peremptório das definições<sup>2</sup>.

Adentrei neste dilema, de modo etnográfico, a partir de um trabalho de campo com policiais militares cearenses, realizado entre 1997 e 2004, na Academia de Polícia Militar do Ceará e também em pequenos municípios do sertão cearense onde havia destacamentos policiais militares em interação cotidiana com as dinâmicas da política local, influenciando e sendo influenciados pelos jogos sociais de adesões e lealdades (PALMEIRA, 1992). O eixo da discussão passa, portanto, pela apreensão, a partir do campo de práticas dos atores sociais, do modo como as relações de poder da corporação dos policiais militares se configuram, atuando com suas estratégias simbólicas de construção de um “discurso político despolitizado”, para usar uma expressão de Bourdieu (1996, p. 121). Para isso, busquei estudar a formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará (SÁ, 2002), a maneira como reverberava essa tensão entre polícia e política nas formas de socialidade dos policiais militares nos contextos de interação com o poder político local, e até mesmo sobre como se lançavam no campo da política, como políticos profissionais. E, nessas dinâmicas entre polícia e política, tudo se passava como se

---

<sup>2</sup> Em Goldman e Palmeira (1996), há uma apresentação densa desse projeto, uso-a aqui como mapa geral de orientação teórica da argumentação. Um documento do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), *Uma antropologia da política* (1998), do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia do Museu Nacional, traz de forma institucionalizada e bem delimitada o projeto coletivo de uma antropologia da política formulado a muitas mãos. Essas ponderações conceituais estão baseadas numa visão retrospectiva de um conjunto de etnografias da política, da Coleção Antropologia da Política, do qual pude fazer parte. John Comerford e Marcos Bezerra (2013) escreveram um excelente ensaio bibliográfico, contextualizando e problematizando os sentidos dessa produção coletiva e foi sob a influência desse artigo que me animei para tecer algumas considerações neste ensaio.

houvesse uma conversão de uma competência social específica em capital político, ou seja, a construção da representação política da liderança policial militar em uso, em situação, com suas condições de elegibilidade que passaria por uma série de estratégias simbólicas de afirmação e negação de seu pertencimento institucional militarizado. Isto envolveria elementos quer de trajetória, carreira, estilo de policiamento (DURÃO, 2011) e suas experiências, conectados ao universo da polícia militar, como pesquisou César Barreira (1998), numa análise apoiada em um trabalho de campo do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do qual pude participar como um dos assistentes da pesquisa de campo do autor, na condição de bolsista de iniciação científica. Deste modo, por influência de César Barreira, meu olhar se voltou para as análises das estratégias simbólicas de inserção e de atuação política dos policiais.

Nesse universo de conversões, as conexões se dirigem a vários planos das relações sociais concretas dos políticos egressos da polícia militar, ou seja, a um campo de relações de poder multifacetado que se atualiza em situações concretas de modo dinâmico e relativo: companheiros de farda e seu espírito de corpo, familiares e correligionários, vizinhos e clientelas, padrinhos políticos, municipalidade, vereadores e bases locais de atuação como policiais e lideranças comunitárias, bases eleitorais, imprensa, militantes de direitos humanos e opinião pública, entre outros. O ser policial militar implicaria especificidades significativas representadas nos dilemas das formas de inserção e de atividade política das pessoas egressas do “militarismo” e ingressas na “política”. Essas questões micrológicas iam sendo postas em tela contra o pano de fundo da relação mais ampla entre polícia militar e autoritarismo na sociedade brasileira, como pude discutir mais pormenorizadamente e dialogando com parte da literatura pertinente ao entendimento do contexto mais amplo (SÁ, 2015).

### **A questão do poder na antropologia social**

Quando Goldman e Palmeira (1996, p. 4) afirmam que “a questão do poder está bem no centro da própria constituição da antropologia social”, fazem-nos pensar que o uso da palavra “questão” implica certa abordagem segundo a qual não se trata de pensar um “objeto” teórico. Trata-se, muito menos, de elaborar uma teoria geral do objeto (“política” ou “poder”) que tornasse fundamentada a pesquisa empírica sobre fenômenos tidos como “derivados”, a saber, “faccionalismo”, “partidos”, “eleições”, “voto” ou “representação política”. Fazer isso seria admitir o papel complementar ou acessório das

investigações antropológicas para os grandes voos de outras disciplinas, em especial aquelas que atuam com teorias gerais, imponentes e grandiloquentes sobre a modernidade, o Estado, a Sociedade civil, a Política, a Ética, a Democracia e outros modelos totalizantes.

Assim, ao analisar de um ponto de vista antropológico os significados do voto, por exemplo, o pesquisador precisa se confrontar com as visões naturalizadas de certa ciência política – não toda ela – afeita às mensurações e relatos sobre o comportamento eleitoral e político dado, como se objeto dado fosse, conseqüentemente, nessa veia crítica, lançando dúvidas sobre o alcance da teoria da escolha racional ou da teoria sociológica das influências (PALMEIRA, 1992, p. 26)<sup>3</sup>. Afinal, a tarefa de problematizar discursos cristalizados nas ciências sociais e na filosofia política passa pela experimentação de um tipo de dúvida hiperbólica (BOURDIEU, 1993, p. 49), uma vez que os pensamentos teóricos sobre tais “objetos” participam muito frequentemente dos processos de reificação pelos quais eles se transformam em objetos e em realidades substantivadas.

As ciências sociais e a filosofia política não escapam às estratégias políticas de produção simbólica do mundo social, principalmente da produção simbólica estatal, para cujos efeitos de legitimação contribuem<sup>4</sup>. Diante disso, qual o sentido de evitar partir de uma teoria do objeto para realizar uma discussão conceitual sobre a questão do poder? Para obter uma indicação, pode-se fazer uso da ideia de Michel Foucault segundo a qual a teoria pressupõe objetivações históricas que produzem a objetividade do objeto, de modo que a teoria não favorece o trabalho de análise, contudo, como o filósofo arremata a argumentação, “le travail d’analyse ne peut se faire sans une conceptualisation des problèmes traités. Et cette conceptualisation implique une pensée critique – une vérification constante. [...]” e esta “ne doit pas se fonder sur une théorie de l’objet” (FOUCAULT, 1984, p. 298).

Mesmo consciente de que Foucault rejeita até mesmo reflexões metodológicas tradicionais do tipo que os cientistas sociais costumam fazer, pois, para ele, não se trata

---

<sup>3</sup> Como argumenta Moacir Palmeira (1992, p. 27), ao elaborar tal crítica, “uma experiência de pesquisa fundada no pressuposto antropológico de que a percepção social que as populações têm dos processos e atividades em que estão envolvidas e de que os significados sociais que investem em suas ações têm conseqüências objetivas para os resultados dessas ações sugere-nos que o voto não é necessariamente uma empresa individual, que a questão da intencionalidade pode não ser pertinente, que não está necessariamente em jogo uma escolha; que a importância das eleições pode não se resumir à indicação de representantes ou governantes e que sequências aparentemente naturais como a que citamos acima podem não ser matéria de lógica, mas de ‘sócio-lógica’”.

<sup>4</sup> “On ne peut donc se donner quelques chances de penser vraiment un Etat qui se pense encore à travers ceux qui s’efforcent de le penser, qu’à condition de procéder à une sorte de doute radical visant à mettre en question tous les pressuposés qui sont inscrits dans la réalité qu’il s’agit de penser et dans la pensée même de l’analyste” (BOURDIEU, 1993, p. 50).

nem de teoria, nem de metodologia, pode-se usá-lo para alguns propósitos das ciências sociais, seguindo, inclusive, o mesmo critério “utilitário” (captura de conceitos e problemas para a formação de uma caixa de ferramentas) com o qual ele se relacionava com a literatura acadêmica em geral. Não ser fiel à Foucault, parece-me um bom ponto de partida para com ele dialogar nesse ponto. Para que o ponto de vista fique mais claro, é preciso ter em mente o seguinte:

Em primeiro lugar, é preciso compreender que a escolha do objeto não pode ser comandada por uma teoria qualquer, já que esta exige sempre uma objetivação dada anteriormente, ao menos de forma virtual; ou seja, exige uma escolha prévia do objeto. Que não se imagine, contudo, que essa recusa em colocar uma teoria na frente da análise seja signo de uma forma qualquer de empirismo ingênuo. Se a teoria é dispensável, o mesmo não ocorre com uma conceptualização prévia do problema a ser tratado. Uma tal conceptualização – e essa é a chave da questão que investigamos – se faz sempre a partir de questões práticas colocadas contemporaneamente (GOLDMAN, 1999, p. 67).

Portanto, é a própria noção do poder pensado como uma coisa que precisa ser questionada. O poder é uma problemática e não um objeto teórico acabado e muito menos uma “realidade” dada, a realidade do poder. Talvez, fosse mais interessante falar do poder dos efeitos de realidade, nesse caso. Assim, os objetivos da antropologia, com objeto e métodos próprios, se realizariam nessa contrafacção, pois o mais significativo é o estilo de sua problematização.

O poder, então, não seria uma coisa dada, não seria uma realidade substantiva para a qual se oferecem pensamentos teóricos que lhe correspondessem, pressupondo um apelo a uma concepção referencial da verdade, oferecendo-lhe inteligibilidade por meio do estudo dos símbolos que expressariam, num tipo de realismo semântico, suas fontes sociológicas. Desse modo, quando falamos de poder, no sentido em que essa noção ganhou valor operatório, implícito ou explícito, no pensamento antropológico, não reivindicamos um objeto sobre o qual a “tradição” da disciplina de modo unívoco e linear veio a oferecer, cumulativamente, uma maior inteligibilidade. Como Goldman e Palmeira (1996) sugerem, trata-se de desvelar mecanismos de descentramento e recentramento constantes, operados pelas perspectivas antropológicas sobre o problema etnográfico do poder. Destarte, quando se escreve sobre a questão do poder não se quer responder à pergunta sobre o que é o poder, transmutada quase sempre na pergunta “mais essencial” sobre a natureza da política em termos estatais ou pré-estatais, tão cara à filosofia política e às ciências políticas em suas versões hegemônicas (essas tradicionais funcionárias do Estado).

O importante é tentar escapar às reificações. De um ponto de vista político, para os antropólogos, em larga escala, também funcionários do Estado no mundo todo, em grande medida – é verdade que sem as mesmas pompas e dignidades daqueles outros –, torna-se importante buscar uma inquietação kafkiana para essa relação entre funcionalismo público e exercício da literatura (ou da antropologia): uma tortura sem fim. Mas não pretendo desenvolver esta questão, a qual certamente tem mais a ver com o valor político das investigações antropológicas com as “razões extra-acadêmicas” que as caracterizam (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 1)<sup>5</sup>.

A antropologia, com sua extensa bagagem etnográfica e conceitual sobre as dimensões pessoais das relações sociais, sobre os imbricamentos das relações familiares, de parentesco, de amizade e de vizinhança com os processos de exercício do poder social, fornece os meios de evitar leituras sociologizantes, no mau sentido da palavra, e generalizantes, em face da releitura de antigos problemas sociológicos e da visualização de novos problemas (PALMEIRA, 1992, p. 30). A questão do poder, portanto, aparece como um horizonte para a construção de novas abordagens antropológicas, o que se faz na e pela pesquisa etnográfica, certamente.

Compreender os modos como esta problemática foi descentrada e recentrada pelas perspectivas antropológicas é buscar se municiar de instrumentos para a construção crítica de novos projetos, ou, nas palavras de Goldman e Palmeira (1996, p. 1),

[...] indagar de que modo uma certa tradição teórica e de pesquisa pode ser utilizada na construção de abordagens inovadoras de fenômenos que dizem respeito, não apenas a outras disciplinas acadêmicas, mas também a todos os que deles, direta ou indiretamente, participam.

Como não se trata de uma questão absolutamente “nova” para a antropologia, pois os trabalhos da antropologia política, desde 1940, estão de um modo ou de outro se defrontando com essa questão (CALDEIRA, 1989, p. 4), torna-se necessário pensar em que termos ela foi posta e repostada para não se cair na ilusão de que “todos” estão falando sobre a mesma “coisa”, apesar dos ângulos diferentes existentes sobre ela. Deve-se estar atento para as consequências epistemológicas da objetivação, produzidas pelos modos de pensar a concretude dos termos, como coisas naturais, em detrimento das relações pelas

---

<sup>5</sup> “Power does not enter the anthropological picture only at the moment of representation, for the cultural distinctiveness that the anthropologist attempts to represent has always already been produced within a field of power relations. There is thus a politics of otherness that is not reducible to a politics of representation” (GUPTA; FERGUSON, 1992, p. 17). Ver também Teresa Caldeira (1988, 1989) para discussões neste sentido.



quais são criados os efeitos de reificação, como se as categorias preexistissem aos conflitos sociais e interpretativos (HANDLER, 1984).

Para Pierre Clastres (1974), não é possível pensar o espaço social sem relações de poder, o poder político seria universal, imanente ao social, enquanto as formas de poder coercitivas não passariam de casos particulares, pois, mesmo sem instituições políticas, a política está se exercendo; não se pode pensar o social sem o exercício da política (CLASTRES, P., 1974, p. 20-21). Já se podem adivinhar aqui os problemas centrais, até hoje, para a antropologia, quando a disciplina trata dos fenômenos políticos: estes se definem, apenas, em termos estatais? O que seria a política sem suas formas estatais? A política é uma dimensão universal das relações sociais ou um domínio particular dos sistemas sociais com clivagens entre superiores e inferiores? As relações de poder devem ser compreendidas em termos de comando e obediência, em termos de construção da soberania e da cidadania, da autoridade moral por meio de processos de centralização, das relações sociais de produção ou como uma dimensão irreduzível das relações sociais em geral? Qual a relação entre poder, discurso, política, dominação, resistência, conflito e violência em contextos sociais concretos? Como apreender os processos de subjetivação e objetivação pelos quais operam as relações de poder?

### **Uma pequena história do problema**

Na história do problema da questão do poder na antropologia, como já apontado, não há um único modelo atuando, avançando de modo linear e cumulativo. Como mostram Goldman e Palmeira (1996), e já foi frisado anteriormente, além de modelos concorrentes, existem processos de descentramento e recentramento, deslocando e recolocando a questão do poder em eixos diferentes. Como discute Pierre Clastres (1974) em seu famoso livro *A sociedade contra o Estado*, as classificações das sociedades em “sem poder político” e “com poder político”, com Estado ou sem Estado, partem de um critério irrefletido, ou seja, pensam, implícita ou explicitamente, as relações de poder como relações de comando e obediência, cujos atributos seriam erigidos em termos de violência e coerção (CLASTRES, P., 1974, p. 7-10). Ele afirma que é preciso “problématiser la forme traditionnelle de la problématique du pouvoir: il ne nous est pas évident que coercion et subordination constituent l’essence du pouvoir politique partout et toujours” (CLASTRES, P., 1974, p. 12). Assim, ele conclui que, ou o conceito clássico de poder é adequado e aí se torna legítimo buscar instrumentos outros para se

compreender as sociedades sem poder, ou ele é inadequado e precisa passar por um profundo descentramento.

Para retomar a orientação geral de Goldman e Palmeira (1996), pode-se construir o seguinte mapa de orientação. Nos descentramentos e recentramentos produzidos pela antropologia quanto à questão do poder, se lida com conflitos entre modelos políticos-jurídicos, modelos sociologizantes, modelos processualistas, modelos extrajurídicos e não sociológicos, e modelos semióticos, entre outros. Todos eles se definem, diferentemente, em relação às vertentes microscópicas ou macroscópicas da análise, dualismo que em si já coloca problemas de monta<sup>6</sup>.

Existem problemas que, para um modelo, são de extrema relevância (por exemplo, a oposição indivíduo e sociedade para o modelo sociologizante, com suas questões a respeito dos grupos corporados, entendidos em termos de seus valores e de sua organização social) e que para outro possuem outras relevâncias analíticas (a mesma oposição indivíduo e sociedade que é objeto de crítica para os modelos que se contrapõem ao juralismo e ao juridicismo que invade e captura a análise sociocultural). Como se pode depreender, as fronteiras epistemológicas entre esses modelos não são absolutas, elas são móveis e indecisas. Em um sentido inverso ao exemplo anterior, um postulado explícito para um modelo pode funcionar como implícito em outro. Quando a crítica processualista da década de 1960 dos esquemas sociologizantes do funcionalismo-estrutural da década de 1940-50 se realiza, criticando as noções de sistema e função e valorizando o processo político com suas relações sociais concretas, um novo recentramento se processa, contudo, o processualismo apresenta também seus limites, na medida em que:

[...] se dá a partir do pressuposto de um predomínio das relações interindividuais e que acaba desembocando num transnacionalismo individualista e manipulatório. [...] quando aplicado a realidade sociais de larga escala, este modelo tem como consequência quase inevitável a limitação da abordagem antropológica a dimensões ou aspectos supostamente 'marginais' à sociedade estudada. Nesse sentido, o processualismo não consegue escapar da recorrente tendência da antropologia britânica em opor indivíduo (ou interações individuais) e sociedades (ou grupos). Tendência circular, pois o privilégio dos grupos leva, em última instância, a encará-los como uma espécie de superindivíduos, e o privilégio de redes centradas em indivíduos conduz a nelas descobrir todas as propriedades de um grupo, ainda que informalmente organizado (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 3).

Em outro registro, pode-se perguntar até que ponto as etnografias contemporâneas sobre relações de poder não guardam relações com os modos de pensar a questão da

---

<sup>6</sup> Pode-se encontrar em Joseph (1984) um caminho para esse problema específico, pois segundo ele "il n'y a pas de domaine propre à la micro-sociologie" (JOSEPH, 1984, p. 551).

política, constituídos pela antropologia política dos anos 1940, 1950 e 1960. Não haveria uma ruptura total como sugerida por Caldeira (1989, p. 4) ao apreciar trabalhos posteriores a essas décadas? Há aí uma ruptura definitiva? Ou seja, até que ponto os postulados da “antropologia política tradicional” não foram contrabandeados para o interior das discussões recentes sobre o poder que se pensam como marcos de uma ruptura com o funcionalismo e o processualismo? Até que ponto a assimilação de Michel Foucault pela antropologia manteve a radicalidade do descentramento produzido por ele sobre a problemática do poder? Estas questões estão subjacentes ao que estou discutindo neste texto, mas não serão enfrentadas diretamente, são apenas sugestões para os debates.

### **Precursos da antropologia política**

Nos seus primórdios – ou naquilo que se convencionou serem as análises precursoras da antropologia –, com o evolucionismo social, as teorias antropológicas pareciam oscilar entre duas posturas: de um lado, pensavam as ditas sociedades primitivas como sendo desprovidas de organização política real, daí sociedades sem poder político (anárquicas); de outro, se algumas sociedades primitivas conheciam instituições políticas, tendo saído da suposta anarquia primordial, teriam feito tal saída pelos excessos da tirania e do despotismo. Assim, a condição política dos “primitivos” ou é negada pela falta ou afirmada pelo excesso (CLASTRES, P., 1974, p. 25).

O estudo das ditas sociedades primitivas esteve desde o início ligado a questões legais. Bachofen, Köhler, Maine, McLennan e Morgan eram, afinal, advogados ou juristas. Os desenvolvimentos da família, do casamento, da propriedade privada e do Estado eram pensados ou como questões legais diretas ou inflectidas pelo modelo jurídico de pensamento social (KUPER, 1988, p. 3). É interessante reter que, na construção da ortodoxia etnológica, em torno da questão das origens da humanidade, cinco crenças básicas haviam se sedimentado, ainda segundo Adam Kuper (1988), na última década do século XIX: 1) as sociedades primitivas estavam ordenadas na base de relações de parentesco; 2) a organização do parentesco se baseava em grupos de descendência; 3) estes grupos de descendência eram exogâmicos e se ligavam por séries de trocas matrimoniais; 4) estas instituições primitivas estavam cristalizadas em cerimônias e em terminologias do parentesco e se referiam a práticas primevas, ou seja, eram sobrevivências; e 5) o surgimento e o desenvolvimento da propriedade privada fizeram

emergir, na história da humanidade, de modo revolucionário, um estágio evolutivo superior baseado em estados territoriais (KUPER, 1988, p. 7).

Pode-se perguntar como o problema do poder era tratado em autores como Maine e Morgan – que dentre os anteriormente citados foram os únicos que li diretamente? Eles se punham esse problema? Quais eram as noções explícitas e implícitas sobre a questão do poder presentes em suas formulações e de que modo elas foram legadas ou capturadas para desenvolvimentos posteriores da antropologia sociocultural?

O modelo jurídico-político de Maine, ao instituir os pares de oposição *status*/contrato, de um lado, e sangue/território, de outro, partilhas bem ao gosto de outros pares do tipo “*grand partage*”, que alimentam, até hoje, explicitamente ou não, os voos teóricos das ciências sociais e, conseqüentemente, de suas pesquisas empíricas, institui a partida nessa restrição segundo a qual o objeto da antropologia se circunscreveria às sociedades sem Estado (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 4)<sup>7</sup>.

Para os casos dos povos indo-europeus estudados por Maine, uma dupla revolução se deixaria entrever: 1) a passagem de organizações sociais centradas na ordem do parentesco para organizações sociais articuladas como território; e 2) a passagem de sociedades ancoradas no *status* para sociedades fundadas no contrato (BALANDIER, 1967, p. 13-14).

Vale lembrar que, no pensamento primitivista dos autores do século XVIII, os problemas ligados à relação entre natureza e razão tinham se desdobrado, na construção de uma imagem do selvagem, a partir da oposição sociedade livre *versus* sociedade policiada. O selvagem, como imagem negativa dos civilizados, era associado à liberdade, entendida como ausência de subordinação política, como anarquia, tal como discute Hélène Clastres (1978, p. 211-215). Havia, como pano de fundo, a formulação filosófica para o tema da origem da política em termos da construção da soberania. Todavia, a evolução necessária da sociedade selvagem, ou melhor, da selvageria à civilização, não era uma questão do século XVIII (CLASTRES, H., 1978, p. 222). A passagem do estado de natureza para a sociedade política era uma questão importante para a discussão da legitimidade do poder político. Oferecia ao “monde policé une image actuelle de son propre commencement” (CLASTRES, H., 1978, p. 225). Se o iluminismo pensava o progresso, fazia-o segundo a ordem das razões, o progresso não era “le chemin qui s’ouvre aux sociétés sauvages, mais celui que, à rebours, il faut bien imaginer pour rendre compte de la société présente” (CLASTRES, H., 1978, p. 226).

---

<sup>7</sup> Sobre as operações de partilha, os grandes divisores e as relações dessas questões com o conhecimento antropológico, consultar Goldman e Lima em Goldman (1999).

Para que se compreenda melhor a discussão, faz-se necessário ter em mente que nas teorias filosóficas do século XVIII, contra as quais Maine se batia, dominava uma concepção jurídica sobre o poder, segundo a qual:

Le pouvoir est considéré comme un droit dont on serait possesseur et dont on serait possesseur comme d'un bien, et que l'on pourrait par conséquent transférer ou aliéner, d'une façon totale ou partielle, par un acte juridique ou un acte fondateur de droit [...] qui serait de l'ordre de la cession ou du contrat. Le pouvoir, c'est celui, concret, que tout individu détient et qu'il viendrait à céder, totalement ou partiellement, pour constituer une souveraineté politique. La constitution du pouvoir politique se fait donc dans cette série, dans cet ensemble théorique auquel je me réfère, sur le modèle d'une opération juridique qui serait de l'ordre de l'échange contractuel. Analogie, par conséquent, manifeste et qui court tout le long de ces théories, entre le pouvoir et les biens, le pouvoir et la richesse (FOUCAULT, 1994, p. 169).

Maine desenvolveu um método histórico e comparativo, cujo objetivo, como demonstra Kuper (1988), era se bater contra as teorias de governo e de lei erigidas pelos contratualistas e utilitaristas; havia aí um objetivo político de impedir a aplicação dos princípios individualistas e contratuais sobre a origem da sociedade política aos domínios coloniais britânicos sobre a Índia (KUPER, 1988, p. 17). Porém, ao se bater contra as concepções jurídicas da filosofia política contratualista e utilitarista, Maine se valia de concepções igualmente jurídicas sobre as relações políticas, mas recorria ao método histórico e comparativo para demonstrar que, na origem da história humana, estavam grupos corporados, governados sob o poder despótico dos patriarcas.

Assim, desde o início, o debate teórico sobre as origens do poder político funcionava como um elemento de um regime de verdade, ou seja, a “verdade”<sup>8</sup> sobre as origens do poder político produzia efeitos teóricos e práticos sobre os espaços de relações efetivos<sup>9</sup>. Cabe observar que o enraizamento conceitual da antropologia política nas questões levantadas pela filosofia política, seja qual for o caminho da leitura que se faz, de proximidade ou de distanciamento, de negação ou de afirmação, apresenta-se como um horizonte insuperável (ABÉLÈS, 1990, p. 6-7)<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Aqui no sentido que Foucault entende o que seja discurso verdadeiro, como “un ensemble de procédures réglées pour la production, la loi, la répartition, la mise en circulation et le fonctionnement des énoncés” (FOUCAULT, 1994, p. 113).

<sup>9</sup> Lembra Châtelet (1976, p. 36-38), a filosofia sempre desempenhou um papel político proeminente nos debates intelectuais e na fabricação de mensagens políticas.

<sup>10</sup> Um texto interessante sobre as relações entre filosofia política e antropologia é o de Sahlins (1968), no qual o autor relaciona, de modo crítico, o *Ensaio sobre a dádiva* de Marcel Mauss ao *Leviatã* de Hobbes. O autor levanta a tese de que tanto em Mauss quando em Hobbes “la guerre est la structure sous-jacente de la société” (SAHLINS, 1968, p. 7). Em outro sentido, Evans-Pritchard e Fortes (1969), na clássica introdução ao livro *African Political Systems*, fazem filosofia política e antropologia política se dissociarem de modo drástico, tanto que recomendam aos leitores evitar os filósofos políticos como fonte de problemas para a antropologia.

Ademais, a linguagem de Maine (1972) forneceu uma série de metáforas para o pensamento antropológico. Vou aqui inventariar algumas dessas imagens ao fazer um resumo dos argumentos do autor (trata-se apenas de fazê-las aparecer, sem entrar na discussão de seus fundamentos teóricos, o que nos levaria a discutir as bases do chamado evolucionismo social em antropologia, por si só outro trabalho). Resumidamente, é o seguinte: ao buscar as formas mais simples do social e dos fenômenos da lei e do governo, tornava-se imperativo para ele pensar uma história das sociedades primitivas, o que colocaria o debate no plano da infância da humanidade. Sua teoria patriarcal, segundo a qual a família, como grupo elementar corporado e consolidado pela submissão ao macho de maior ascendência e autoridade, ao ligar as noções de poder paterno e domínio, deveria levar o leitor a pensar num germe imaturo do Estado ou de “*commonwealth*”. Para o autor, não se deve perder de vista o fato de que: “*society in primitive times was not what it is assumed to be at present, a collection of individuals. In fact, and in the view of the men who composed it, it was an aggregation of families*” (MAINE, 1972, p. 74).

Para Maine (1972, p. 74), a unidade social primordial nas origens humanas era a família. O conjunto de famílias em uma sociedade antiga se apresentava como um sistema de pequenas corporações independentes. Cada uma dessas unidades corporadas comandada despoticamente por um chefe da casa. A união política, portanto, se basearia no *pater potestas*, de modo que famílias estariam englobadas por Casas, a agregação destas resultaria em Tribos e, então, fez-se o Estado. Todavia, a passagem para este último sistema de poder (ou de governo, para usar o termo de Maine e Morgan) foi uma passagem revolucionária, possibilitada pela contiguidade local, cujo papel, como base da ação política comum, possibilitou a emergência do Estado.

Nos agregados, onde “*kinship in blood is the sole possible ground of community in political functions*” (MAINE, 1972, p. 76), a união política se fundamentava única e exclusivamente no poder do patriarca, de modo que até o crime era um ato corporado. Com a emergência do Estado, processo possibilitado pela passagem revolucionária do sangue ao território, estaria lançada a base para a segunda passagem revolucionária, “*status to contract*”. Do primitivo ao tradicional, do tradicional ao moderno, clivagens que renderam frutos em todas as grandes teorias sociológicas.

Como ensina Evans-Pritchard (1989), Maine, com seu tratamento da teoria legal com viés antropológico, concentrava seu interesse nas origens das instituições legais; seu pensamento era jurídico, todavia informado pela etnologia vitoriana. Ele se posicionava de acordo com problemas como “*codificação da lei*”, divergências profundas entre as

teologias ocidental e oriental, relações entre direito civil e criminal para a história natural das leis, entre outros problemas de relevância técnica para o conhecimento jurídico. Contudo, para a antropologia, o que provocou “violentas disputas” foram as discussões de Maine sobre agnação e *patria potestas* (EVANS-PRITCHARD, 1989, p. 131). O fundamento da agnação, ou seja, da transmissão da herança sociológica em termos de descendência unilinear, seria a autoridade paterna, cujo reconhecimento estaria na base da identidade de linhagem. A descendência matrilinear, para Maine, assim como para os seus romanos, não era sequer cogitada. Maine, portanto, foi o grande advogado da teoria patriarcal, uma importante variante textual da ideologia jurídica da Era Vitoriana. O importante, no momento, é reter que a tese central de Maine estaria na ideia de que “é o parentesco e não a contiguidade que constitui a base da ação política comum nas sociedades primitivas” (EVANS-PRITCHARD, 1989, p. 132). A contiguidade local ofereceria outra base para a ação política comum. Uma base em termos territoriais. Em Maine, portanto, já se esboçava a ideia de quebrar a crença do pensamento político ocidental, segundo a qual a emergência da política estava em função da emergência do Estado. Consequentemente, Maine possibilitava uma operação intelectual que iria não mais pensar parentesco e política em termos absolutamente excludentes numa relação. Desde a apropriação dessa tese de Maine:

L’anthropologie politique, loin de concevoir parenté et politique comme des termes exclusifs l’un de l’autre ou opposés l’un à l’autre, a révélé les liens complexes existant entre les deux systèmes, et fondé l’analyse et l’élaboration théorique de leurs rapports à l’occasion de recherches conduites sur le terrain (BALANDIER, 1967, p. 60).

Neste ponto, vou inserir uma citação de Sahlins (1970) que, em razão do seu objetivo didático, é bastante esclarecedora para compreender o que significa falar de vínculos territoriais em sociedades articuladas sobre as relações de parentesco (lato senso) e de sociedades articuladas como territórios; apesar de longa, vale a pena:

Outra fórmula convencional “do parentesco ao território” – supondo que a sociedade primitiva é “baseada no” parentesco, a civilização no território – expressa melhor a transformação evolucionária [pois a presença do Estado diferenciaria a civilização da sociedade tribal]. Mas esta está demasiadamente comprometida, e portanto é vulnerável a críticas ingênuas. O menos graduado noviço em Antropologia pode apontar que muitos povos primitivos ocupam e defendem territórios separados; ou que os grupos constituintes das sociedades tribais, tais como linhagens ou clãs, são frequentemente centrados em Estados (sic) territoriais, e sem sua terra o clã está morto. Essa crítica está bastante informada sobre sociedade primitiva, mas insuficientemente informada do significado de “parentesco ao território”, que é uma espécie de provérbio

evolucionário, a condensação metafórica de um desenvolvimento complexo. Pelo menos “território” deveria ser aqui entendido como domínio, o reino de um poder soberano. **O desenvolvimento crítico não foi o estabelecimento de territorialidade na sociedade, mas o estabelecimento da sociedade como um território.** O Estado e suas subdivisões estão organizados enquanto territórios – entidades territoriais sob autoridades públicas – opondo-se, por exemplo, a entidades de parentesco sob chefes de linhagem. Sir Henry Summer Maine, quando argumentava contra a antigüidade da soberania territorial na Europa, epistemologizou, apropriadamente, seu desenvolvimento fora das concepções tribais através de algumas mudanças no título assumido pelos reis da França: desde o merovíngio “Rei dos Francos” ao capeto “Rei da França” (SAHLINS, 1970, p. 15-16, grifos meus).

Balandier (1967) acentua que é a contiguidade local que define a ação política comum para Maine. Ele cita uma frase deste autor, de um modo um tanto o quanto descontextualizado (BALANDIER, 1967, p.13) e, assim, parece deixar escapar o que Evans-Pritchard percebera mais claramente, ou seja, que a apropriação posterior dos textos de Maine por Morgan significou a perda da dimensão política das relações sociais de parentesco. Balandier, ao comentar a importância de Maine e de Morgan para a antropologia política, parece não ter dado a devida atenção à observação de Evans-Pritchard. Este ponto é importante, porque Morgan, para alguns autores, iria dar um passo atrás ao não reconhecer a dimensão política dos vínculos de parentesco ou, na interpretação de Abélès (1990, p. 37), “adoptant en apparence la dichotomie de Maine, il propose une théorie du comunisme primitif qui l’amène à disjoindre le politique du social”. Ou ainda nas palavras do próprio Balandier (1967), o modo de interpretação de Morgan “conduit pratiquement l’anthropologie à priver du politique un vaste ensemble de sociétés” (BALANDIER, 1967, p. 14).

Na segunda parte de *Ancient Society*, intitulada “o desenvolvimento da idéia de governo”, Morgan (s.d.) faz a famosa divisão entre dois tipos de sociedade com seus respectivos sistemas de governo.

A história da humanidade não elaborou mais que dois sistemas de governo, dois sistemas organizados e bem definidos da sociedade. O primeiro e o mais antigo foi uma **organização social** fundada sobre as gens, as fatrias e as tribos; o segundo e o mais recente foi uma **organização política** fundada sobre o território e sobre a propriedade (MORGAN, [s.d.], p. 79).

Na sociedade gentílica (*societas*), o governo dos homens, para usar uma expressão do autor, se assentaria em relações puramente pessoais, ou seja, de parentesco. O “parentesco” atuaria como um “sistema social e governamental” (MORGAN, [s.d.], p. 81) não político. Como as sociedades gentílicas são sociedades sem estado, “o governo



era essencialmente democrático” (MORGAN, [s.d.], p.84). O clã, como “corpo organizado de consanguíneos”, estabeleceria os modos de sucessão, as formas de transmissão da herança social, por meio dos laços de parentesco (no modo de sucessão agnático), de modo que as obrigações recíprocas responsáveis pela coesão do grupo de parentesco clânico funcionariam como uma fonte de governo e poder social pré-político, via mecanismos sociológicos difusos, mais assentados no costume do que em instituições especializadas de exercício da autoridade com poder executivo, aliás, ausentes das sociedades gentílicas.

Na sociedade política, o sistema social perde sua força de governo dos homens para o sistema político, sinônimo de emergência do Estado e ligado ao fenômeno do surgimento de diferenciais de poder entre os membros e grupos da sociedade. E “um Estado deve ter por base um território e não as pessoas; o povoado como unidade do sistema político e não a gens, que é a unidade do sistema social” (MORGAN, [s.d.], p. 146).

Apesar de criticado por destituir o fenômeno político do âmbito das sociedades primitivas, abrindo as portas para os estudos antropológicos do parentesco em sentido estrito, Morgan parece sustentar suas teses de modo lógico e consistente. Se, para ele, o fenômeno político é exclusivo de certas sociedades, as que constituíram seu espaço social em divisões de classe – o que as tornaria contrárias aos princípios gentílicos do exercício de um poder democrático –, a questão do poder aparece com mais proeminência do que nas elaborações de Maine, pois são realçados por ele os motivos materiais e econômicos da constituição do sistema político. Como escreveu Morgan ([s.d.], p. 256), “a passagem da sociedade gentílica à sociedade política não poderia dar-se enquanto o conceito de propriedade não atingisse um determinado estágio de desenvolvimento”.

Talvez, tenha sido isso o que queria indicar Abélès (1990, p. 28) quando escreveu que Maine não se colocava a questão do poder. Preocupado com a origem das instituições legais, suas ideias sobre ação política estavam impregnadas de concepções jurídicas sobre o exercício da autoridade, mesmo que com viés antropológico. A constituição do poder patriarcal parece anunciar, como condição, a passagem revolucionária para a ação política em bases territoriais. Tudo se passaria como se o patriarcalismo preparasse o caminho para a ascensão do poder estatal, ao lançar as bases sociológicas do princípio de contiguidade local. Já para Morgan, o uso da noção de poder é corrente. Ele nos fala de “poder militar”, “poderes administrativos”, “poder do conselho”, principalmente quando está elaborando sua teoria de governo, segundo a qual houve uma sucessão de três tipos de governo das sociedades primitivas e bárbaras: governo de um poder (o conselho), governo de dois poderes (o

conselho e o general) e governo de três poderes (o conselho de deliberação, a assembleia do povo e o general) (MORGAN, [s.d.], p. 145-146). Mas a linguagem desse poder é a linguagem dos direitos e dos deveres sociais. Morgan se prende a uma concepção constitucional do poder, mesmo que seu modelo tenha incorporado questões de evolução tecnológica e intelectual, o que sugeriria uma guinada materialista, tão ao gosto das apropriações marxistas. Todavia, a evolução técnica e social estava ancorada no problema do progresso moral da humanidade (KUPER, 1988, p. 62).

Na operação de descentramento, operada na década de 1940 pela antropologia social na versão do estrutural-funcionalismo britânico, buscava-se pensar a política, considerando suas diversas formas sociais, independentemente de se estas possuíam mecanismos especializados e autonomizados para o exercício do poder político. Assim, as sociedades sem mecanismos estatais de concentração do poder, por exemplo, não ficariam fora das análises das relações políticas pela antropologia, pois nelas a organização política se fundaria em imbricamentos entre parentesco e poder. Como já salientei, em vez de excludentes entre si, as estruturas da reciprocidade e as estruturas da subordinação manteriam relações de oposição e complementaridade (BALANDIER, 1967, p. 60). O campo de demonstração empírica da tese de Maine encontraria terreno fértil nas elaborações dos antropólogos africanistas sobre as chamadas sociedades segmentares ou de linhagens, de um lado, e as sociedades com governo primitivo, de outro. De fato, estamos diante de um projeto que une os trabalhos etnográficos sobre diversas sociedades africanas, tomando a organização política como chave de entrada, e com pretensões comparativas, como podemos depreender da introdução clássica de Evans-Pritchard e Fortes (1969) a *African Political Systems*, que seguirei em um pequeno resumo para efeitos de orientar a entrada no problema.

Em *African Political Systems*, estão em jogo oito sociedades africanas: Zulu, Ngwato, Bemba, Banyankole, Kide, Bantu Kavirondo, Tallensi e Nuer. O estudo comparativo delas, como qualquer outro estudo comparativo, precisa respeitar as seguintes condições: (a) as informações e descrições sobre os sistemas políticos de cada uma delas devem ter sido coligidas seguindo os princípios e as regras da etnografia profissional; (b) o estabelecimento de uma tipologia para elas é condição da comparação para que não se compare o que não se pode igualar; (c) a comparação pode servir para a análise de sociedades particulares pertencentes a diferentes áreas e tipos políticos, todavia, é preciso (d) levar em conta que os sistemas políticos implicados, mesmo de tipo diferentes, devem se ligar a uma cultura geral semelhante; (e) deve-se ter em mente que

formas culturais homogêneas podem se apoiar em estruturas políticas heterogêneas e vice-versa; (f) do mesmo modo que conteúdos culturais totalmente diferentes podem responder em processos sociais a funções idênticas. Em resumo:

A comparative study of political systems has to be on an abstract plane where social processes are stripped of their cultural idiom and are reduced to functional terms. The structural similarities which disparity of culture conceals are then laid bare and structural dissimilarities are revealed behind a screen of cultural uniformity. There is evidently an intrinsic connexion between a people's culture and their social organization, but the nature of this connexion is a major problem in sociology and we cannot emphasize too much that these two components of social life must not be confused (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 3).

Como o estudo comparativo preconizado pelos autores pretende adentrar nos princípios da organização política africana, tendo em vista conclusões de natureza geral e teórica, pode-se questionar sobre qual o tipo de abordagem que prevalece aí no trato da questão do poder e da representação simbólica, ou, mais precisamente, qual a noção forjada pelos autores de algo que poderíamos chamar de simbolismo do poder, retomando assim a ideia de Geertz aventada no início desse texto para complementar Foucault.

Para colocar essa questão do poder, é preciso pensar que a antropologia política da década de 1940 também promove um deslocamento considerável no conceito de estrutura social. Se as primeiras formulações do conceito de estrutura social na antropologia social britânica tendiam a pensar as atribuições de *status*, de direitos e deveres sociais, a partir do quadro doméstico das relações de parentesco – pensando as relações genealógicas entre as pessoas como motor dessa atribuição da posição social, os antropólogos africanistas forneceram a guinada, já pressuposta em Radcliffe-Brown (1989), segundo a qual o sistema de posições sociais se ligava ao problema da descendência, ou, mais precisamente, ao problema dos grupos corporados com funções políticas, já que a linhagem é um desses grupos, ou seja, um grupo corporado de descendência unilinear (matrilinear ou patrilinear), fundamental de um ponto de vista político para as sociedades que não possuem um sistema legal e político central e definido para a atribuição de títulos sociais (MAIR, 1969, cap. 5; REDFIELD, 1965, cap. 3). Inclusive, para Fortes (1953, p. 25):

The most important feature of unilineal descent groups in Africa brought into focus by recent field research is their corporate organization. When we speak of these groups as corporate units we do so in the sense given to the term "corporation" long ago by Maine in his classical analysis of testamentary succession in early law [...]. We are reminded also of Max Weber's sociological analysis of the corporate group as a general type of social formation [...]. The guiding ideas in the analysis of African lineage organization have come mainly from Radcliffe-Brown's formulation of the structural principles found in all kinship systems [...] (FORTES, 1953, p. 25).

O que são os grupos corporados? O que está implicado na ideia de uma sociedade de linhagens, onde estas seriam grupos corporados de descendência unilinear? Quais seriam as condições de existência de uma organização segmentar? E, em um registro ulterior, em que sentido se poderia usar o princípio da segmentação como um ponto de vista sobre as relações sociais, mesmo em sociedades sem organização segmentar? São perguntas que surgem, mas que não se pretende mais uma vez respondê-las em definitivo.

Retomemos, então, a introdução de Evans-Pritchard e Fortes (1969) para não darmos um passo maior do que as pernas. Ora, as oito sociedades estudadas em *African Political Systems* podem ser divididas em dois tipos de sistemas políticos. Um primeiro tipo abrangeria as sociedades com autoridade centralizada, com máquina administrativa e instituições judiciais bem definidas, nas quais as distribuições diferenciais de riqueza, privilégio e *status* corresponderiam à distribuição do poder e da autoridade (Zulu, Ngwato, Bemba, Banyankole e Kede). Um segundo tipo se referiria às sociedades marcadas pela falta de formas centralizadas de autoridade, pela não existência de burocracia, com seus corpos de especialistas, e, conseqüentemente, de instituições judiciais, assim não haveria nelas divisões explícitas de posição, *status* e riqueza. O primeiro tipo seria governamental e o segundo não governamental, o que não exclui a questão do poder, ou seja, do governo dos homens. A política não seria um atributo exclusivo das sociedades estatais. Parece-me que este ponto remete diretamente para a questão do poder segundo a ótica da antropologia política britânica.

Nos dois tipos de sistema político, as relações entre parentesco (lato senso) e organização política seriam diferentes. Diferentemente dos antropólogos norte-americanos, os antropólogos da tradição britânica, quando falam de organização social, não estão se referindo ao quadro estrito (doméstico) do sistema de parentesco. Vimos que a antropologia norte-americana deve a Morgan essa ideia de que as sociedades primitivas seriam organizações sociais, ou seja, fundadas no parentesco, e não organizações políticas. A antropologia política britânica vai fazer, a partir de seu nascimento, uma distinção entre sistema de parentesco e sistema de linhagens. Pelo primeiro sistema, entendem: “the set of relationships linking the individual to other persons and to particular social units through the transient, bilateral family” (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 6). Pelo segundo sistema, “the segmentary system of permanent, unilateral descent groups” (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 6). Assim, os grupos de parentesco ligados à organização doméstica da sociedade seriam muito importantes para

a vida das pessoas dessa sociedade, todavia, somente as linhagens ganhariam, enquanto personalidades legais, importância de primeira ordem para o sistema político. As linhagens regulariam as relações políticas entre seus segmentos territoriais <sup>11</sup>.

Nas sociedades com sistema político-legal centralizado, os vínculos territoriais seriam o seu próprio quadro de referência e atuação (as unidades territoriais são definidas pelo sistema administrativo). No entanto, em ambos os casos, “political relations are not simply a reflexion of territorial relations. The political system, in its own right, incorporates territorial relations and invests them with the particular kind of political significance they have” (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 11).

Em uma sociedade de linhagens, não haveria uma fusão total entre o sistema de parentesco e as relações políticas, como parece ocorrer em sociedades de outro tipo, as mais estudadas pelos antropólogos nas sociedades melanésias e polinésias, onde parentesco e regulação de conflitos sociais parecem se fundir irresistivelmente. Na sociedade de linhagens, o sistema de linhagens funciona como o fiel da balança entre o sistema de parentesco e a estrutura política da sociedade<sup>12</sup>.

A vida política não se confunde com a vida doméstica, família, lar, família agrupada

[...] que não são e não fazem parte de sistemas segmentários e nos quais o status dos membros, uns em relação aos outros e a terceiros, é diferenciado. [pois] Os laços sociais em grupos domésticos são fundamentalmente de ordem de parentesco, e a vida corporativa é normal (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 10).

Nos segmentos de linhagem, quando seus membros agem uns em relação aos outros ou em relação a estranhos como membros do grupo corporado de descendência unilinear, a atribuição de seu status é não diferenciada.

---

<sup>11</sup> Aqui as unidades territoriais seriam comunidades locais definidas pelos princípios das linhagens, os segmentos territoriais são coordenados entre si pelas inter-relações dos segmentos de linhagens. Sobre isso ver Evans-Pritchard e Fortes (1969, p.10).

<sup>12</sup> Quando Lévi-Strauss (1982) demarca a distinção analítica entre estruturas elementares e estruturas complexas do parentesco, sendo as primeiras pensadas como “os sistemas nos quais a nomenclatura permite determinar imediatamente o círculo dos parentes e os dos aliados, isto é, os sistemas que prescrevem o casamento com um certo tipo de parente” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 19), revela que entramos no domínio das últimas, “quando a razão da preferência ou da prescrição depende de outras considerações” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 30), ou seja, de outros critérios sociais de regulamentação das trocas matrimoniais, como aqueles baseados nos diferenciais de poder, de riqueza, de prestígio social etc. O regime das trocas, do qual a nomenclatura do parentesco e as regras matrimônias participam como elementos complementares do sistema de trocas, no caso das estruturas simples, passaria pela inclusão e exclusão simbólica das unidades constitutivas dos grupos sociais segundo mecanismos estreitamente vinculados à ordem e ao idioma do parentesco. Quais seriam então as divergências, de um ponto de vista técnico, etnológico para usar o conceito de Lévi-Strauss, entre a teoria da descendência e a teoria da aliança? Um tema para discussões.

Nas sociedades com formas centrais de exercício do poder, a política está ligada à distribuição desigual dos privilégios econômicos, todavia sempre com contrapartidas dos superiores estruturais em face dos inferiores estruturais, por meio de obrigações econômicas criadas e pensadas como vínculos morais entre superiores e inferiores relativos. Heterogeneidades culturais e econômicas não estão necessariamente ligadas a formas políticas centralizadas, porém autoridade central e organização administrativa parecem ser necessárias para regular a vida social de espaços muito heterogêneos e com relações assimétricas entre suas unidades constitutivas (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 9). Quando a exogamia local atuasse como meio da aliança política (CLASTRES, p, 1974, p. 57), o sistema de aliança para o qual a nomenclatura e as classificações do parentesco e o sistema matrimonial forneceriam de modo complementar a coesão interna. E o que seria do regime de aliança dessa natureza se confrontado com mecanismos sociais de outra ordem? Até que ponto um regime discursivo e político como esse suportaria trazer para si os critérios alienígenas de divisão social? O que dizer da tese central de Pierre Clastres (1974) e de suas consequências para uma teoria da aliança, tese segundo a qual:

Quand, dans la société primitive, l'économique se laisse repérer comme champ autonome et défini, quand l'activité de production devient travail aliéné, comptabilisé et imposé par ceux qui vont jouir des fruits de ce travail, c'est que la société n'est plus primitive, c'est qu'elle est devenue une société divisée en dominants et dominés, en maîtres et sujets, c'est qu'elle a cessé d'exercer ce qui est destiné à la tuer: le pouvoir et le respect du pouvoir. La division majeure de la société, celle qui fonde toutes les autres, y compris sans doute la division du travail, c'est la nouvelle disposition verticale entre le base et le sommet, c'est la grande coupure politique entre détenteurs de la force, qu'elle soit guerrière ou religieuse, et assujettis á cette force. La relation politique de pouvoir précède et fonde la relation économique d'exploitation. Avant d'être économique, l'aliénation est politique, le pouvoir est avant le travail, l'économique est une dérive du politique, l'émergence de l'État détermine l'apparition des classes (CLASTRES, P., 1974, p. 169).<sup>13</sup>

Para a teoria da descendência, um sistema de classes ou de castas pode ser fruto de uma enorme divergência cultural e econômica do espaço social. Isso dependeria do balanço de forças no interior do sistema político. E no caso das sociedades de linhagens, quais seriam os seus limites de sustentação? As formas de dirimir divergências de interesses e tendências de conflito nas sociedades com formas centralizadoras de poder passariam pelo modo como são equacionadas as relações entre autoridade central e autonomia regional (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 11). As revoltas das

---

<sup>13</sup> Para uma crítica sociológica das análises que derivam exclusivamente os processos de poder das desigualdades materiais e econômicas, ver as argumentações de Elias e Scotson (2000, p. 33-35).

chefaturas contra o poder central e a manipulação dos chefes locais pelo poder central ocorreriam numa disputa pelo aumento ou diminuição do poder central pelo enfraquecimento ou fortalecimento dos poderes de certos chefes locais em detrimento de outros. Assim, “the King’s power and authority are composite” (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 12).

As relações de poder passam – e aqui o poder parece ser entendido como uma relação de comando e obediência, ou seja, como dominação em sentido weberiano<sup>14</sup> – pela construção de um vínculo moral entre superiores e inferiores relativos, para o qual são criadas responsabilidades e obrigações costumeiras. Nessas sociedades, não haveria conflitos entre teorias de governo; o fenômeno da competição política é restrito ao quadro de uma única teoria de governo, cuja legitimidade não se põe em xeque. O objetivo e o significado de uma rebelião são limitados, porque a rebelião não propõe uma nova forma de governo, apenas força a mudança de pessoal.

Para as sociedades segmentares, a regulação dos conflitos passa pela equivalência estrutural dos segmentos que as compõem, os quais se encontram espacialmente justapostos.

Uma pessoa é membro de um grupo político de qualquer espécie em virtude de não ser membro de outros grupos da mesma espécie. Ela os vê enquanto grupos e os membros destes a vêem enquanto membro de um grupo e as relações da pessoa com eles são controladas pela distância estrutural entre os grupos envolvidos [...]. Uma característica de qualquer grupo político é, conseqüentemente, sua invariável tendência para divisões e oposição de seus segmentos, e outra característica é sua tendência para a fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o próprio grupo. Os valores políticos, portanto, estão sempre em conflito, falando-se em termos de estrutura. Um valor vincula uma pessoa a seu grupo e um outro a um segmento do grupo em oposição a outros segmentos do mesmo, e o valor que controla suas ações é uma função da situação social em que a pessoa se encontra. Pois uma pessoa vê a si mesma como membro de um grupo apenas enquanto em oposição a outros grupos e vê um membro de outro grupo como membro de uma unidade social, por mais que esta esteja fragmentada em segmentos opostos. (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 149).

Aqui me parece caber a observação de Marcel Mauss (1966) segundo a qual uma das condições do *potlatch* seria “l’instabilité d’une hiérarchie que la rivalité des chefs a justement pour but de fixer par instants” (MAUSS, 1966, p. 171, nota 1). Ou então, pensar

---

<sup>14</sup> Conforme Weber (1996), poder é um conceito sociologicamente amorfo, pois “todas las cualidades imaginables de un hombre y toda suerte de constelaciones posibles pueden colocar alguien en la posición de imponer su voluntad a una situación dada” (WEBER, 1996, p. 43), já dominação, como “la probabilidad de encontrar obediencia a un mandato de determinado contenido entre personas dadas” (WEBER, 1996, p. 43), envolve a probabilidade de um comando ser obedecido. Na dominação política, o uso ou a ameaça de uso da força física, nos limites de um espaço social, funciona como seu caráter específico, mas não suficiente.

as três condições de regulamentação dos litígios entre as pessoas que possibilitam o exercício do velho direito germânico, como analisa Michel Foucault (1996). Primeira condição: não há ação pública, representantes do poder que fazem acusações contra pessoas, “para que houvesse ação penal no velho direito germânico era [condição] a existência de dois personagens e nunca de três” (FOUCAULT, 1996, p. 56). Segunda condição:

[...] uma vez introduzida a ação penal, uma vez que um indivíduo se declarasse vítima e reclamasse reparação a um outro, a liquidação judiciária devia se fazer como uma espécie de continuação da luta entre os indivíduos. Uma espécie de guerra particular [...] O direito é, portanto, a forma ritual da guerra (FOUCAULT, 1996, p. 56-7).

Terceira condição:

[...] se é verdade que não há oposição entre direito e guerra, não é menos verdade que é possível chegar a um acordo, isto é, interromper essas hostilidades regulamentadas [...] [,] pode-se romper a série de vinganças l com um pacto. Nesse momento, os dois adversários recorrem a um árbitro que, de acordo com eles e com seu consentimento mútuo, vai estabelecer uma soma em dinheiro que constitui o resgate. Não o resgate da falta, pois não há falta, mas unicamente dano e vingança (FOUCAULT, 1996, p. 57).

Assim:

O sistema que regulamenta os conflitos e litígios nas sociedades germânicas daquela época é, portanto, inteiramente governado pela luta e pela transação; é uma prova de força que pode terminar por uma transação econômica. Trata-se de um procedimento que não permite a intervenção de um terceiro indivíduo que se coloque entre os dois como elemento neutro, procurando a verdade, tentando saber qual dos dois disse a verdade; um procedimento de inquérito, uma pesquisa da verdade nunca intervém em um sistema desse tipo (FOUCAULT, 1996, p. 57-58).

As divergências entre os segmentos são próprias do sistema político e se realizam em termos locais, portanto em função do sistema de linhagens, o qual coordena os vínculos territoriais da sociedade. Como salienta Favret (1966, p. 107 e 109), “chaque individu et chaque groupe doit être situé dans l’ensemble tribal de façon non ambiguë” e “l’ordre doit être maintenu à tous les échelons sans aucun recours à des institutions politiques spécialisées”. Porém, é preciso recordar do seguinte contraponto:

[...] as relações políticas são relativas e dinâmicas. Estas são colocadas melhor enquanto tendências para conformar-se a certos valores em certas situações, e o valor é determinado pelos relacionamentos estruturais das pessoas que compõem a situação. Assim, se e de que lado um homem irá lutar depende do relacionamento estrutural das pessoas envolvidas na luta e do seu próprio relacionamento com cada um dos lados (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 150).



Dois problemas já apontados podem ser reforçados. Em primeiro lugar, pode-se perguntar qual é a concepção de simbolismo articulada pelas análises da antropologia social britânica em *African Political Systems*, ou seja, quais seus limites e problemas. Em segundo lugar, como se pode problematizar a questão dos limites do grupo social a partir desse problema. De um lado, os seguintes questionamentos: “o que seria um grupo? Quais seriam seus limites e qual seu grau de autonomia? Prisioneiros de uma categoria deste tipo não estaríamos condenados a perder os meios de encontrar uma inteligibilidade que necessariamente ultrapassa em todas as direções os limites que nos damos?” (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 2). De outro, qual a natureza da relação entre formas sociais e formas simbólicas? As formas de classificação e os modos de pensamento simbólicos manteriam que tipo de conexões de sentido? Em vez de pensar a função sociológica dos símbolos não seria o caso de pensar que “the social organization which is itself an aspect of the classification” (NEEDHAM, 1963, p. xxv-xxvi)? Afinal, este questionamento da década de 1960 parece ainda ter sua força de interpelação conceitual nos tempos atuais, porque “ningún fenómeno social puede explicarse, la existencia de la cultura misma queda ininteligible, si el pensamiento sociológico no considerara el simbolismo como condición a priori” (LÉVI-STRAUSS, 1956, p. 13-14). Pensar a relação entre usos simbólicos e relações de poder, talvez seja um modo não muito ortodoxo de aproximar Foucault de Geertz e problematizar o paradoxo apontado no início deste ensaio.

### **Considerações finais**

Uma unidade social específica possui, certamente, suas regras, suas normas sociais, seus princípios de organização social, seus critérios de distribuição do poder, da estima e dos recursos materiais e humanos, contudo, seriam os valores sociais, expressos em sua vida simbólica, que fariam a sua glória e esplendor, o que anima, por sua vez, “a notável propensão que as pessoas apresentam para projetar parte de sua autoestima individual nas unidades sociais específicas, às quais estão ligadas por fortes sentimentos de identidade e de participação” (ELIAS, 1997, p. 19). Como já indicava Radcliffe-Brown (1989, p. 205), “um sistema social pode considerar-se e estudar-se como sistema de valores”. Está-se, portanto, no sistema de referência de um modelo sociológico para o qual o problema é pensar a origem social do simbolismo e não a origem simbólica do social, o que foi devidamente criticado pelo estruturalismo antropológico. Mas no registro forte do

sociologismo, o simbolismo – no qual se expressam os valores sociais das sociedades africanas, em função de sua moralidade social própria – precisaria ser explicado sociologicamente, pois os símbolos, “they have to be translated into terms of social function and of the social structure which they serve to maintain” (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 17). Ainda nesse registro, argumentava-se que os africanos não possuíam um conhecimento objetivo (leia-se sociológico) das forças sociais que determinavam sua organização social e seu comportamento político. A função dos mitos, dos dogmas, das crenças e de outras noções ideais era a de fornecer para os agentes sociais um grau de inteligibilidade para o seu próprio sistema social. Seriam as funções cognitivas e integradoras do simbolismo das quais o nativo não pode se dar conta, pois, diferentemente do cientista social, ele não enxergaria através dos símbolos a espessura de sua própria realidade social. Diante dessa suposta impossibilidade nativa, o sistema social é transposto para um plano místico, no qual os valores mais sagrados do sistema são expressos pelos símbolos, igualmente considerados sagrados, e os valores sociais são criados e recriados pelas relações estruturais entre grupos sociais ou pessoas.

Furthermore, these sacred symbols, which reflect the social system, endow it with mystical values which evoke acceptance of the social order that goes far beyond the obedience exacted by the secular sanction of force (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1969, p. 17-18).

Em vez de ser o ponto de chegada, este é o ponto de partida para a crítica contemporânea de certo contextualismo hipersociológico que não questiona a própria ideia de contexto e que continua a nos acompanhar como um fantasma nas entrelinhas de nossas etnografias. E, para fechar o ensaio, um exercício de imaginação. Em vez de certa enciclopédia chinesa, imaginemos um “compêndio” de introdução à antropologia, desses com muitas edições e reimpressões, onde se encontram citados todos os compêndios anteriores a ele com os quais cria um parentesco fictício. O seu sumário se dividiria segundo as seguintes categorias: 1) antropologia, “estudo do homem”, “ciência da humanidade”; 2) cultura, “para os antropólogos em geral”, “conceito básico e central de sua ciência”; 3) origens da humanidade; 4) passado cultural do homem; 5) família e sistema de parentesco; 6) organização econômica; 7) organização política; 8) religião e magia; 9) cultura material; 10) cultura e personalidade; 11) as artes; 12) linguagem; e por aí iria em série.

Ao abrir o capítulo sobre “organização política”, sob a aparência de informações e descrições, nos seriam dados os seguintes comandos e prescrições: manter a ordem, o bem-estar e a integridade do grupo, sua defesa e proteção, através de instituições cujo

conjunto forma a organização política de um povo. O parentesco, a religião e a economia são os elementos dessa organização política. Toda sociedade territorial participa de um sentimento de união, daí os interesses comuns, entre eles os interesses políticos. Os conceitos de Estado e de Governo são básicos na análise da organização política. O Estado deve ser compreendido em termos de território, população e governo, pois é uma forma não primitiva de governo, além de universal. Existem níveis de desenvolvimento no que tange ao problema do governo dos homens, assim, estes níveis implicariam em tipos como: bandos, tribos, nações, chefaturas, Estados. Deste modo, existem sociedades sem Estado e com Estado, estas últimas surgindo à medida que as sociedades se tornam mais complexas. No processo político, a estrutura política caracteriza-se por tendências próprias, que permitem sua fácil identificação em relação à sociedade mais ampla. Definir normas comportamentais de conduta aceitável, atribuir força e autoridade, decidir as disputas, redefinir as normas de conduta, organizar os trabalhos públicos, ocupar-se do mundo sobrenatural através do controle religioso, organizar a economia e responsabilizar-se pela defesa do território e da guerra contra o inimigo são as funções do processo político. De natureza pública, o processo é orientado para uma finalidade, uma atribuição e uma centralização do poder, características que seriam seus atributos, os atributos da política. Tais funções e atributos permitem a identificação do processo político. E, nas sociedades simples, o poder e as lideranças surgem naturalmente, enquanto nas sociedades complexas os mecanismos de controle do cargo, do poder de decisão, da legitimidade da administração política requerem maior complexidade, devido às exigências impostas pela própria cultura política moderna.

Quem dera se o etnógrafo conseguisse rir ao ver perturbadas todas as nossas familiaridades de pensamento diante de tais classificações e divisões que, apesar de muito antigas, permanecem no subsolo de nossas pesquisas, na forma de discurso, de pressuposto implícito. E um novo deslumbramento se faz necessário. Afinal, sem “deslumbramento”, sem “encanto exótico de um outro pensamento”, não atingimos, com espanto, “o limite do nosso”. “Que coisa, pois, é impossível pensar, e de que impossibilidade se trata?” (FOUCAULT, 1992, p. 5). De que impossibilidade se trata, quando adentramos na lógica de análise do poder, disso tudo que vaza e escapa dessa noção que fez emergir o sentido da própria antropologia social?

## Referências

ABÉLÈS, Marc. **Anthropologie de l'État**. Paris: Armand Colin, 1990.

AVELINO, Nildo. Governamentalidade e democracia liberal: novas abordagens em Teoria Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 81-107, July 2011.

\_\_\_\_\_. Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault. **Rev. bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 139-157, oct. 2010.

BALANDIER, Georges. **Anthropologie politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

BARREIRA, César. Lugar de policial é na política? Estratégias simbólicas de afirmação e negação. In: BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir (orgs.). **Enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume/UFC, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. Esprits d'État: genèse et structure du champ bureaucratique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 96/97, n. 1, p. 49-62, 1993.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. **BIB**, v. 27, p. 157-73, 1989.

\_\_\_\_\_. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos Ceprap**, n. 21, p. 133-157, 1988.

CHÂTELET, François. La question de l'histoire de la philosophie aujourd'hui. In: GRISONI, Dominique (ed.). **Politiques de la philosophie**. Paris: Bernard Grasset, 1976.

CLASTRES, Hélène. Sauvages et civilisés au XVIII siècle. In: CHÂTELET, François (org.). **Histoire des idéologies**. Savoir et Pouvoir du XVIII au XX siècle. Paris: Hachete, 1978.

CLASTRES, Pierre. **La société contre l'État: recherches d'anthropologie politique**. Paris: Minuit, 1974.

COLLIER, Stephen J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da "governamentalidade". **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 245-284, July 2011.

DURÃO, Susana. Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. **Etnográfica**, v. 15, n. 1, p. 129-152, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EVANS-PRITCHARD, Edward E.; FORTES, Meyer. (eds.). **African Political Systems**. London: Oxford University Press, 1969.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Tradução de Ana M. G. Coelho. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

\_\_\_\_\_. Maine (1822-1888). In: EVANS-PRITCHARD, Edward E. **História do pensamento antropológico**. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989.

FAVRET, Jeanne. La segmentarité au Maghreb. **L'Homme**, Revue française d'anthropologie, v. 6, n. 2, p. 105-111, 1966.

FORTES, Meyer. The structure of unilineal descent groups. **American Anthropologist**, v. 55, p. 17-41, 1953.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

\_\_\_\_\_. L'oeil du pouvoir. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Tome III. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: un parcours philosophique**. Paris: Gallimard, 1984.

GEERTZ, Clifford. **Negara**: o Estado teatro no século XIX. Tradução de Miguel Vale de Almeida. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

GOLDMAN, Marcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. Apresentação. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir (org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Beyond culture: space, identity and the politics of difference. **Cultural Anthropology**, v. 7, n. 1, p. 6-23, 1992.

HANDLER, Richard et al. On sociocultural discontinuity: national and cultural objectification in Quebec. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 1, p. 55-71, 1984.

JOSEPH, Isaac. Gabriel Tarde: le monde comme féerie. **Critique**, v. 40, p. 445-446, 1984.

KUPER, Adam. **The Invention of Primitive Society: transformations of an illusion.** London, New York: Routledge, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco.** Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. La sociología francesa. In: GURVITCH, Georges D.; MOORE, Wilbert E. (orgs.). **Sociología del Siglo XX.** Tradução de Constantino Dimitriu. Buenos Aires: Librería El Ateneo, 1956.

MAINE, Henry. **Ancient Law.** London / New York: Everyman's Library, 1972.

MAIR, Lucy. **Introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: **Sociologie et Anthropologie.** Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

MORGAN, Lewis H. **A sociedade primitiva.** Vol. 1. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. Lisboa: Presença, [s.d.].

NEEDHAM, Rodney. Introduction. In: DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. **Primitive classification.** London: Cohen and West, 1963.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA - NUAP. **Uma antropologia da política: rituais, representações e violência.** Rio de Janeiro: Nau, 1998.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea.** São Paulo: Loyola, 1996.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 20, p. 26-30, jul. 1992.

RABINOW, Paul. 'Foucault's Untimely Struggle: Toward a Form of Spirituality', **Theory, Culture & Society,** v. 26, n. 6, p. 26-45, 2009.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e função nas sociedades primitivas.** Lisboa: Ed. 70, 1989.

REDFIELD, Robert. **The little community and Pesant society and culture.** Chicago / London: The Universtiy of Chicago Press; Phoenix Books, 1965.

SÁ, Leonardo. Ordem, silêncio e autoritarismo: incorporação e subjetivação da ditadura na história do presente. In: AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (org.). **Ditaduras: a desmesura do poder.** São Paulo; Brasília: Intermeios; Capes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Os filhos do estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades tribais**. Tradução de Yvonne Maggie Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. La philosophie politique du 'Essai sur le Don'. **L'Homme**, v. 8, n. 4, p. 5-17, 1968.

SPANIOL, Werner. **Filosofia e método no segundo Wittgenstein**: uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento. São Paulo: Loyola, 1989.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. Traducción de José Medina Echavarría. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Cultura e valor**. Tradução de J. Mendes. Lisboa: Ed. 70, 1996.

\_\_\_\_\_. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

**A COPA DO POVO E O VALE DO LÍRIO:  
duas experiências sob o olhar etnográfico “de perto e de dentro”**

José Guilherme Cantor Magnani

Professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNau/USP).

**Resumo:**

Este artigo propõe-se apresentar, analisar e comparar duas experiências, uma na cidade de São Paulo, a Ocupação Copa do Povo e outra no interior do Rio Grande do Norte, o Assentamento Vale do Lírio, no município de São José do Mipibu, ambas protagonizadas por movimentos sociais, a partir de relatos de campo realizados em diferentes contextos de experimentação etnográfica. Trata-se de uma perspectiva de análise no campo da Antropologia Urbana com base em categorias – pedaço, mancha, trajeto, circuito e pórtico – desenvolvidas ao longo de pesquisas realizadas no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. No caso deste artigo, o marco conceitual de referência é dado pela distinção estrutural entre os termos “acampamento” e “assentamento”, aplicados respectivamente aos dois casos analisados.

**Palavras-chave:** Antropologia Urbana. Etnografia. Acampamento. Assentamento.

***THE COPA DO POVO AND THE VALE DO LÍRIO:  
two experiences under the ethnographic look “from close up and within”***

**Abstract:**

This article intends to present, analyze and compare two social movements experiences based on field reports conducted in different contexts of ethnographic experimentation. One is from the São Paulo city, called the Ocupação Copa do Povo, and the other from the interior of the State Rio Grande do Norte, the municipality Sao Jose do Mipibu, called Settlement Vale do Lírio. The analytical perspective is located within the field of Urban Anthropology based on categories – *pedaço*, patch, route, circuit and gateway – developed through research conducted at the Laboratory of Urban Anthropology at the USP. More specifically, the conceptual frame of reference is given by the structural distinction between “encampment” and “settlement” applied respectively to the two cases analyzed.

**Keywords:** Urban Anthropology. Ethnography. Encampment. Settlement.

**Introdução**

Este artigo propõe-se a apresentar, analisar e comparar duas experiências, uma na cidade de São Paulo e outra no interior do Rio Grande do Norte – ambas protagonizadas por movimentos sociais –, a partir de relatos de campo realizados em diferentes contextos



de experimentação etnográfica<sup>1</sup>. Antes, porém, de passar a descrever os dois casos, a ocupação Copa do Povo, em (São Paulo, capital) e o assentamento Vale do Lírio (no município de São José do Mipibu, no Rio Grande do Norte), cabe expor os pressupostos que servirão de quadro de referência.

Trata-se de uma análise com base em categorias e conceitos desenvolvidos ao longo de pesquisas realizadas no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (LabNau/USP). O contexto de experimentação e desenvolvimento dessas categorias teve como laboratório, durante um longo período, a capital paulistana com toda sua complexidade e em sua escala de megacidade.

O desafio era justamente aplicar o legado conceitual e metodológico da antropologia, desenvolvido ao longo de uma tradição de pesquisa em sociedades de pequenas dimensões, a outro contexto: como fazer etnografia em um aglomerado de 17 milhões de habitantes? Como aplicar aí, com proveito, a observação participante? Como estabelecer recortes consistentes de observação sem cair no perigo que denominei de “a tentação da aldeia” – isto é, tentar replicar as condições supostamente canônicas da pesquisa de campo antropológica na paisagem heterogênea e multifacetada desta metrópole?

Inúmeras pesquisas sobre festas, religiosidade, lazer, cultura jovem, equipamentos urbanos, práticas corporais, empreendidas por membros do LabNAU, dedicaram-se a esse mister; cabe levar adiante a experimentação, neste caso tentando comparar duas experiências de apropriação do espaço e estabelecimento de formas de habitação<sup>2</sup>, uma claramente urbana e outra em contexto rural. A discussão sobre as formas estruturais “acampamento / aldeia / cidade” constitui o quadro mais geral que servirá de referência para a busca das devidas distinções.

### **A primeira experiência: a Copa do Povo**

Aproximadamente um mês antes da abertura da Copa do Mundo, nos arredores do estádio Arena Corinthians – mais conhecido por Itaquerão, por causa do nome do bairro onde está situado – o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) de São Paulo

---

<sup>1</sup> O texto que segue, com base em dados de duas ocupações – Copa do Povo, em São Paulo, e Vale do Lírio, em Natal – é parte de um trabalho mais amplo que tem como referência um conjunto mais variado de etnografias sobre ocupações: “Comunidade Cantagallo” da etnia Shipibo, em Lima (Peru), “Parque das Nações Indígenas”, bairro Tarumã, em Manaus e ocupação “Chico Mendes”, bairro do Morumbi, em São Paulo.

<sup>2</sup> Com a conotação de *dwelling* em Tim Ingold (2005).

protagonizou uma ocupação à qual deu o nome de “Copa do Povo”, na linha dos protestos contra as obras ditadas pela Fédération Internationale de Football Association (Fifa) para a realização do evento.

Tudo cuidadosamente preparado na época: a denominação e principalmente a escolha do terreno. Era uma área de 155 mil m<sup>2</sup>, abandonado há décadas, pagando uma taxa ínfima de imposto territorial por conta de um artifício que a caracterizava como zona rural – claramente, mais um dos tantos casos de especulação imobiliária na capital paulistana.

O planejamento incluía a discussão entre os militantes sobre mais uma iniciativa do movimento, a articulação com os ocupantes, limpeza da área, aquisição das lonas de plástico e recolha de caibros, ripas e outras sobras de madeira em construções vizinhas para levantar os barracos. Enfim, nada que lembrasse a cobertura da mídia sobre esses movimentos, habitualmente caracterizados como espontâneos, caóticos, desorganizados.

Por coincidência, nesse primeiro semestre de 2014, eu ministrava uma disciplina no Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), “A dimensão cultural das práticas urbanas”, com presença de alunos de várias áreas: Ciências Sociais, História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Comunicações etc. Já estava mesmo na hora de propor um exercício de campo, e lá fomos nós para Itaquera, no dia 7 de junho, sábado, para uma “experiência etnográfica”.

A proposta era

*[...] visitar e comparar três equipamentos bem diferentes, em forma e função, mas todos de grande porte na Zona Leste, mais precisamente na região de Itaquera, e de certa forma ligados ao evento da Copa: as estações do metrô Artur Alvim e Itaquera com os pontos de acesso ao estádio Arena Corinthians, o SESC/Itaquera com a exposição “O Drible” e, finalmente, a ocupação do MTST “Copa do Povo”, que dista 3,5 km do estádio. Apesar de havermos combinado que o grupo iria percorrer todo o trajeto, cada integrante podia priorizar um dos equipamentos para observação e relato: eu optei pela ocupação. (Relato de Campo - J. Guilherme Magnani, 14/06/2014).*

Figura 1 - Os prédios decorados com motivos da Copa



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2 - As obras de acesso



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3 - Entrada oeste do *Itaquerão* – “Arena Corinthians”, ainda inacabado

Fonte: Arquivo pessoal. Foto: Regiane C. Galante

Figura 4 - A ocupação



Fonte: Arquivo pessoal

Foram várias idas a campo por parte de alunos inscritos na disciplina, desde a primeira, no dia 7 de junho (a ocupação ocorreu na madrugada de 2 de maio de 2014) até a última, no dia, 31 de agosto, resultando num *corpus* bem completo de relatos: 22, ao todo. Funcionários do Serviço Social do Comércio (Sesc) que faziam o curso, por exemplo, optaram por registrar preferencialmente as modalidades de lazer; os estudantes de arquitetura e urbanismo esboçaram croquis do acampamento e descreveram a estrutura dos barracos; os cientistas sociais entrevistaram as lideranças e se voltaram para as formas de organização e gestão do dia a dia; todos, porém, imbuídos da perspectiva “de perto e de dentro”, própria do olhar etnográfico, e interessados na dinâmica interna do acampamento e sua relação não só com o entorno, mas com a própria cidade<sup>3</sup>.

A seguir, trechos da conclusão da segunda visita, em meu relato de campo:

*Retomando o propósito da expedição etnográfica aos três equipamentos, conforme anunciado no começo do relato, pode-se, ao término deste segundo exercício de campo, caracterizá-los como três manchas na paisagem desta parte da cidade, para usar a terminologia trabalhada em aula. A primeira é formada pela estação Itaquera do metrô e suas novas vias de acesso – passarelas, escadas, ruas – mais o prédio da FATEC-Itaquera (Faculdade de Tecnologia) e o próprio estádio Arena Corinthians. De acordo com a definição de mancha – “área contígua do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam, cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando uma atividade ou prática predominante” – a primeira delas se caracteriza pela circulação no interior do espaço criado pela confluência desses três equipamentos com gente vendendo, comprando, se deslocando para atividades de lazer, estudo, trabalho. [...].*

*A segunda mancha é formada por uma só instituição, a sede do SESC Itaquera estruturada, porém, em torno de vários equipamentos: parte administrativa, conjunto aquático, quadras poliesportivas, ginásios internos, salas de convivência e exposições. Trata-se de uma unidade consolidada e com uma vocação explícita, a prática do lazer em suas várias modalidades; e mais uma vez, a alternância de dias/horários de observação certamente permitirão modificar essa aparente homogeneidade mostrando, por exemplo, distintos usos, não previstos – os trajetos de seus usuários e, quem sabe, a presença de alguns pedaços formados por grupos específicos de frequentadores.*

*A terceira mancha, mais recente e igualmente estruturada – talvez, em seu início, possa ter sido considerada um pátio no interior do Jardim Helian – é a ocupação “Copa do Povo”. Logo, porém, terminou conformando uma mancha com uma função bem definida, transformando um vazio urbano em acampamento de moradia para, segundo negociações em andamento com o poder público, dar lugar a um novo bairro. Pode-se assinalar a presença de outra mancha, o Parque do Carmo que, entretanto, não foi objeto de observação nessas duas idas a campo; foi lembrado por alguns expedicionários pela florada das cerejeiras, no outono...*

*A escolha dessas três manchas deveu-se ao fato de todas elas terem alguma relação com o evento da Copa do Mundo; o propósito era perceber a especificidade de cada uma e a possível articulação delas entre si. O que se viu foi, ao menos na primeira e na última, a formação de um novo cenário, atraindo novos atores, com comportamentos induzidos por novas regras; certamente a outra, a do SESC, não ficará inerte a essa nova configuração,*

<sup>3</sup> Este artigo tem como base meus relatos de campo e os de Marciano Kappaun, Elaine Moraes de Albuquerque, Joelma Melo da Silva e Jung Yun Chi. Os relatos dos demais participantes foram consultados e, quando for o caso de uma referência mais direta, serão citados.

---

*cuja dinâmica só uma pesquisa de mais longa duração poderia descrever em detalhes. O certo é que, na paisagem urbana da metrópole, depois da Copa, uma parte da zona leste não será a mesma. Resultado de múltiplos fatores – alguns induzidos pelo poder público, outros imprevistos e até mesmo não desejados, por iniciativa de movimentos sociais – seria esse um dos tão falados “legados” da Copa? A conferir.... (Relato de Campo - J. Guilherme Magnani, 14/06/2014).*

### **O Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST): histórico do movimento<sup>4</sup>**

No final dos anos 1980, eram já atuantes organizações como a Central de Movimentos Populares, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). O Movimento dos Trabalhadores sem Teto, contudo, surgiu quase duas décadas depois, em 1997, expandindo-se a partir de 2006; em 2007, estrutura-se a Resistência Urbana, frente nacional que congrega vários desses movimentos. Em 2012 ficou nacionalmente conhecida a ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), pela violência que caracterizou a reintegração de posse.

No ano seguinte, coincidindo com o Movimento Passe Livre (MPL), ocorreram dezenas de ocupações em bairros da periferia da capital paulistana: Paraisópolis, Grajaú, Parque Ipê, Jardim Ingá, Parque do Gato, Jardim Pantanal, Sacomã, Jardim Ângela, entre outros. Só nesta última, Jardim Ângela, a ocupação Nova Palestina mobilizou 8 mil famílias.

Para o MTST, os seus “sem teto” não são moradores de rua, mas trabalhadores de baixa renda, inseridos de forma precária no sistema produtivo, fora do campo de atuação do sindicalismo, morando em áreas de risco na periferia, em regime de coabitação ou comprometendo parte substancial de sua magra renda em aluguel: sociologicamente, são classificados como “subproletariado”. Na ocupação João Cândido, por exemplo, na Zona Sul de São Paulo, das 5.200 pessoas, 71 % eram de trabalhadores temporários, informais ou desempregados; 26%, trabalhadores com emprego regular; 3% eram aposentados ou pensionistas. Diante de acusações de vandalismo, os dirigentes do movimento costumam distinguir entre *invasão* e *ocupação*: esta última é considerada legítima, tendo como base e argumento a função social da propriedade garantida pela Constituição.

A principal característica do MTST e pela qual se diferencia de outros movimentos sociais de peso, como o próprio MST, é sua posição de independência em relação aos partidos políticos, mesmo os de esquerda, e de questionamento das políticas

---

<sup>4</sup> Muitos dos dados usados neste item tiveram como referência o livro *Por que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto*, de Guilherme Boulos (2014), líder do Movimento.

do governo petista, em especial quanto ao programa Minha Casa Minha Vida. Lançado em 2009, o programa envolveu, na sua primeira fase, segundo dirigentes do movimento, 34 bilhões de recursos públicos em favor de empreiteiras – o setor mais favorecido, juntamente com o agronegócio, pelo “lulismo”.

Citando análise de André Singer (2012), em que aparece a expressão acima, o MTST reconhece que sua base social é a mesma do governo petista, o já referido subproletariado. Tradicionalmente alinhado a políticos conservadores, esse segmento teria sido cooptado pelo governo a partir de medidas e programas como o Bolsa Família, o acesso ao consumo, crédito facilitado – devido à, então, favorável conjuntura econômica internacional – mas sem tocar nos interesses do capital.

Sem dúvida, foram medidas que representaram alguns avanços para o trabalhador, mas ao contrário do que prognosticava Singer, não significou a extinção dessa categoria nem sua ascensão social de forma duradoura. Desta forma, o MTST não se considera um movimento só por moradia: definindo-se como anticapitalista, prefere ocupar áreas na periferia e não em imóveis ociosos no centro da cidade, porque entende que, nesse caso, correria o risco de ficar ilhado, sem poder construir referências e formas de organização com esse segmento social, para além da simples ocupação.

Daí a cuidadosa articulação de suas ações: todas as ocupações seguem um “protocolo” que inclui, em primeiro lugar, uma verdadeira pesquisa prévia para decidir sobre a viabilidade da iniciativa – as imposições e limitações colocadas pelas leis de zoneamento da área, a situação jurídica do terreno, se está em dia com as taxas e impostos devidos, o histórico (e eventuais problemas) de sua titulação etc.

Uma vez decidida, a ação física é imediata: equipados com o “*kit* ocupação” – basicamente formado pela inconfundível lona preta de plástico e bambus, além de ripas e caibros colhidos em canteiros de obras em construções vizinhas – militantes e interessados se instalam, implantando os primeiros barracos, geralmente na madrugada, produzindo, assim, rapidamente, uma situação de fato.

A primeira medida é delimitar a área central para realização das assembleias, das programações culturais (teatro, música) e também para o lazer (encontros, partidas de futebol, folguedos infantis); em seguida, levanta-se o centro de formação junto com a cozinha central, espécie de “espaço multifuncional” e, aos poucos, vão se agregando os novos barracos.

### **A ocupação “Copa do Povo”**

O terreno escolhido para essa ocupação – assim denominada em alusão direta à Copa do Mundo, cujo jogo de abertura seria justamente no estádio Arena Corinthians, a 3,5 km de distância – está situado na gleba Pêssego, Zona Leste da cidade de São Paulo, em nome da Incorporadora Viver, como propriedade rural, o que lhe garantia, segundo os dirigentes do movimento, um imposto de 57 reais ao ano. Após dois meses de preparação, com a ajuda de assessoria técnica, a ocupação foi deflagrada na madrugada do dia 2 de maio de 2014; assim, quando começou a etnografia, um mês mais tarde, estava já consolidada e com negociações com o poder público – basicamente, a Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores, onde transcorria a discussão sobre o plano diretor – bem adiantadas.

Figura 5 - Os limites do acampamento: junho de 2014



Fonte: Google Earth



Foi possível, então, registrar não apenas os elementos constitutivos de sua implantação, mas também a dinâmica cotidiana. Fundamentalmente, seguindo o “protocolo”, a organização de base consiste na divisão dos ocupantes e seus barracos em grupos, cada qual com sete coordenadores, tendo como referência as cozinhas coletivas – neste caso, eram 8: G1, G2, G3, e assim por diante.

A área central, na parte mais plana do terreno – ponto de encontro cotidiano dos ocupantes, e destinada às assembleias e programas culturais – abrigava, além do centro de formação, a cozinha central e o palco, e uma horta medicinal.

Figura 6 - Ao fundo, a cozinha coletiva, o centro de formação e, à direita, a horta



Fonte: Arquivo pessoal

Faz parte ainda dos primeiros cuidados a construção de banheiros contíguos a cada cozinha, o fornecimento de água por meio de um ponto localizado na parte de cima do acampamento, de modo que o abastecimento das cozinhas e limpeza dos banheiros tem de ser feito com recipientes – baldes, latas; o mesmo se dá com a energia elétrica, um só ponto, evitando a proliferação de “gatos”. Não é permitido equipar os barracos com utensílios domésticos de grande porte tipo geladeira, fogão. A exceção fica por conta das cozinhas e do centro de formação, que serve também como depósito. Essa regra, juntamente com a proibição de colocar cadeados e o uso de materiais mais duradouros como madeira, telhas etc., integra a regra de ouro de um “acampamento” – seu caráter de provisoriedade.

De acordo com os dirigentes, a ocupação Copa do Povo teve a participação de 1.000 famílias ou, numa outra base de cálculo, 5.000 pessoas. Chamava atenção, contudo, durante nossas visitas, a quantidade de barracos vazios ou mesmo abandonados. A explicação era que nem todos os ocupantes ficam no acampamento, porque trabalham e só retornam à noite; já outros mantêm seu domicílio de origem: o importante é demarcar o território e “dar presença” nas assembleias diárias, nos atos coletivos e, assim, garantir-se na “luta” – ou seja, ter direito a ser cadastrado para a futura casa.

Também chamavam atenção os barracos “exemplares”, tipo “demonstração” – muito bem arrumados, aconchegantes... –, que o guia escalado (visitantes não circulam desacompanhados) fazia questão de exibir. Alguns ostentavam o nome dos ocupantes, outros tinham cintas plásticas coloridas ou fosforescentes – enfim, criatividade não faltava. Mas dentro das regras: nada de móveis incompatíveis com as dimensões padrão dos barracos, nem portas, cadeados. Se bem que....

*[...] caminhando próximo da valeta, fomos abordados pelo Sr. João, um pedreiro de 69 anos. Ele queria nos mostrar alguns recibos de alugueis do ano de 2012, cujo valor era de R\$400,00 mensais. Ele afirmou que apesar de ocupar um barraco ali no acampamento, ainda pagava aluguel no Bairro Imperatriz (próximo da área) no valor de R\$300,00. Ele insistiu para mostrar seu barraco e nós o acompanhamos. Ao chegarmos ao seu barraco, percebemos que fugia da padronização da maioria e chamavam a atenção alguns aspectos muito similares ao de uma “casa permanente”: (i) a distribuição dos ambientes – tinha uma clara divisão entre “área íntima, composta por dois quartos, o dele e o da filha; e a “área de convivência” que possuía bancos de madeira instalado em forma de “U”; apesar de ser uma área coberta, não tinha fechamento com lonas, e se diferenciava da área íntima por desníveis; (ii) a escolha de elementos construtivos - mesmo sendo um barraco de plástico preto, os quartos possuíam porta e cadeado. Cabe dizer que esse não é o único caso, vimos outros barracos que usavam portas e fechaduras; (iii) a escolha de elementos de decoração - nas portas foram instaladas persianas de madeira e o nos quartos tapetes sobre a terra batida. (Relato de Campo, Elaine Moraes de Albuquerque, 22/06/2014).*

Ou seja, apesar da recomendação para que os barracos fossem padronizados, em muitos deles era visível a vontade de marcar uma certa diferença, deixar a marca pessoal – uma “semente de casa”, como terminaram sendo denominadas essas iniciativas.

Figura 7 – Barracos do acampamento



Fonte: Arquivo pessoal

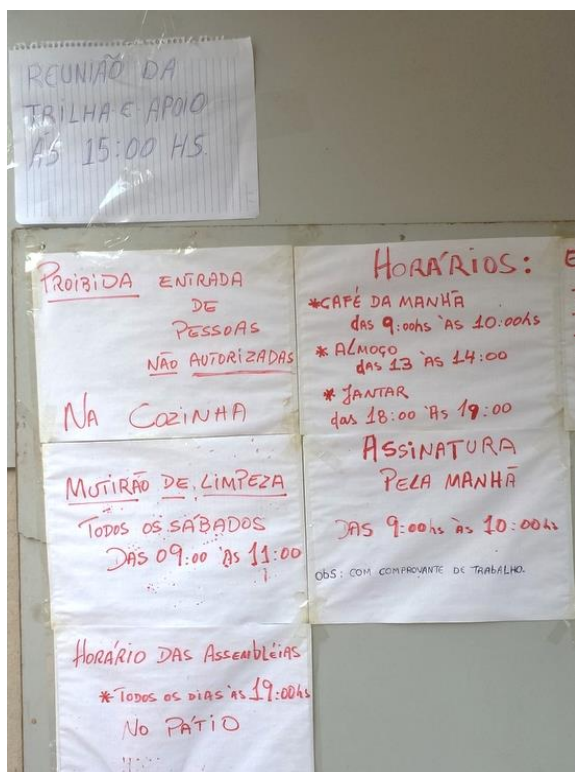
Há também os que passam o dia no acampamento e retornam aos seus domicílios de aluguel ou vão para as casas de parentes para dormir, pois há que se reconhecer que o frio, o vento e a umidade também “dão presença” nos frágeis barracos de lona.... São duras as condições de vida no acampamento: disciplina, empenho e compromisso são condições para manter a vida coletiva aí: os elementos descritos a seguir constituem alguns dos pilares desse modo de vida, que se sabe transitório.

### **As cozinhas, as trilhas e “dar presença”**

As cozinhas constituem os núcleos estruturantes do acampamento. Além da função básica – estocar mantimentos, preparar e servir as três refeições para os ocupantes de sua área de jurisdição –, constituem pontos de referência das atividades e espaços de convívio; ao seu interior, apenas cozinheiros e coordenadores têm acesso. Os alimentos vêm por doação dos próprios ocupantes, de entidades e até das feiras livres. Dois cardápios saboreados por membros do NAU, durante a etnografia: arroz, feijão, carne moída, batata. O outro: arroz, feijão, berinjela à milanesa e polenta cozida. Cada cozinha

estampa, na forma de homenagem, a foto de um operário falecido em acidentes na construção dos Estádios da Copa.

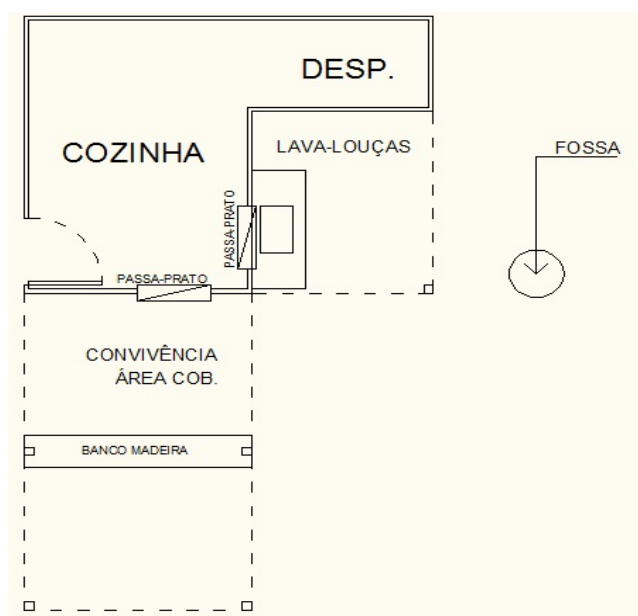
Figura 8 e 9 – Uma “semente” de casa



Fonte: Arquivo pessoal



Figura 10 - Croquis da Cozinha G2



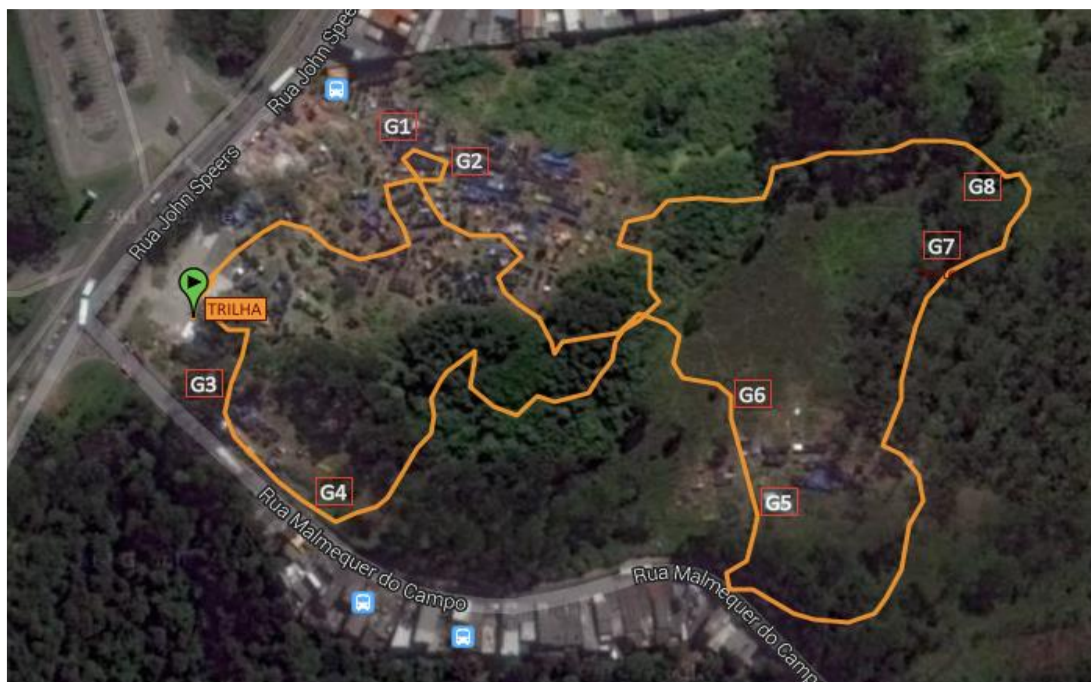
Fonte: Elaborado por Elaine Moraes

Figura 11 - Uma trilha



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 12 - A localização das cozinhas e o percurso das trilhas



Fonte: Arquivo pessoal

As trilhas, por sua vez, constituem o segundo elemento que garante a dinâmica do cotidiano no acampamento. Toda noite duas equipes se revezam em turnos, uma das 22h00min até as 03h00min e outra das 03h00min até o amanhecer, percorrendo as estreitas vielas entre os barracos. O objetivo é velar pelo cumprimento da regra do silêncio que, de segunda a sexta-feira, se faz valer a partir das 22h00min e, aos sábados, a partir das 03h00min. Na caminhada, os trilheiros não usam lanternas, não adentram os barracos, atentam para que as fogueiras – usadas para aquecer, iluminar e agregar com as conversas ao pé do fogo – já estejam apagadas. Cuidam também para coibir possíveis casos de violência e roubos – os “ratos de barraco” – e uso de drogas. Algumas das trilhas ostentam nome de ruas da como Rua Direita, Avenida Brasil.

É de se imaginar o cuidado com a segurança, num ambiente apinhado e construído pelos frágeis barracos de lona: qualquer deslize seria prato cheio para a mídia, atenta para delatar os “abusos dos vândalos”... Nessa mesma linha, a disciplina é um valor muito prezado: um ocupante foi desligado do acampamento por problemas advindos do consumo de álcool, e os trilheiros discutiam o risco de ele “perder a luta”, mais ainda sob a suspeita de que a namorada dele estava “passando o pano” – ou seja, abrigando-o em seu barraco. Muitas são os causos colhidos durante as trilhas; Marciano, pesquisador que participou dessa prática, narra alguns em seu relato de campo:

*Aos poucos chegaram alguns trilheiros, ficamos com um grupo um pouco mais de 10 pessoas. Na saída da trilha fui orientado para ficar na base no local da fogueira. Nisso chega um entregador de pizza pedindo ajuda, afirmando que uns meninos pediram duas pizzas lá no G5 e pagaram com uma nota de cem reais falsa. Quando ele percebeu isso, voltou na tentativa de resgatar o seu prejuízo, porque ainda deu de troco mais de quarenta reais, “nóis trabalha por comissão e o patrão desconta de mim esse 100 real”. Ele deixa a moto e caixa térmica ali, sobe até o local a pé pela rua acompanhado pelo Alemão e o Israel. Depois de uns 20 minutos eles retornam. Apenas encontraram uma caixa vazia ao lado da cozinha do G5. O entregador sai decepcionado, mas agradece muito a atenção dada a ele, inclusive prometeu trazer uma pizza um dia destes para o pessoal da tilha. Interessantes foram as conversas em torno da fogueira. Rafael, coordenador do G3 chega se apoiando em um cabo de vassoura e quando outra pessoa quer pegar dele “não pega não ‘parça’, tô moído”, perguntaram porque e ele explicou que estava “quebrado”, os santos dele desceram na madrugada anterior quando ele estava no barraco “um veio para me ajudar e outro pra me atormentar... queria sair do barraco pra aprontar, fazer confusão, mas não deixei não”. Quem era? “O Exú Caveira... depois que esse daí saiu, fiquei quebrado”. Leonardo fala que “pra descer é só cantar um ponto”. Como é isso? “É assim...” Outro trilheiro, Israel, diz: “não chama isso daí não”, aí o Leonardo ficou quieto. É uma conversa sobre não acreditar, mas respeitar. O “Boca” diz que não consegue dormir depois que um dia viu o cachorro chorar no acampamento, risos... “É sério, ‘parça’, olha aí, chega arrepiar”. O Leonard volta ao assunto, enquanto isso o Elvis fala “Tenho medo desses negócio”, ele e o Boca saem da roda da fogueira. (Relato de Campo, Marciano Kappaun, 13/07/2014).*

Conscientização, “dar presença”, disciplina, perder a luta: tal é o vocabulário que permeia as discussões, conversas e também as reuniões dos coordenadores, todas as noites, antes da assembleia, quando os ocupantes assinam as listas de presença, em cada grupo, assim como nas filas para cadastramento com os funcionários da Prefeitura.

Não obstante as críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual fazem questão de se diferenciar, assim como de partidos mesmo de esquerda como Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e também de outros movimentos sociais como o MST, os dirigentes mantêm contato com a gestão do prefeito Fernando Haddad e com a Câmara dos Vereadores, na discussão do plano diretor. O leque de alianças da Copa do Povo incluiu organizações da sociedade civil como a imprensa, coletivos estudantis, de saúde, grafiteiros, o Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), uma paróquia de Itaquera. Sempre bem-vinda é a imprensa, assim como pesquisadores: “Você é de que jornal? Onde vão sair as fotos? Vai postar no *Facebook*?” Uma das pesquisadoras, a arquiteta Elaine, era conhecida como “a moça da ONG”; Marciano era “o fotógrafo” e Jung, também

arquiteta, foi, ela própria, entrevistada: “Você é chinesa? japonesa?” (Relato de Campo, Elaine Moraes, 02/07/2014 e Jung Yun Chi, 02/07/2014).

### **Cuidados e estratégias**

Sob a constante mira da imprensa, do judiciário, das incorporadoras, era preciso cercar-se de muito cuidado. A começar pela escolha do terreno, geralmente com alguma brecha jurídica, levantada para justificar a decisão de ocupar. No caso da Copa do Povo, uma das precauções foi respeitar a área de proteção ambiental, sem nenhum corte das árvores: “Nós não permitimos nem mesmo amarrar fio de varal”, observou uma liderança (Relato de Campo, Elaine de Moraes, 02/07/2014); outra foi em relação aos limites da faixa da linha de transmissão de energia, na parte alta do terreno oposta à da entrada. Os dirigentes faziam questão de diferenciar-se do que consideram invasão ou mesmo “ocupação desorganizada”: este último caso – que fomos convidados a visitar, ali ao lado, no Jardim Helian – caracteriza-se pela demarcação individual de lotes, cada qual faz sua casa, algumas até de alvenaria, mas sem um plano comum, e o esgoto corre a céu aberto. A presença de traficantes é visível – fomos orientados a não fotografar.

### **O último dia**

A ocupação durou até o dia 31 de agosto de 2014: era um domingo e logo de manhã lá estávamos para participar da última reunião da liderança, uma espécie de ritual de despedida. Foram dadas as últimas instruções, uma vez que, na segunda-feira, passariam as máquinas da prefeitura para limpar o terreno com vistas às obras do prometido conjunto residencial, conforme as negociações com a prefeitura e a inclusão do projeto no Plano Diretor aprovado pela Câmara dos Vereadores. Josué, que presidia a reunião, abriu uma rodada para saber se todos já tinham para onde ir, tendo em vista a iminente desocupação do terreno:

*[...] Todos arrumaram lugar para ir? Tem alguém sem destino, ainda? – No G1 ainda está lá o sr. Pedro; no G2: um rapaz, mais Gláucia e as crianças que aguardam carroto para tirar suas coisas; G3: há 7 pessoas sem lugar para ir; G4: 3 pessoas precisam de um lugar provisório; G5: ninguém precisa; G6: um casal; G7: apenas um senhor, sem parentes, que não tem mesmo para onde ir; G8: 4 pessoas. Uma alternativa, provisória, para quem não tem para onde ir são as ocupações Vila Nova e Palestina, esta em M’boi Mirim, que tem*

barracos, mas não dispõe de colchões. “Lembrem, às 10:00, quando começar a marcha, não pode ter mais ninguém” – insistiu Josué. E prosseguiu: “Estamos aqui desde o dia 03 de maio de 2014. Ontem foi a avaliação, sobre o que a gente fez. Hoje, é olhar para a frente, pois a luta não acabou”. Propôs, então, uma vivência (resquício das “místicas” do MST?), entregando aos presentes um conjunto de três folhinhas de papel onde estavam desenhadas três malas. A proposta era escrever nos papezinhos três sonhos, ou três objetivos, desejos que cada um tem ao sair dessa ocupação. Então os presentes – incluindo eu e Marciano – tratamos de redigir os três desejos. Cada um foi convidado a ler em voz alta o conteúdo de uma das malas, o desejo que considerava mais importante.

Figura 13 – Escrevendo sonhos



Fonte: Arquivo pessoal

Seguiam as instruções:

*Imaginem que vamos sair dessa ocupação num pau-de-arara, uma nova viagem.... Temos de caber todos no caminhão, mas os sonhos são grandes, as malas estão pesadas. Vai ser preciso deixar uma das malas para trás.” Então todo mundo teve de descartar um dos desejos... e o papel, com o sonho considerado menos importante, foi colocado no centro da roda. Prossegue: “Entramos com duas malas no pau-de-arara, mas furou o pneu, vamos ter de continuar a viagem a pé.... Mas duas malas é muito pesado, vai ser preciso deixar mais uma...” Mais uma vez todos tiveram de descartar outro sonho. “Contudo, apareceu um bando de cachorro que atacou o grupo e vai ser preciso deixar até mesmo esse último sonho”! Então todos os papeis foram recolhidos e colocados numa caixa de papelão. (Relato de campo, J. Guilherme Magnani, 31/08/2014).*

Quando terminou a vivência, o coordenador convidou quem quisesse fazer uso da palavra a dar seu depoimento. Sucederam-se as falas, emocionadas. Para Agnes, por



exemplo, *“aquilo que parece ser uma perda, deixar as malas ou deixar os sonhos, significa seguir com pessoas, e isso é mais importante do que seguir sozinha. Viver coletivamente, começar uma nova luta”*. Outros falaram que era *“triste ver tudo derrubado, dava uma saudade danada, aqui houve amizade...”*. Gente chorando, se abraçando. *“Cada ocupação é uma escola”*; *“O sonho de cada um é o sonho de todos”*; *“Seguir adiante, permanecer juntos”*; *“O MTST é uma família, outras ocupações virão, tudo depende de nós”*. E por fim, a palavra de ordem: *“MTST: a luta é pra valer”*!

Foram distribuídos bombons com uma frase da militante revolucionária Rosa Luxemburgo (1918[2013]): *“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos jovens amigos, não é verdade?”* Terminado o encontro da coordenação, saíram todos para a assembleia que ia acontecer em seguida no pátio central da ocupação.

Figura 14 e 15 - Flagrantes e personagens na desocupação



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 16 e 17 - Flagrantes e personagens na desocupação



Fonte: Arquivo pessoal

### **O assentamento Vale do LÍrio<sup>5</sup>**

Ao término das atividades da 29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em Natal (RN) em agosto de 2014, solicitei à Elisete Schwade (minha ex-orientanda de doutorado e integrante do NAU), professora de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que me indicasse uma ocupação ou assentamento perto de Natal; eu havia concluído recentemente uma inserção de campo no acampamento Copa do Povo em Itaquera (São Paulo) e tinha intenção de conhecer outras experiências para efeitos de comparação. Indicou-me um assentamento, já consolidado, que vinha estudando há tempo, e prontificou-se a levar-me até lá, além de apresentar-me a algumas lideranças.

Foi uma ótima maneira de terminar a ABA. Às 10 horas da manhã do dia 7 de agosto, conforme combinado, lá estava ela na porta do Hotel Ponta do Sol e com uma novidade: conseguira uma condução da UFRN para trazer-me de volta, após a visita.

---

<sup>5</sup> Relato de Campo de J. Guilherme Magnani – Visita ao assentamento rural “Vale do LÍrio”, município de São José do Mipibu, região metropolitana de Natal (RN), quinta-feira, dia 7 de agosto de 2014, das 10 horas da manhã às 17 horas. .

Dirigimo-nos à saída da cidade, rumo à BR 101, em direção a João Pessoa e demais capitais da orla nordestina, e o primeiro município na rota era Parnamirim; uma placa indicando Monte Alegre era o sinal para deixarmos a BR e tomarmos, à direita, a rodovia RN 317. Após algumas tentativas para encontrar a entrada do assentamento, já no município de São José do Mipibú, a uns 31 km de Natal, finalmente divisamos a caixa d'água ostentando nosso destino: “Vale do Lírio”.

Figura 18 – A caixa d'água



Fonte: Arquivo pessoal

Trata-se de um dos primeiros assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, formado a partir da ocupação da Fazenda Novo Horizonte por 130 famílias no dia 17 de setembro, em 1997, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Mipibú, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e até da Arquidiocese de Natal. A emissão de posse ocorreu um ano mais tarde, em 21 de maio de 1998.

Figura 19 – A rua principal



Fonte: Arquivo pessoal

Passando pelo portão da entrada, logo à direita, vê-se um templo da Assembleia de Deus; em frente, estende-se uma larga avenida circundada por casas de alvenaria. Detivemo-nos na frente da residência do Sr. Paulo e “Dona” Telúsia. Ele estava na varanda descascando vagens de feijão de corda e chamou a esposa, que tinha sido previamente avisada, no dia anterior, de nossa chegada. Na troca de cumprimentos, apresentei-me como professor da Elisete e *“eu estava ali para ver se ela tinha feito direitinho a lição de casa, para então avaliar e dar a nota...”*<sup>6</sup>.

Fui convidado para almoçar: feijão de corda, legumes, carne de bode, tomate cereja, suco de limão, frutas do pomar. “Dona” Telúsia também almoçou, de pé, rápido, pois tinha compromisso num curso que está fazendo em Natal, de matemática. Mostrou-me a casa, ampliada a partir da planta original que desenhou no meu bloco: toda de alvenaria, ressaltou. Na cozinha, destacava-se a geladeira, tinindo de nova. Seu filho, que acabava de sair do banho, sentou-se à mesa, um tanto atrasado para a escola, ele frequenta um estabelecimento particular. Tentei puxar prosa sobre futebol, mas ele não gosta; diz

---

<sup>6</sup> Esse expediente, em tom de brincadeira, sempre surte bom efeito tanto por marcar a posição de professor – e não a de pesquisador que, em muitos casos é associado à de técnico, assessor, funcionário, que suscitam desconfiças – como por estabelecer uma certa hierarquia (professor/aluno, sempre valorizada). A partir daí, eu era sempre interpelado, com naturalidade, como “professor”.

que até torce pelo Santos, mas só por causa do pai. Prefere estudar, assegura sua mãe. “Dona” Telúcia é casada com Paulo, que já teve várias esposas e muitos filhos; com ela, era aquele rapaz, com 13 anos e uma moça que estuda aquicultura na UFNR.

Às 12 horas voltei para a varanda onde seu Paulo seguia debulhando feijões. Um rapaz surdo, morador de uma casa vizinha, estava ali, cumprimentando efusivamente todos que chegavam. Às 12h30min passou o caminhão de lixo; a toda hora circulavam carros de moradores; dois ônibus escolares estacionaram na praçinha do Centro de Atendimento Médico para apanhar estudantes que frequentam escolas fora, pois não há escolas na comunidade; havia também carretas puxadas a cavalo transportando produtos da roça.

Galinhas ciscavam na varanda e uma cachorra dormia sem se importar com a chegada de pessoas para a prosa: a toda hora aparecia alguém, sempre homens, e, no final da tarde, contei nove; se achegavam, cumprimentavam e escutavam atentamente os longos e entusiasmados relatos do Sr. Paulo, que parecia um patriarca ou chefe tribal, centralizando as atenções e falando sem parar sobre os mais variados temas; logicamente, o destinatário principal era eu, o professor.

Digna de nota era a estratégica posição em que se localizava: da varanda de sua casa, na esquina da avenida principal com a rua Vale do Sol Dourado, observava e controlava todo o movimento, cumprimentando os passantes, fazendo um gracejo, uma pergunta. Claro que não foi possível saber se este é um comportamento padrão, pois foi uma só tarde de observação, mas, pelo rumo da conversa, deu para perceber que ele é uma importante liderança, aliás, foi diretor da Associação de 1987 a 2000.

Entre outros temas, falou de um rapaz que levou tiro à queima roupa, num assalto, filho do Sr. Cosme, seu vizinho; relatou casos em que a polícia adentrou o assentamento perseguindo bandidos: por isso é que é preciso refazer o portão de entrada, senão qualquer um entra. Quando era diretor, impôs assembleia às 14 horas no sábado; depois, a pedidos, mudou para as 17 horas na quinta. Contou de suas andanças por São Paulo (1968), Paraná, Amazonas, Pará e de sua participação em várias ocupações.

Num dado momento, sol a pino, passou pela rua uma moradora, natural do Rio de Janeiro, a “carioca”, e ele brincou: – “O que é melhor: chuva ou sol”?

Figura 20 e 21 - Do posto de observação, a varanda da casa do Sr. Paulo



Fonte: Arquivo pessoal

A certa altura pedi licença e dei uma caminhada para ver as casas e tirar umas fotos. São casas grandes, todas de alvenaria, muitas delas cercadas por imensos muros. Há três igrejas, uma Assembleia de Deus, logo na entrada, à direita; no lado oposto, um pouco mais afastada, a Igreja Adventista e, no centro, a igreja católica: das três, é a mais simplesinha.

Figura 22 e 23 – As igrejas



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 24 – A igreja



Fonte: Arquivo pessoal

O campo de futebol fica ao lado da Igreja Adventista. Há também um posto de saúde; o Sr. Cosme, um dos vizinhos na prosa da varanda, mais tarde fez questão de me corrigir, trata-se de um centro de atendimento médico, pois se falar que é “posto de saúde” logo a prefeitura toma posse... Um vereador é que financiou a construção, com recursos próprios (gastou de 15 a 20 mil reais) depois de o médico que atendia no recinto da igreja ter sido expulso pelo padre, por distribuir pílula anticoncepcional...

Figura 25 – O muro



Fonte: Arquivo pessoal

Os lotes no perímetro residencial são relativamente grandes, medem 40 metros por 20. A avenida principal (que leva o nome de um ex-presidente, Manuel Faria) tem 20 metros de largura e é dividida ao meio por uma sucessão de mudas de palmeira plantadas numa espécie de vaso feito de manilhas de canalização cortadas transversalmente: no total, 16 vasos. De novo, chamaram-me atenção os imensos muros cercando as casas.

Figura 26 – O muro



Fonte: Arquivo pessoal

Pretende-se construir, com máquinas e material doados pela prefeitura, um canteiro central e implantar o fluxo de mão/contramão; as ruas paralelas, começando pela mais próxima da entrada, são: 1º de Maio, depois XV de Maio, Vale do Solo Dourado e, finalmente, 21 de Maio. O assentamento dispõe de água encanada e energia. Dos dois lados desse núcleo é possível ver as plantações, cujo acesso, contudo, se dá por uma estrada no fim da rua 1º de Maio. A área total é de 358 ha e a quantidade de casas é 62, a maior parte no centrinho do assentamento.

De volta ao “posto de observação”, a conversa prosseguiu e o tema do portão retornou, por necessidade de segurança: é motivo também de reivindicação feitas às autoridades do município. Daí passou-se para a saga para aterrar um barranco na beira da rodovia que passa em frente ao assentamento para construção de uma parada de ônibus. Motivo de uma longa narrativa, tinha como protagonista o tenente Milanez, do quartel militar sediado na rodovia 101, quem cedeu patrôas para o deslocamento de terra: foram



600 caçambas, assegurou o Sr. Cosme. Por fim a prefeitura emprestou técnicos e conseguiram resolver o problema, mas o tenente é sempre lembrado como o que atendeu de imediato ao pedido.

Segundo o Sr. Paulo, quem muito ajudou o assentamento foi o professor Paulo Palhano da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Entre os lotes, há alguns arrendados, e que não produzem; e também por causa da quebra de preços, às vezes nem compensava tirar o produto da roça: a “mão” de milho estava a 3 reais; o quilo do feijão num dia estava a 1,80, depois 1,20 chegando até 0,80... – *“Na verdade a melhoria começou com Fernando Henrique, com o real, é preciso reconhecer, ainda que eu seja do PT”*. Aliás, foi em seu mandato que ocorreu a desapropriação deste terreno.

Foi a empresa Agro Exportadora Caliman S.A. que financiou a implantação do cultivo de mamão e, nessa época, o Vale do Lírio foi considerado o segundo melhor assentamento do Brasil, sempre segundo o Sr. Paulo. Foi também a primeira área a ser desapropriada em região de cana, perigosa, cheia de capangas. Outro relato foi sobre o enfrentamento com dois rapazes que tomavam banho dentro da caixa d’água. Ele foi até lá para acabar com a bagunça, armado com uma foice... Num dos raros momentos em que outra pessoa conseguiu falar, o Sr. Cosme fez uma comparação com outros assentamentos, em Paulo Marins: *“bem melhor, com entrada fechada, ruas calçadas, quadra de esporte...”*

Todos esses casos eram escutados com atenção pelos presentes enquanto aguardavam a chegada de um vereador do município de S. José de Mipibu, o sargento Dudu, do PT (eleito com 411 votos, está em seu primeiro mandato), marcada para as 15 horas. O objetivo era negociar a vinda de uma patrula a fim de recapear as ruas do núcleo do assentamento. De novo, outra rodada de conversa, não sei se para me impressionar ou ao vereador... De acordo com o Sr. Cosme, o Sr. Paulo deveria voltar a ser eleito presidente da Associação: ele tem *sensação*, querendo dizer tino para política ou também gosto, desejo, *“como quando se aprecia uma mulher bonita...”* Mas para ser presidente ou diretor, é preciso *“andar descalço, com foice ou enxada na mão, empurrando carrinho.”*

Só ali pelas 16 horas é que rolou o acerto mais “técnico”, se iam usar “piçarra” ou “metralha”, materiais de revestimento de diferentes consistências, um mais seco, outro misturado com barro; em seguida, começou a visita pelas plantações. O trajeto que fizemos – eu, Sr. Paulo e Sr. Cosme –, no carro do vereador, permitiu ver os principais cultivos: macaxeira, mandioca branca (para fazer farinha), feijão, milho, abacaxi, jerimum (abóbora).

Figura 27 e 28 – As plantações



Fonte: Arquivo pessoal

Grandes áreas, que inicialmente haviam sido destinadas ao plantio de mamoeiros, estavam desativadas, em virtude da baixa procura pelo mercado, e agora eram reaproveitadas para outros cultivos, pois permanece o antigo sistema de irrigação.

Figura 29 – Os mamoeiros



Fonte: Arquivo pessoal

As lideranças estão reivindicando cessão de máquinas de terraplenagem da prefeitura para melhorar as vias de acesso a essas áreas, por isso a conversa com o vereador, pois parece que as relações com o atual prefeito não são das melhores. O vereador prometeu as máquinas para a terça-feira seguinte.

## **Conclusão**

O primeiro contraste entre os dois casos não está dado, como poderia supor um olhar mais convencional, de fora, entre uma situação tipicamente urbana, metropolitana, e outra rural. O que atrai o foco da observação, a partir da perspectiva “de perto e de dentro”, é a contraposição entre o caráter provisório de uma e o permanente de outra: barracos de lona *versus* sólidas casas de alvenaria; trilhas estreitas e improvisadas *versus* ruas largas e projetadas; falta de privacidade (vedação com plástico) *versus* separação (os longos muros), e assim por diante.

Tais diferenças não são episódicas, superficiais, mas respondem a um dispositivo dado pela estrutura dessas duas formas de ocupação e seu *dwelling*: “acampamento” e “assentamento”. O primeiro se caracteriza pela efemeridade: não é para durar. O que à primeira vista parece ser uma solução marcada pela precariedade – abrigos cobertos de lonas, apoiados em bambus e sobras colhidas em canteiros de obras – na verdade responde a uma exigência que pode ser descrita, com mais precisão, como “portabilidade”: quando se fala em “levantar acampamento” não se trata de mera força de expressão, posto que ele pode rapidamente ser desmontado, transferido. E se for objeto de desalojo (como nos caso de reintegração de posse), não há tanto o que perder se comparado com pertences que se adquirem e guardam em uma habitação mais permanente.

Essa característica remete às tendas dos pastores, aos acampamentos de caçadores e coletores descritos em relatos clássicos, pois corresponde a um determinado modo de vida e habitação. Basta lembrar os Nuer transumantes, na época da estiagem, descrita por Evans-Pritchard (1978 [1940]); já seu assentamento, ou se preferir, a aldeia, habitada na época das chuvas, apresenta outra morfologia, duração e sistema construtivo.

A proibição, no acampamento Copa do Povo, de equipamentos de grande porte – geladeira, fogão, máquina de lavar – no interior dos barracos –, assim como o emprego de fechaduras, cadeados, portas, na verdade também respondem a esse ditame: é uma situação provisória; da mesma forma, não se encaixam nessa lógica a criação de animais

domésticos ou o cultivo de grãos, legumes: como foi mostrado, a única horta localizava-se na área central e era de plantas medicinais, para uso coletivo.

Exatamente o contrário do que se verifica na *forma assentamento*, cuja permanência é ditada por uma temporalidade de mais longa duração, pois regulada pelo ritmo das tarefas ligadas ao preparo da terra / plantio / germinação / colheita / distribuição; a criação de animais também impõe seus próprios ciclos<sup>7</sup>. O mesmo se aplica às instalações, mais duradouras: o estábulo, o paiol, o muro protetor. No assentamento Vale do Lírio, chamaram atenção o aspecto sólido das edificações – as casas, os templos, a caixa d’água, o posto de saúde –, além da implantação permanente do traçado das ruas e da área plantada.

A dinâmica do acampamento permite uma circulação mais intensa de visitantes: recebe-se a imprensa, pesquisadores, estudantes, políticos, religiosos, na busca de alianças, parceiros. Alguns barracos, a que acrescentei o termo “ostentação”, servem como cartão de visita: “*vejam como, apesar de provisórios, estão bem arrumados, são aconchegantes, criativos...*”. No assentamento/aldeia, não: não se pode ir entrando *asi no más*, sem ser convidado, muito menos nas casas...

O acampamento Copa do Povo foi caracterizado como “mancha” – uma das categorias da já conhecida “família” que inclui *pedaço, trajeto, pórtico, circuito*<sup>8</sup> –, claramente implantada na paisagem, com fronteiras bem delimitadas, mas em constantes trocas com o entorno: muitos ocupantes tomavam banho em casas da vizinhança, jogos

---

<sup>7</sup> *Task orientation*, conforme Tim Ingold (2005, p. 324).

<sup>8</sup> Para uma exposição mais pormenorizada dessa e das demais categorias da “família”, ver Magnani (2012, p. 86-98). Cabe, contudo, uma rápida revisão: *Pedaço* designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público (a rua), onde se desenvolve uma sociabilidade que instaura laços de pertencimento e exclusividade entre seus membros, em torno de determinados gostos, símbolos e práticas. *Manchas* são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Mais ancorada na paisagem, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários, viabilizando possibilidades de encontro e não relações de pertencimento, como no *pedaço*: em vez da certeza, a *mancha* acena com o imprevisto, pois ainda que sejam conhecidos o padrão de gosto ou pauta de consumo aí imperantes, não se sabe ao certo o que ou quem vai se encontrar. A noção de *trajeto* aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade ou no interior das *manchas* e levam de um ponto a outro através dos *pórticos*, marcos de transição na paisagem, pois configuram passagens: já não se está no *pedaço* ou *mancha* de cá, mas ainda não se ingressou nos de lá. Finalmente, *circuito* designa o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, espaços e equipamentos que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, de forma que a sociabilidade que possibilita – por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos – é mais diversificada e ampla que na *mancha* ou no *pedaço*.

da copa (não havia TV coletiva) eram assistidos nos bares da região, os alimentos vinham de doações.

Ademais, foi possível registrar – ainda que não acompanhar mais de perto – a existência de um *circuito* das ocupações do MTST. O acampamento Copa do Povo não estava confinado, mas ligado a um conjunto de outros, espalhados pela cidade, que eram continuamente percorridos nos *trajetos* dos militantes. E como se viu no ritual de despedida, quem não tinha para onde ir podia abrigar-se em uma das tantas ocupações em curso. Fazem também parte desse *circuito* as manifestações protagonizadas pelo MTST em vias públicas e ocupações mais pontuais como a realizada em frente à Câmara dos Vereadores por ocasião da votação do Plano Diretor Estratégico (PDE): era uma forma de pressionar a inclusão da reivindicação no PDE, então em processo de votação.

Essa caracterização como *mancha* – situada num ponto da paisagem urbana, mas fazendo parte de um *circuito* mais amplo – permite, como em outras aplicações das referidas categorias, mostrar que o movimento não era episódico, desarticulado, mas tinha uma visão global da cidade a que correspondia uma estratégia, a partir de sua perspectiva política e militante: de certa forma constituía uma “totalidade significante” (MAGNANI, 2012).

O assentamento Vale do Lírio, ao contrário, oferecia um panorama mais autocontido – não que estivesse isolado, ou não mantivesse vínculos com outras instituições de fora<sup>9</sup>: no entanto, a vida cotidiana transcorria, aí, com maior rotina, voltada para dentro, em contraste com a do acampamento em São Paulo, permeado por festas, encontros, visitantes, funcionários da prefeitura, vendedores, torneios de futebol, reuniões, assembleias.

O ritual de despedida do último dia foi altamente significativo pelos depoimentos emocionados, o reconhecimento de que ali se formaram vínculos – “*cada ocupação é uma escola*”; “*o sonho de cada um é o sonho de todos*”; “*seguir adiante, permanecer juntos*”; “*o MTST é uma família, outras ocupações virão, tudo depende de nós*” –, tais foram algumas das expressões nessa reunião. No dia anterior, eu já tinha registrado no caderno de campo:

---

<sup>9</sup> Cabe ressaltar a diferença de tempo e condições da observação, nos dois casos: enquanto o processo do acampamento Copa do Povo foi acompanhado durante meses, por vários pesquisadores, o Vale do Lírio foi objeto de um dia apenas de observação e por um só pesquisador; por isso entra nesta reflexão mais como contraponto, mantendo a forma “relato de campo”.

*Uma das conversas, principalmente com duas senhoras, uma mais velha e outra de uns 40 anos, girou em torno do processo de desmonte do acampamento e das saudades que ele já estava deixando: afinal, foram quatro meses de convivência e o sentimento era de que ali haviam sido estabelecidos laços de uma grande família. E que todos que se divertiram muito todo esse tempo... Uma das senhoras com quem conversei mais longamente, a mais moça, bastante loquaz, contou que é veterana em invasões/ocupações, e as diferenças entre esses dois processos foram detalhadamente explicadas, o que ficará mais claro na transcrição (Relato de Campo, J. Guilherme Magnani, 29/08/2015).*

Uma linha de análise que poderá vir na continuação seria poder comparar esse quadro com a dinâmica do futuro (e esperado) conjunto residencial que deverá abrigar os atuais ocupantes: como será aí a convivência? Manter-se-á a “mística”? Aqui entraria o terceiro termo, cidade, completando a trilogia *acampamento / aldeia / cidade*, cada qual com sua forma estrutural definida. Com efeito, cada um desses termos, como desenvolvi em outro trabalho (MAGNANI, 2012), tira seu significado não de uma suposta natureza intrínseca, mas do jogo de contraposições no interior do sistema de relações com os demais termos.

Como *tipo-ideais*, essas três modalidades não devem ser tomadas numa perspectiva cronológica (e menos ainda evolutiva): para além dos inúmeros formatos e combinatórias que possam exibir, desde tempos remotos até a atualidade, devem ser definidas com base em alguns poucos elementos estruturantes, capazes de estabelecer contrapontos comparativos entre modos de vida, disposição espacial, sistemas de prestações, formas de organização social. Como resposta à necessidade de abrigo e exercício da vida em sociedade, estão preferencialmente associados a arranjos específicos – o acampamento ao nomadismo e/ou transumância, de caçadores e coletores; a aldeia ao sedentarismo de agricultores; e a cidade à fixação num território, mas como entroncamento de deslocamentos mais amplos. Se no primeiro caso a mobilidade está também associada à forma dominante de obtenção dos recursos, dispersos pelo território, no segundo esses recursos são controlados, produzidos e armazenados. Na cidade, já com divisão de trabalho de outra ordem, eles são apropriados, acumulados e redistribuídos. (MAGNANI, 2012, p. 314-315).

Assim, não se trata de um processo que necessariamente vai do simples para o mais complexo – acampamento que vira aldeia, que evolui para núcleo urbano: eles podem ser contemporâneos, podem durar enquanto permanecem as condições que lhes deram origem. Se uma determinada invasão, como no caso do Vale do Lírío, pode dar lugar à “forma assentamento”, mais estável – o acampamento Copa do Povo chegou a seu termo, foi desmontado e será substituído por outra forma, um conjunto residencial urbano.

Nesse sentido, valeria a pena ampliar o quadro comparativo incluindo novas experiências de forma a dar consistência à trilogia – seja aprimorando a descrição de seus

traços estruturais, seja incluindo outros – de modo a contar com um instrumento que permita distinguir regularidades em situações vistas como aleatórias, espontâneas, episódicas. É o que se pretende, na continuação, ao incluir outros casos: o acampamento “Cantagallo”, da etnia Shipibo em Lima, Peru; “Parque das Nações Indígenas”, no bairro Tarumã, em Manaus – formado por integrantes de vários povos indígenas amazônicos, como os Sateré, Munduruku, Mura, Miranha, Tikuna, Kambeba, Tukano, Macuxi, Baré, Kokama; outra ocupação protagonizada pelo MTST, a “Ocupação Chico Mendes”, no bairro do Morumbi, em São Paulo, e assim por diante.

Como foi indicado na introdução deste artigo, trata-se de uma perspectiva de análise no campo da Antropologia Urbana que se propõe testar categorias e conceitos desenvolvidos ao longo de pesquisas realizadas no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP em diferentes contextos, fazendo novos experimentos, de forma a tentar ir além da conhecida oposição antropologia *na* cidade *versus* antropologia *da* cidade.

## Referências

BOULOS, Guilherme. **Por que Ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem teto. São Paulo: Scortecci, 2014.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os Nuer:** uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978 [1940]

INGOLD, Tim. **The perception of the environment.** Essays in livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa (1918). A socialização da sociedade. In: LOUREIRO, Isabel M. **Rosa Luxemburgo:** Vida e obra. 3. ed. Traduzido por Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MAGNANI, J. Guilherme C. **Da periferia ao centro:** trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. (Coleção Antropologia Hoje)

\_\_\_\_\_. O circuito: proposta de delimitação da categoria. **Ponto Urbe**, n. 15, 2014. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/2013>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

**“ALTERA PARTE”:  
exotismo, estereótipos e assimetrias**

Antonio Motta

Professor no Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor colaborador do Programa de Antropologia de Iberoamérica da Universidade de Salamanca (Usal, Espanha), atualmente é *visiting scholar and research fellow* na Universidade de Oxford.

**Resumo:**

O ensaio busca refletir e discutir sobre as assimetrias em que se apoiam a noção e figura do exotismo a partir de dois eventos passados, conhecidos como o *Ano do Brasil na França e o ano da França no Brasil*. Partindo deles, analisa as diferentes percepções e representações que a França e outros países europeus constroem em relação ao Brasil. Para isto, adota-se como premissa que os respectivos eventos constituem ainda hoje um bom exemplo para se pensar sobre o quanto a figura retórica do exotismo é capaz de provocar interesse no imaginário francês, muitas vezes, oscilando entre a nostalgia edênica tropical – *revival* do primitivismo – e outros estereótipos associados à desigualdade social, algo próximo daquilo que, depois de Roger Bastide, convencionou-se chamar no mundo francófono de “*Brésil, terre des contrastes*”.

**Palavras chave:** Exotismo. Assimetrias. Políticas culturais. Mercado e consumo étnicos.

**“ALTERA PARTE”:  
*exoticism, stereotypes and asymmetries***

**Abstract:**

The essay aims to reflect and discuss the asymmetries which support the notion and exotic figure from two previous events, known as the Year of Brazil in France and the Year of France in Brazil. From them, it analyzes the different perceptions and representations that France and other European countries build towards Brazil. For this, we adopt the assumption that their events are still a good example to think about how much the figure rhetoric of exoticism is capable of causing interest in the French imagination, often wavering between tropical Edenic nostalgia - Revival of primitivism – and other stereotypes associated with social inequality, something close to what, after Roger Bastide, it was called in the French-speaking world “*Brésil, terre des contrasts*”.

**Keywords:** Exoticism. Asymmetries. Cultural policies. Market and ethnic consumption.



---

*“He registrado las arbitrariedades de Wilkins, del desconocido (o apócrifo) enciclopedista chino e del Instituto Bibliográfico de Bruselas; notoriamente no hay clasificación del universo que no sea arbitraria y conjetural...”*

(Jorge Luis Borges. El idioma analítico de John Wilkins).

As assimetrias costumam se revelar de formas diversas. Com maior evidência quando associadas aos indicadores de poder político e econômico que atuam tanto local como globalmente. Uma vez acionadas no plano das relações internacionais, elas costumam operar como diferenciais a dividir países em grupos de nações percebidas em suas possibilidades de influenciar os outros e de exercer algum tipo de poder sobre eles. Nesse sentido, alguns países são vistos como mais poderosos, chamados de “superpotências”. Outros concebidos como intermediários e outros, ainda, como “periféricos”, nos quais é incluída boa parte das nações africanas.

Essas hierarquias aparecem frequentemente banalizadas na grande mídia, tornando-se mais problemáticas quando relacionadas ao campo da cultura e de suas representações. Para o imaginário ocidental, as diferenças econômicas e de trajetórias entre grupos de nações se materializam também sob formas e expressões socioculturais, dividindo o mundo entre, de um lado, países produtores de culturas dinâmicas e ativas e, de outro, os que apenas reproduzem suas próprias tradições ou, então, desempenham o papel de consumidores passivos de modas e tendências internacionais. É que diferenças e apropriações culturais são percebidas em termos de hierarquias de prestígio, frequentemente atreladas a disparidades sociais e econômicas, com conotações e valores negativos sobre aquelas manifestações culturais oriundas de nações percebidas como menos poderosas.

Exemplos dessa natureza são abundantes na mídia internacional hegemônica, especialmente quando veiculam matérias relacionadas aos países classificados – arbitrariamente – como “periféricos”, equivalente semântico de “pobres”, sem muito potencial de mercado para investidores estrangeiros. Por sua vez, o substrato ideológico contido nessas classificações fornece subsídios para a cristalização de discursos relacionados ao campo da cultura, quer seja na construção de hierarquias e de estereótipos, quer seja no uso retórico da figura do exotismo, sendo empregada como estratégia argumentativa com usos e fins específicos.

Um exemplo disso são as imagens e representações que, no mundo ocidental, têm-se construído do continente africano. A maioria delas põe em relevo o descompasso de temporalidades, preferindo enfatizar a imagem unitária da África projetada no passado, presa a um tempo mítico. Raramente o seu contrário é realçado, ou seja, as imagens de uma África plural e dinâmica, cosmopolita, sincronizada com fluxos culturais globalizados, que não se presta a uma leitura consensual e estereotipada.

O mesmo ocorre quando, por algum motivo, o Brasil torna-se eventual objeto de interesse na imprensa ou na grande mídia internacional. O que se observa são referências recorrentes à desigualdade social, corrupção política, violência, narcotráfico e outras mazelas atribuídas à condição de "país emergente" com disparidades seculares ainda a serem sanadas. É o que se pode observar nas matérias relacionadas à última Copa do Mundo, ocorrida em 2014 e, mais recentemente, aos jogos olímpicos, a se realizarem em 2016.

O ensaio proposto busca discutir algumas dessas questões a partir de dois eventos passados, ocorridos respectivamente em 2005 e 2009, conhecidos como o *Ano do Brasil na França*, de março a dezembro de 2005, e o *Ano da França no Brasil*, do dia 21 de abril a 15 de novembro de 2009<sup>1</sup>.

Partindo deles, procura-se analisar as diferentes percepções e representações que a França e outros países europeus constroem em relação ao Brasil<sup>2</sup>. Para isto, adota-se como premissa que os respectivos eventos constituem, ainda hoje, um bom exemplo para pensar sobre o quanto a figura retórica do exotismo é capaz de provocar interesse no

---

<sup>1</sup> Trata-se da iniciativa do governo dos dois países, com o objetivo de aprofundar as relações bilaterais no âmbito diplomático, das políticas culturais, acadêmico e, sobretudo, econômico. Sendo resultado de acordo diplomático entre os dois governos, contou também como apoio de empresas privadas francesas que operam no Brasil, possibilitando o patrocínio da vinda e a ida de artistas, intelectuais, profissionais da mídia dos dois países. O *Ano da França no Brasil* teve base em acordo firmado pelo ex-Presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva e o então presidente Jacques Chirac em 2006, em reciprocidade ao *Ano do Brasil na França* (2005). O acordo foi reiterado pelos Presidentes Lula e Nicolas Sarkozy em fevereiro de 2008, na Guiana Francesa. Segundo estimativas oficiais, o *Ano do Brasil na França*, ocorrido em 2005, mobilizou mais de dois milhões de franceses e obteve um grande retorno dos mídia, atingindo os principais veículos de comunicação do país durante quase todo o ano. Como resultado, houve um aumento de 27% de turistas franceses no Brasil e mais de 450 milhões de dólares em produtos brasileiros exportados para França.

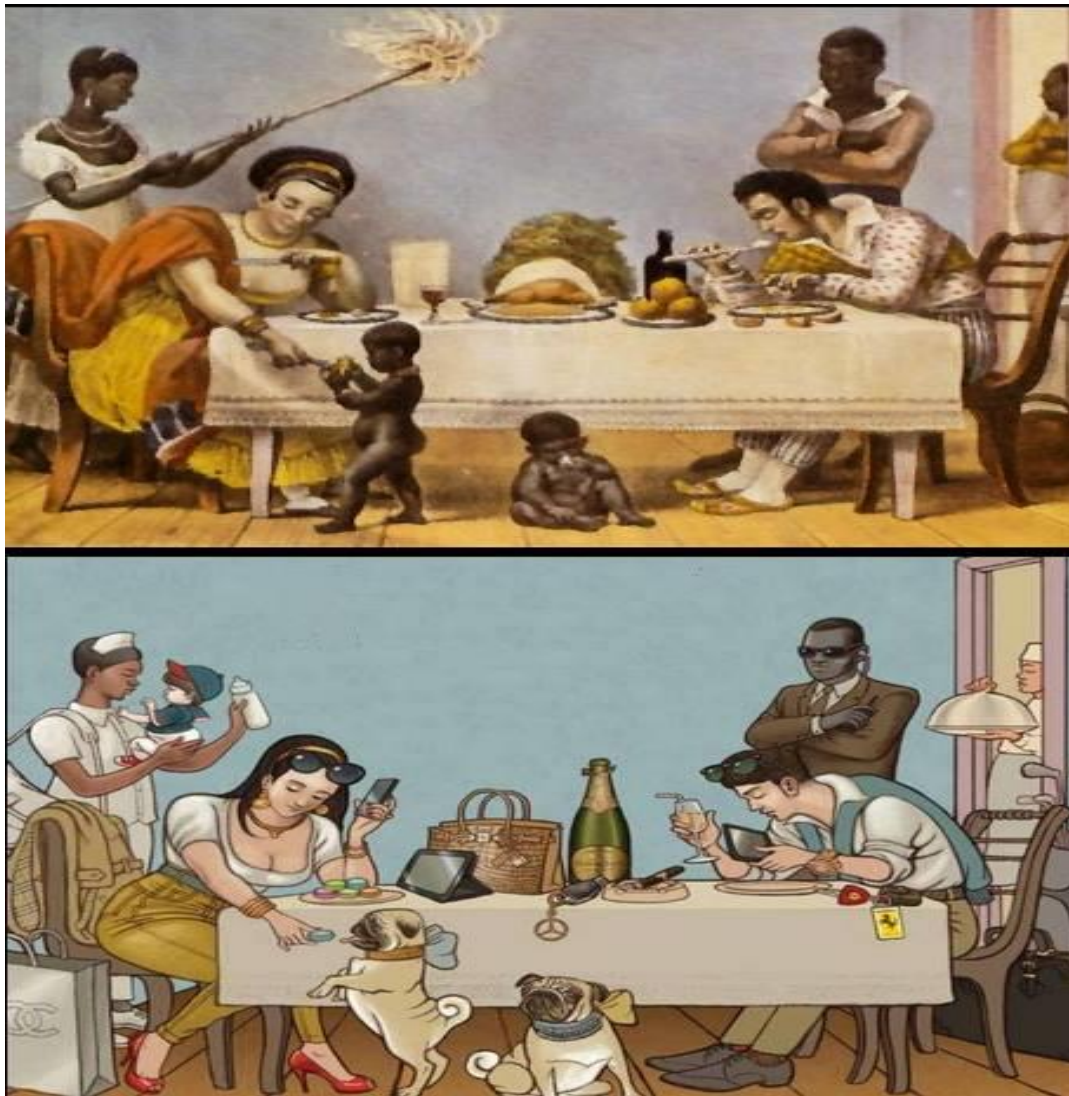
<sup>2</sup> Além de pesquisa bibliográfica, mídia impressa e digital, foi também realizada pesquisa de campo em Paris, durante os períodos distintos 2005 e 2009, contemplando entrevistas com editores, produtores culturais, agentes de cultura, de turismo, formadores de opinião, entre outros. Algumas das discussões apresentadas nesse ensaio são resultados parciais de um trabalho mais amplo e aprofundado que resta inédito.

imaginário francês, muitas vezes, oscilando entre a nostalgia edênica tropical – *revival* do primitivismo – e outros estereótipos associados à desigualdade social; algo próximo daquilo que, depois de Roger Bastide (1959), convencionou-se chamar no mundo francófono de “*Brésil, terre des contrastes*”.

Se, por um lado, esse “exotismo às avessas”, que costuma veicular as pequenas e grandes tragédias cotidianas do povo brasileiro, encontra recepção no público francês, por outro, em nada fica a dever à ambígua profusão de imagens de um país que se quer também figurar – do ponto de vista da cultura francesa – pela outra face de sua moeda: idílico, cordial, sensual e sincrético. A essa última tendência deve-se ainda acrescentar algumas rubricas, como o carnaval, a música, o futebol e tantas outras que remetem a singularidades culturais não menos atraentes na mídia internacional e no mercado de consumo do entretenimento.

Talvez, quem sabe, seja por isso mesmo que o conteúdo latente das imagens que predominam nas celebrações oficiais, nos acordos de cooperação internacionais, nos grandes eventos esportivos – envolvendo, inclusive, políticas culturais –, ou até mesmo nos momentos ocasionais em que a cultura e a sociedade brasileiras se fazem representar oficialmente na Europa – com destaque para o caso aqui analisado –, insistam até hoje na tônica de uma nostalgia das origens ou, mais precisamente, remetam a imagem ancestral do “*pays de braise*”. Mas, por ora, fixemo-nos apenas na figura do exotismo enquanto efeito retórico na construção assimétrica de alteridades.

Figura 1 – Sem título



Fonte: *Le Monde Diplomatique Brasil* (2015). Foto: Rodrigo Leão

## O exotismo como estética do diverso?

*“Je conviens de nommer “Divers” tout ce qui jusqu’aujourd’hui fut appelé étranger, insolite, inattendu, surprenant, mystérieux, amoureux, surhumain, héroïque et dévín même, tout ce qui est Autre: — c’est-à-dire, dans chacun de ces mots de mettre en valeur dominante la part du Divers essentiel que chacun de ces termes reèle... Jusqu’à ce jour le mot Exotisme fut à paine synonyme de “impression de pays lointains”; de climats, de races étrangères; et trop solvante mésemployé par substitution à celui plus compris encore de “colonial”[..].”*

(Victor Segalen, 1918).

Conforme sugere o lugar-comum, o exotismo se inscreve numa significativa tradição da literatura francesa, cuja genealogia remonta à curiosidade erudita motivada pela descoberta de novos espaços geográficos na Renascença e, por conseguinte, à propagação e recepção dos primeiros *récits de voyages*. Foi assim que o Novo Mundo e seus habitantes não só adquiriram existência narrativa e iconográfica nos relatos dos primeiros viajantes –notadamente, André Thevet (1558), Jean de Léry (1578), Hans Staden (1557) –, mas também forneceram elementos de inspiração aos célebres *Essais* de Michel de Montaigne (1962), escritos em 1572, sintetizado no capítulo *Des Cannibales*, consagrado aos índios Tupinambá<sup>3</sup>.

Mas, ao contrário dos viajantes que relataram suas experiências em terras brasileiras a partir do que puderam observar *in situ*, Montaigne, ele próprio, nunca chegou a se afastar do continente europeu, tampouco viu um índio no *habitat* de origem. Provavelmente, seu único contato com o exotismo de carne e osso aconteceu em 1562, quando esteve na doméstica e pacata cidade de Rouen para participar das festividades organizadas pelo Rei Charles IX e sua mãe, Catarina de Médicis. Na ocasião, autóctones brasileiros, capturados e transportados de suas terras, participaram de uma encenação para compor, em *décor* canibal, um festim real, desnudos e à mostra com seus exuberantes cocares, de plumagens coloridas, a representarem seus rituais de dança em meio ao atônito olhar da corte francesa.

Antes de se tornar tema da reflexão relativista de Montaigne ou povoar os relatos de viajantes, de missionários e de administradores coloniais, a imagem do “outro exótico” e geograficamente distante já havia se transformado em objeto de poder e disputa pela via de mão dupla, então aberta pelo processo de colonização e propagação da fé cristã<sup>4</sup>. Independente das controvérsias quanto à sua forma de representação e, mais grave ainda, quanto à forma violenta de exploração e de expropriação a que fora submetido, o “outro exótico” não deixou, contudo, de continuar instigando e alimentando a imaginação literária e intelectual nos séculos subsequentes<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre o assunto, consultar Montaigne (1962, p. 203); Léry (1994); Thevet (1983); Lestringant (1997).

<sup>4</sup> A este respeito ver Arens (1979) e Greenblat (1993).

<sup>5</sup> Sobre a formação do mito ocidental sobre a produção de alteridades a partir do século XIV e, posteriormente, renascimento ver também: Atkinson (1927); Gerbi (1977); Ceard e Margolin (1987); Hazard (1985); Chinard (1970).

Para que não se perca o fio da meada, convém lembrar que, na língua francesa, a palavra exotismo foi utilizada pela primeira vez por Rabelais, em 1552, no sentido de *marchandise exotique*. Entretanto, somente passou a ser empregada com maior frequência no final do século XVIII, para designar tudo aquilo que não pertencia à civilização de referência de um indivíduo, sobretudo no que concerne às civilizações não ocidentais, isto é, algo que fora trazido de um país distante. Independente de seu uso, a palavra exotismo conservou o significado etimológico de sua forma latina *exoticus* que deriva do grego tardio *exôtikós* (estrangeiro, exterior), formado pela raiz *ék* ou *ek* (movimento para fora)<sup>6</sup>.

No século XVIII, terreno excepcionalmente fértil para a construção e recepção do exotismo na França, o foco de interesse gravitou, muitas vezes, entre variações negativas e positivas relativas aos habitantes do Novo Mundo. A primeira delas, delineada à maneira do Conde de Buffon, em sua *Histoire Naturelle*, escrita entre 1749 e 1788, foi levada ao extremo por Cornélius De Pauw, pelas vias de um etno-pessimismo tropical e, no século seguinte, encontrando sua ressonância maior na “degradação do exotismo”, segundo o corolário racista do Conde Arthur Gobineau (1983, p. 133-1174).

A outra linhagem aqui referida é marcada por visões entusiastas, orientadas pelas reflexões de alguns iluministas. Para essa última genealogia, basta lembrar as *rêveries* de Jean-Jacques Rousseau, inspiradas segundo o ideal *vivre selon la nature* e logo transformadas em culto à imagem do *bon sauvage*, confirmado também por Diderot no *Supplément au Voyage de Bougainville* (1772). Aliás, tem toda razão Jacques Derrida (1967) ao notar que *Tristes Tropiques* de Lévi-Strauss seria uma espécie de combinação feliz entre as *Confessions* de Rousseau (1995, vol. I e II) e o *Supplément* de Diderot (1992).

Foi somente a partir do século XIX que a sedução pelo exotismo deixou de se limitar apenas à América. Começou também a incluir parte do Oriente, como a Índia e a China; além de outras regiões do Extremo Oriente, como Egito, Síria e Arábia – o que veio a ser conhecido como *la renaissance orientale*<sup>7</sup>. Tal sedução não se restringiria

---

<sup>6</sup> Sobre a origem etimológica da palavra exotismo ver: Chantraine (1980, p. 352-53). Ver também *Le Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française* (ROBERT, 1985, T. IV, p. 289). Para a compreensão do surgimento e uso da palavra exotismo na França ver Larrouse (1870, T.7, p. 1199): “[...] qui a été transporté des pays étrangers; qui n’est pas son sol naturel; oiseaux exotiques, fleurs exotiques, meubles exotiques, modes exotiques, drogues exotiques, mœurs exotiques, langues exotiques etc.”

<sup>7</sup> A este respeito ver Schwab (1950).

apenas à especulação filosófica ou ao plano da história, transformando-se logo em poderoso substrato da criação literária, como não desmente o exotismo sentimental nos romances de Chateaubriand, tanto americano quanto oriental, quer seja em *Atala* ([1801] 2006) ou em *Les Natchez* ([1826] 1989).

Já ressaltou Edward Said (1978) que até mesmo Flaubert, com seu acurado senso de estilo, não tardou a se render ao sortilégio do passeio oriental, cultivando, em certos momentos de sua obra, o gosto pelo exotismo voluptuoso, mais claramente evidenciado em *Salambo* (1946), seguido por tantos outros nomes da literatura francesa da época.

Sobre essa matéria, talvez fosse mais justo lembrar que o exemplo máximo da assimilação e conversão da alteridade em pitoresco, mistura de exotismo e erotismo, se materializa, sobretudo, a partir de 1879, nos romances de Pierre Loti (1990, 1991a, 1991b). Oficial da marinha francesa, *doublé* de viajante e escritor, Loti encarnou como ninguém o protótipo do turista moderno, espécie de “proxeneta da sensação do diferente”, reavivando com tonalidades ainda mais picantes o sentimento de viagem e de paisagem como meio de pura evasão. Já Victor Segalen (1978), autor de uma reflexão inacabada, intitulada *Essai sur l'exotisme*, se insurge na cena intelectual francesa, no início do século passado, com o firme propósito de criticar a excessiva banalização do exotismo, então promovido ao mero registro descritivo de impressões superficiais que tendiam a reduzir o outro ao mesmo. Voz dissonante em sua época, Segalen buscou lançar as bases de uma estética centrada na valorização da diversidade, transformando a noção de exotismo em categoria de conhecimento, a partir da própria experiência radical com a alteridade: “*l'exotisme est tout ce qui est autre*” (SEGALEN, 1978, p. 22).

Por outro lado, convém lembrar que Paul Gauguin – bem antes da crítica de Segalen – já havia produzido um dos primeiros *descentramentos* em relação ao ideal estético ocidental, desvinculando o exotismo de seu aspecto meramente pitoresco, ao buscar, no Taiti, um modelo de representação, até certo ponto, imune às demandas da metrópole. Entretanto, esse modelo somente ganharia maior força e autonomia estética com a voga do experimentalismo formal de algumas vanguardas, sobretudo o surrealismo e o cubismo de Picasso inspirado na arte primitiva africana. Da parte de alguns intelectuais franceses, como é o caso de Michel Leiris, André Breton, Georges Bataille e outros, manifestamente, ocorreu um acentuado interesse estético pelo continente africano,

especialmente pela imagem de uma África associada a uma espécie de nostalgia das origens, ao mesmo tempo percebida como força subversiva e libertária capaz de abalar o velho mito de um Ocidente detentor de valores universais<sup>8</sup>. Não se deve minimizar a relevante contribuição da crítica literária ou da cultura, que vai de Mallarmé a Malraux, autor de *Le Musée imaginaire* (1947).

O início da década de 1930, na França, é também marcado pelas primeiras tentativas etnográficas, ainda em contexto colonial, que redundaram na conhecida Missão Dakar-Djibouti, dirigida pelo então aluno de Marcel Mauss, o jovem Griaule, cuja função era a de coletar objetos etnográficos que deveriam complementar e preencher as lacunas das coleções africanas do Museu de Etnografia do Trocadéro, posteriormente, Musée de l’Homme, cujo acervo, atualmente, foi transferido para o Musée du quai Branly<sup>9</sup>.

Aqui vale uma digressão. Não é por acaso que mesmo com a propalada crise da antropologia francesa ou, pelo menos, seu estado de letargia teórica, o apelo à tradição do exótico reste ainda como um de seus maiores capitais simbólicos. Ao que parece, sua melhor ilustração contemporânea é o apregoado e polêmico Musée du quai Branly que, através da uma nova concepção expográfica, exhibe ao promissor mercado do consumo cultural as coleções do velho Trocadéro<sup>10</sup>. Parece sintomático que, no momento em que a antropologia francesa vem perdendo cada vez mais o seu prestígio em alguns centros metropolitanos, notadamente nos Estados Unidos e na Inglaterra, políticas e ações culturais do Estado francês tentem recorrer à alteridade exótica — que outrora conferiu distinção à etnologia francesa — convertendo-a, atualmente, em emblema midiático cujo principal canal de expressão é a nova Université Populaire du Quai Branly, com animada programação, a cargo da romancista, filósofa e etnóloga Catherine Clément, no Teatro Claude Lévi-Strauss.

Retomando o contexto cultural dos anos de 1930, a chamada *art nègre* conheceria um prestígio nunca visto até então, incluindo não só as máscaras e esculturas africanas — disputadas tanto pelo público de museus quanto por colecionadores particulares —, como também a adesão ao modismo de outras tradições de influência africana nos Estados Unidos, como o *jazz* que chegava à Paris na voz de Josephine Baker. Junto a essa nova

---

<sup>8</sup> A este respeito ver Leiris (1996).

<sup>9</sup> A este respeito ver Jamin (1982, p. 69-100).

<sup>10</sup> A este respeito ver L’etoile (2010).



sensibilidade estética, difundia-se o gosto por outros artefatos etnográficos trazidos da Oceania, sobretudo esculturas da Polinésia e da Austrália, e depois, da América, através de totens policromados dos índios Kwakiutl, do Canadá; bastões de dança, da Ilha de Páscoa e até diferentes artefatos da cultura material dos autóctones brasileiros, como arte plumária, cerâmicas, adornos e utensílios variados.

Quase um século depois, em 2009, alguns desses objetos etnográficos compuseram o acervo de uma exposição temporária, no Grand Palais, em Paris, intitulada *Brésil indien: les arts des amérindiens*. A exposição marcou o *Ano do Brasil na França*, e sua última parte foi dedicada à expedição de Lévi-Strauss ao Brasil central, constituindo uma referência ao seu consagrado livro *Tristes Tropiques* que, naquele ano de 2009, completou seu quinquagésimo aniversário.

Caberia aqui outro parêntese, ou seja, retomar a questão inicial sobre o nostálgico *revival* do mundo primitivo – provável herança do rousseanismo – que, além dos *Tristes Trópicos*, conta ainda com uma boa linhagem de autores e obras que exploram o exotismo, indo de Blaise Cendrars (1968), passando por Alain Gheerbrandt, em *Orénoque-Amazonie (1948-1950)* (1993), Lucien Bodart, *Le massacre des indiens* (1969), até tentativas mais recentes, como a de Jean-Christophe Rufin, autor do romance *Rouge Brésil* (2001), ganhador do prêmio Goncourt de 2001. Ainda que tautológica, já não teríamos encontrado a resposta na própria definição do exotismo?

Figura 2 – *Traveller* (1988).

Fonte: Duane Hanson. *Autobody filler*, fibreglass and mixed media, with accessories Life-size.

### *Em busca do exotismo perdido*

*“Je hais les voyages et les explorateurs. Et voici que je m’apprête à raconter mes expéditions.”*

(Claude Lévi-Strauss, 1955)

*“Je ne hais pas les voyages, je hais les conditions, pour un pauvre intellectuel, de voyager. Peut-être que si je voyageais autrement, j’adorerais les voyages. Mais chez les intellectuels qu’est-ce que ça veut dire voyager? Ça veut dire aller faire une conférence à l’autre bout du monde, au besoin, et avec tout ce que ça comporte avant et après: parler avant avec des gens qui vous reçoivent gentiment, parler après avec des gens qui vous ont écouté gentiment, parler, parler, parler... Alors, c’est le contraire du voyage, un voyage intellectuel. Aller au bout du monde pour parler, ce qu’il pourrait faire chez lui, et*

*pour voir des gens avant pour parler, et voir des gens après pour parler : c'est un voyage monstrueux. Alors ceci dit, c'est vrai que je n'ai aucune sympathie pour les voyages. Mais ce n'est pas un principe chez moi, je ne prétends pas avoir raison, dieu merci. Mais pour moi, si tu veux, je me dis "Mais enfin, mais enfin, qu'est-ce qu'il y a dans le voyage ?" D'une part, ça a toujours un petit côté de fausse rupture. Ça, je dirais, c'est le premier aspect, moi... qu'est-ce qui me gêne, je réponds uniquement pour moi, qu'est-ce qui me rend le voyage antipathique?..."*

(Gilles Deleuze, 1988-1989)<sup>11</sup>

De maneira percuciente, Claude Lévi-Strauss apresenta algumas pistas para a resposta da primeira parte da questão. Segundo ele, as principais responsáveis pelo grande equívoco foram as narrativas de viagem e, de forma implícita, poderíamos também aludir à figura do exotismo nelas consignada. De acordo com a perspectiva do autor de *Tristes Trópicos*, as narrativas “criam a ilusão daquilo que não existe mais e que ainda deveria existir” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 38), caso a propalada civilização ocidental não o tivesse destruído<sup>12</sup>. É bem possível ser esta a irremediável constatação que o tenha levado a declarar, logo na página inaugural dos seus *Tristes Trópicos*, ser ele, em particular, um viajante que odeia as viagens e os exploradores e, mais adiante, sentenciar que as viagens “[...] é nossa imundície lançada à face da humanidade” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 35).

Evidentemente, a sua famosa declaração de princípio incide menos sobre o ato subjetivo da viagem em si, pensado enquanto encontro etnográfico com novas realidades, do que sobre os seus efeitos reais, provocados por sucessivos surtos exploratórios que a humanidade veio a conhecer, sobretudo a partir do século XVI, oriundos da expansão colonial europeia. Os últimos grandes impérios coloniais desapareceram por volta da primeira metade do século XX, mas deixaram marcas indeléveis como legados a diferentes povos.

Tal questão passou a ser crucial para boa parte da antropologia realizada na primeira metade do século passado, orientada por uma espécie de má consciência em relação à civilização ocidental. Não é sem razão que *Tristes Trópicos* tornou-se referencial

---

<sup>11</sup> Registro documental de uma série de entrevistas de Gilles Deleuze a Claire Parnet entre os anos 1988-1989, intitulado *L'abécédaire de Gilles Deleuze*, dirigido por Pierre-André Boutang, e lançado em 1996.

<sup>12</sup> Para as citações que se seguem recorreremos à tradução brasileira de Rosa F. de Aguiar (1996).

crítico imbatível relacionado a uma visão de Brasil, apreendida por meio de um processo de corrosiva transformação, especialmente no que diz respeito às populações autóctones.

Neste sentido, praticar a etnologia, segundo Lévi-Strauss, pelo menos na época dos pioneiros, era também, em um primeiro momento, poder ainda experimentar uma boa dose de exotismo, diz ele: “é assim que me identifico, viajante, arqueólogo do espaço, procurando em vão reconstituir o exotismo com o auxílio de fragmentos e de destroços” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 39). Como os dois viajantes belgas, personagens de Joseph Conrad (1971), que em pleno interior quase impenetrável da África Negra vaticinavam, melancólicos, a chegada inevitável da Civilização<sup>13</sup> – a rua, a avenida, a cidade –, Lévi-Strauss, também, não deixa por menos o seu descontentamento ao pisar pela primeira vez nas ruas do Rio de Janeiro. Decepcionado ante as evidências do processo civilizatório, reporta-se ao prodigioso espetáculo testemunhado pelo olhar de seus antecessores, os antigos viajantes: “ando pela avenida Rio Branco onde outrora erguiam-se as aldeias tupinambá, mas carrego no bolso Jean de Léry, breviário do etnólogo” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 77). Só que nem Léry, no século XVI, nem Bougainville (1980), em *Voyage autour du monde (1771)*, no século XVIII, conseguiram perceber a riqueza e o significado dessa diversidade *primeva* – pondera Lévi-Strauss. O que o leva, ele próprio, a se lamentar “diante das sombras”, isto é, daquilo que os antigos viajantes tiveram ainda o privilégio de apreciar, ou seja, o exotismo em sua plenitude ou em seu estado “mais puro”, menos “contaminado”, menos “corrompido”, embora lhes faltasse a capacidade de discernimento.

Séculos mais tarde, naquele mesmo local, já investido na pele do viajante moderno, com a consciência infeliz da perda, o autor dos *Tristes Tropiques* se vê ali “correndo atrás dos vestígios de uma realidade desaparecida” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 39). Com efeito, são os afastamentos máximos, traduzidos pelo grau mínimo de contato entre alguns grupos indígenas e a civilização, o que de fato sempre o seduziu como realidade etnográfica em sua estada brasileira. Explica-se daí o seu desinteresse por um Brasil que se modernizava, cuja população urbana se multiplicava a cada dia na época em que ele esteve no Brasil. Desprezo também por formas dinâmicas e híbridas da cultura urbana e rural, com suas manifestações sincréticas variadas, estudadas por Bastide e

---

<sup>13</sup> A este respeito vide Conrad (1971).

outros estrangeiros que vieram a se interessar pelo Brasil. Mesmo com o recuo do tempo, enquanto escrevia seus *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss não consegue se desvencilhar da imagem fantasmática de um país exótico, recuperado pela memória involuntária e notas de campo, restituídas pelas “*intermittences du coeur*” metaforizadas em ruínas:

[...] como feixes de palmeiras torneadas, ocultando arquiteturas bizarras, tudo isso banhado num cheiro de defumador, detalhe olfativo introduzido subrepticamente, ao que parece, pela homofonia inconsciente apreendida das palavras Brasil e Brasileiro, e que, mais do que qualquer experiência adquirida, explica que ainda hoje eu pense primeiro no Brasil como num perfume queimado (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 39).

Mas, se em relação ao fim do exotismo Lévi-Strauss chegou a reconhecê-lo como uma inevitável consequência da ocidentalização e, mais recentemente, da mundialização da economia e da cultura, já em relação aos viajantes modernos, provavelmente representados pela figura do turista, sua opinião parece não divergir muito daquela firmada já na década de 1950, em artigo intitulado *O Fim das Viagens*, publicado em revista de crítica literária na França, onde observa que

[...] os cavaleiros da aventura [...] seriam então sábios em procurarem posições alternativas durante os tempos difíceis que transcorrerão entre o momento em que a pretendida exploração terá definitivamente perdido sua máscara exótica e aquele em que se poderá empreender sobre a superfície da lua ou de marte as grandes viagens renovadas do século XVI, em cápsulas de matéria plástica (LÉVI-STRAUSS, 1956, p. 29-32).

Figura 3 – *Walé Asongwaka takes off. Avio êkîno bëndélé, walé áyôlí ndé bókôma w'ilàka.*



Foto: Patrick Willocq.

### O exótico reinventado: mercado, consumo, estereótipos étnicos e suas estratificações assimétricas

*“[...] Oui, alors en tout cas, j’ai pas besoin de bouger. Moi, toutes les intensités que j’ai, c’est des intensités immobiles. Les intensités, ça se distribue ou dans l’espace, ou bien dans d’autres systèmes, pas forcément dans l’espace extérieur. Moi, je t’assure que quand je lis un livre que j’admire, que je trouve beau, ou quand j’entends une musique que je trouve belle, vraiment, alors j’ai le sentiment de passer par de telles étapes, jamais un voyage ne m’a donné de pareilles émotions... Alors pourquoi j’irais les chercher, ces émotions-là qui ne me conviennent pas très bien alors que je les ai pour moi en plus beau dans des systèmes immobiles comme la musique ou comme la philosophie? Il y a une géo-musique, il y a une géo-philosophie, je veux dire c’est des pays profonds, hein. Ben c’est plus mes pays, oui...”*

(Gilles Deleuze, 1988-1989).

Se a máscara do exotismo já não mais possui a força e o significado de outrora, cedendo lugar à diferença enquanto categoria heurística para pensar a alteridade, mais oportuno, neste caso, seria indagar por que a figura do exotismo, mesmo em tempos magros e de crise, de “mundialização da cultura” e de tantas outras revisões críticas pós-coloniais, ainda hoje é capaz de encontrar expressiva recepção na cultura francesa e, de resto, em outros países da Europa.

Uma das hipóteses, não a única, seria a de que a indústria cultural, a economia do turismo e, portanto, a lógica de mercado, criaram condições favoráveis para transformar o exótico em produto de importação e exportação rentável em escala mundial, variando de acordo com os interesses e demandas de gostos e lugares. Não se imagine, porém, que estamos diante de um quadro inteiramente novo. Já no início do século passado, Victor Segalen e outros autores apontavam para os perigos da excessiva banalização do exótico, da homogeneização dos indivíduos e das paisagens geográfico-culturais. As principais responsáveis seriam, segundo eles, a indústria do turismo e economia de mercado que, cada vez mais, tendiam a reduzir a percepção e representação do outro à simples caricatura de uma velha Europa irremediavelmente exaurida de seus próprios valores.

De certo modo, essa realidade ganhou contornos mais visíveis no mundo contemporâneo. Os *fronts* turísticos brasileiros, veiculados nas peças publicitárias internacionais, por exemplo, continuam apelando para a imagem de um país diversificado em suas matrizes étnicas e, geograficamente, também, privilegiado para usufruto do tempo livre, evasão e devaneio de turistas estrangeiros, que efetivamente possuem maior peso de rentabilidade nesse mercado.

Ora, tentar dar conta da imagem de qualquer país é tarefa sempre muito arriscada. Todavia, isso tem se tornado uma regra corriqueira na lógica do turismo massivo. Ao se encontrar temporariamente em um lugar diferente do que lhe é familiar, o turista, em geral, contenta-se simplesmente em contemplar o pitoresco, raramente pretende colher e, menos ainda, aprofundar informações. Além do que, muito frequentemente, o turista já traz consigo uma espécie de *script* previamente definido, antes mesmo de deixar o seu país de origem. Geralmente, o que mais lhe motiva é, antes de tudo, um conjunto ou coleção de signos que traduza o local de destino, podendo este ser absorvido

antecipadamente por meio de fotos, cartões-postais, os famosos guias, filmes e outros recursos, necessitando apenas da comprovação *in loco*.

Curioso, mas compreensível, o fato é que os nativos já despertaram para essa realidade, na medida em que eles próprios se tornaram protagonistas importantes no processo de construção e negociação do exotismo em sua própria casa. Para que se confirme o prognóstico do mercado, tanto mais bem sucedido será o exótico quanto mais forem atendidas e realizadas as fantasias e expectativas do consumo externo. Se aplicado corretamente este corolário, deve ele garantir, em boa parte, a sobrevivência material e manutenção de diferentes tipos de estereótipos sobre o país receptor. Neste caso, quanto mais pitoresco o outro, maior sedução despertará no visitante apressado que busca apenas a comprovação daquilo que já tem por certo, através do testemunho visual e instantâneo de suas próprias fantasias.

Não se subestime, entretanto, a capacidade e argúcia dos nativos que, por meio da persuasão narrativa de suas histórias, conseguem muito bem “empacotar” a cultura local, deixando-a ainda mais arredondada, conforme o gosto da clientela estrangeira. Seguindo esse tipo de raciocínio, a maior arte do convencimento reside em criar, a partir do falso, a ilusão do genuinamente autêntico e residual, como traço e prova de uma cultura que, bem ou mal, ao olhar do outro estrangeiro, deixe transparecer a ilusão de que continua resistindo heroicamente às transformações do tempo – já que o aspecto dinâmico e transformador de toda cultura parece interessar apenas aos antropólogos.

Daí o cuidado dos protagonistas nativos, de “traficantes do exótico”, de “proxenetas do exótico”, muitas vezes com a conivência dos próprios autóctones, em mascarar as discontinuidades e os influxos externos que, eventualmente, possam vir a fraturar as imagens que a maioria dos estrangeiros ainda insiste em levar do Brasil ou de outros países, evitando a todo custo frustrar os sedimentados clichês que eles acreditam ouvir e ver em torno do espectro de um Brasil intemporal, por isso mais próximo da natureza e mais submetido às suas leis: primitivo, instintivo, sensitivo, arcaico e oral.

Entretanto, se há imagens a serem consumidas pelos de fora, há também as representações de dentro, apreendidas pelo olhar de diferentes camadas da população brasileira. O certo é que entre ambas dificilmente encontrar-se-á alguma correspondência. Até porque o bem mais precioso, cultivado pelas elites nativas, que puderam viajar para



fora do país, durante muito tempo foram os atrativos da cultura material consignados pela chamada “civilização” e, por extensão, ocidentalização do mundo.

Eis como se opera o jogo antagônico de interesses. Enquanto os nativos corriam atrás da propalada civilização, da práxis do progresso e dos bens materiais dele decorrente, europeus desembarcavam no Brasil ávidos de sol, de natureza, atrás dos últimos vestígios da cultura imaterial: exotismo em estado “mais puro”.

Deste modo, o *pathos* melancólico do exotismo perdido, de Lévi-Strauss, ganha na versão nativa a “síndrome” de nostalgia da civilização, complexo de “atraso” e outras sintomatologias de uma cultura que foi colonizada. Basta lembrar a referência anedótica ao poeta parnasiano brasileiro Olavo Bilac, um verdadeiro *dépaysé* em seu próprio país. Sobre isso, comenta um crítico literário:

Se Bilac ficar aqui no Rio de Janeiro a passear entre o Beco das Cancelas e a Rua da Vala morre da pior das nostalgias, a nostalgia de Paris [...] Só no início do século XX havia de iniciar um ciclo de viagens anuais a Paris. Lá confessaria Bilac que detestava a natureza. Nunca dissera isso a pessoa alguma, porque lhe ficaria muito mal como poeta, no Brasil, revelar tais sentimentos, mas a verdade era essa: só apreciava ambientes urbanos e civilizados (BRITO BROCA, 2005, p. 93).

Também não é menos verdade que os atrativos de consumo dos setores médios e altos da sociedade brasileira contemporânea, já algum tempo atrás, tenham se deslocado para o mundo norte-americano tecnologicado dos bens, com seu inumerável *display* de artefatos *high tech*, ao mesmo tempo aumentando o gosto pela evasão e entretenimento do mundo espetacularizado das réplicas ou simulacro. Isto compreende paisagens medievais, góticas e renascentistas, cenários glaciais com esquimós de cera, *habitat* natural com cópias em escala real dos índios Chinook, Iroquois, Algonquian e Kwakiutl, disputando a atenção dos turistas ao lado de holografias *pop* e virtualidades que conferem à paisagem dos Estados Unidos o lado único e sedutor do simulacro.

Entretanto, guardadas as devidas proporções, a reprodução do “impuro exótico” não é mais privilégio exclusivo da sociedade norte-americana. Paisagens longínquas são também remontadas em diferentes regiões do Brasil, compondo mirabolantes cenários de *shoppings*, de *resorts*, de parques temáticos e de espaços de entretenimento urbanos,

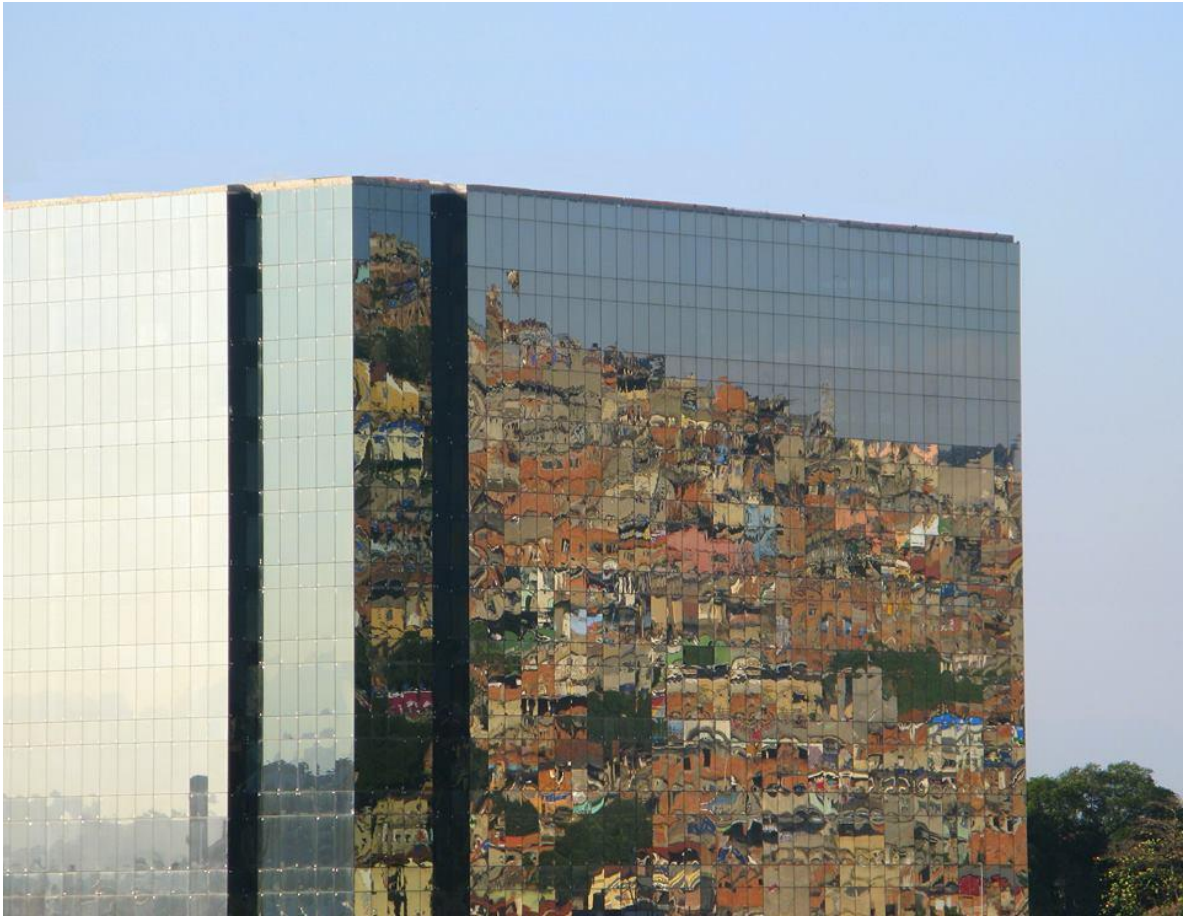
negociados a preço módico pelas agências de viagem, segundo a lógica massiva do turismo interno.

Se as representações estereotipadas do Taiti, com suas cabanas, servidas por jovens nativas com adereços florais, podem ser encontradas facilmente em qualquer praia do Nordeste brasileiro, dunas de areia do litoral cearense e potiguar podem muito bem se metamorfosear no Saara, incluindo, na estadia do turista, passeios de camelo conduzidos por algum camponês nordestino travestido de berbere. Já no Brasil Central – onde Lévi-Strauss realizou sua meteórica incursão etnográfica entre os índios Cadiueu, Bororo e Nambiquara –, conhecida também como a região do Pantanal, o turismo rural oferece atualmente confortáveis *lodges* e safáris domésticos monitorados por informantes nativos bilíngues; enquanto no alto Amazonas o turismo ecológico apresenta como opção incursões na selva, com direito a recepção e pernoite em comunidades indígenas, com cabanas estilizadas, consulta com o xamã e exibição performática de rituais diversos.

Já no Sul do país são os Alpes suíços, as cenografias alemãs ou escandinavas que servem de pano de fundo para aqueles que procuram temperaturas invernais e encantos que chegam a lembrar certas paisagens europeias. Também há os que preferem experimentar a ilusão de um Brasil mais autêntico, através do chamado turismo cultural, interagindo com manifestações da cultura popular, tais como: o Boi do Maranhão, o Maracatu de Pernambuco, a Ala das Baianas da Mangueira, a Bateria da Mocidade Independente de Padre Miguel, entre outras tantas ofertas disponíveis atualmente no mercado cultural.

Vale a pena, inclusive, ressaltar que algumas dessas tradições locais foram destaque no VII Festival de Dança de Lyon, em 1996, causando deslumbre no público francês. O mesmo interesse em relação ao exótico folclorizado já havia se mostrado em 1987, por ocasião da exposição *Brésil Arts Populaires*, no Grand Palais enquanto que o exótico primitivo se encontrou representado na amostra *Brésil indien: les arts des amérindiens*, em 2005.

Figura 4 - *A tale of many cities: Rio de Janeiro, Brazil.*



Fonte: Paul Clemence.

### **Das assimetrias e seus reflexos**

*“[...] C’est mes terres étrangères à moi, alors je les trouve pas dans les voyages, non.”*

(Gilles Deleuze, 1988-1989).

Independentemente dos contornos ou matizações ideológicas que chegam a adquirir as diferentes formas e conteúdos das imagens do Brasil na França, a figura do exotismo não deixa de se impor, ainda hoje, como uma espécie de paradoxo constitutivo.

Isto porque o seu próprio ponto de partida já indica uma relação assimétrica, estabelecida entre dois universos culturais distintos, podendo ser traduzida por meio de um conjunto de valores, mediados por uma cultura que resolve definir e balizar previamente as regras que conduzem e legitimam esse tipo de relação.

Com efeito, tais regras impõem sua preferência por um objeto que lhe é absolutamente exterior ou estranho, isto é, povos e culturas longínquas. Neste caso, a outra parte envolvida na relação, que é o próprio objeto investido, ou seja, a cultura de outrem (tendo como atributo ser exótica) transforma-se em mera formulação e valorização de um ideal, em princípio, baseado na afirmação da alteridade, porém, visualizado da perspectiva de quem o nomeia ou professa o exotismo, mas que dele se conserva imune em sua cultura de origem.

E não é por mera casualidade que, ao se estabelecer uma relação norteada pela valorização do elemento exótico, haja sempre a maior preponderância de determinados conteúdos valorativos sobre outros, frequentemente ditados pelos velhos pares de oposição, pensados a partir de cultura x natureza, progresso x arcaísmo, escrita x oralidade, artificialismo x espontaneidade, somando-se a outros do gênero, mediados, é claro, por certo relativismo.

Entretanto, da perspectiva eurocêntrica, tem sido a imagem de um mundo representado em franca desapareição, orientada pela alegoria da natureza e, de certo modo, resultado ora da alternância, ora da justaposição do primitivismo e do arcaísmo, o que, efetivamente, tem conferido à figura do exotismo sua maior legitimidade no mundo ocidental. Basta lembrar o ápice das comemorações do *Année du Brésil en France* (2005) que resultou na participação de artistas brasileiros no já tradicional concerto na Praça da Bastilha, as vésperas do *14 juillet*, com o frenético e delirante repertório que contemplou desde o samba, passando pelo pagode até a *axé music*. O resultado não poderia ser diferente. Os franceses mais uma vez se rendiam diante do velho *script*: povo alegre, cordial, "país do carnaval" já prenunciado em matéria do *Le Monde* sob o título "*Le 'pays de braise' entend prend la Bastille le 13 juillet*" (MORTAIGNE, 13/07/2005).

Clichês dessa natureza se confirmaram até mesmo no 18º Salão do Livro, realizado em Paris, em 1998, onde a literatura brasileira (meio editorial e traduções) foi o principal destaque do evento. Embora se tratando de uma manifestação da chamada

cultura erudita brasileira, o símbolo que serviu de logomarca para o evento trazia estampada a imagem colorida de um pássaro típico da floresta amazônica, catalogada e reverenciada pelos primeiros naturalistas franceses do século XVIII que aqui chegaram. E como não bastasse a irônica coincidência, a exótica ave aparecia segurando pelo enorme bico verde e amarelo alguns exemplares de livros, como se quisesse, com esse gesto, mediar a passagem do mundo da natureza para o da cultura, da oralidade, como inscrição do exótico, à palavra escrita, como marca da civilização. Infelizmente, as assimetrias das relações em que se apoiam a figura do exotismo produzem alguns desses equívocos que, até hoje, tem provocado distorções diversas no campo da cultura e de suas representações.

### Referências

ARENS, William. **The Man-Eating Myth: Anthropology and Anthropophagy**. New York: Oxford University Press, 1979.

ATKINSON, Geoffroy. **Les Relations de voyages du XIVe siècle et l'évolution des idées**. Contribution à l'étude de la formation de l'esprit du XVIIIe. Paris: E. Champion, 1927.

BASTIDE, Roger. **Brasil: terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1959.

BODART, Lucien. **Le massacre des indiens**. Paris: Gallimard, 1969.

BORGES, Jorge Luis. El idioma analítico de John Wilkins. In: **Obras Completa (1923-1972)**. Buenos Aires: Emecé, 1984. p. 706-709.

BOUGAINVILLE, Louis-Antoine. **Voyage autour du monde (1771)**. Paris: Maspero, 1980.

CEARD, Jean; MARGOLIN, Jean-Claude. **Voyager à la Renaissance**. Paris: Maisonneuve & Larouse, 1987.

CENDRARS, Blaise. **Œuvres complètes**. Paris: Le Club Français du Livre, 1968.

CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque**. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1980.

CHATEAUBRIAND, François-René de. **Atalá (1801)**. Paris: Hachete, 2006.

\_\_\_\_\_. **Les Natchez** (1826). Paris: Livre Poche, 1989.

CHINARD, Gilbert. **L'Amérique et le rêve exotique dans la littérature française au XVIe et au XVIIe siècles (1913)**. Genève: Slatine Reprints, 1970.

CONRAD, Joseph. **Heart of Darkness**. New York: Norton Critical Editions, 1971.

DELEUZE, Gilles. **Mille Plateaux**. Paris: Minuit, 1980.

DERRIDA, Jacques. **De la Grammatologie**. Paris: Minuit, 1967.

DIDEROT, Denis. **Supplément au voyage de Bougainville et autres œuvres morales (1772)**. E. Tassin éd. Paris: Presses Pocket, 1992. (Coll. Agora).

FLAUBERT, Gustave. **Salambo (1862)**. In: **Oeuvres**. Paris: Gallimard, 1946.

GHEERBRANDT, Alain. **Orénoque-Amazonie (1948-1950)**. Paris: Folio, 1993.

GREENBLAT, Stephen. (Ed). **New Encounters**. Berkeley: University of California Press, 1993.

GERBI, Antonio. **La Disputa del Nuovo Mondo**. Storia di una polemica: 1750-1900. Milan-Naples: La Nuova Italia, 1977.

GOBINEAU, Joseph Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines (1853)**. Paris: Gallimard Pléiade, 1983. p. 133-1174.

HAZARD, Paul. **La crise de la conscience européenne, 1680-1715**. Paris: Fayard, 1985.

JAMIN, Jean. **Objets trouvés des paradis perdus. A propos de la Mission Dakar-Djibout, 1931-1933**. In: HAINARD, Jacques; KHAER, Rolland. **Collections passion**. Neuchâtel: Musée d'Ethnographie de Neuchâtel, 1982. p. 69-100.

L'ABÉCÉDAIRE de Gilles Deleuze, avec Claire Parnet. Dir. Pierre-André Boutang. França, 1996.

LARROUSE, Pierre. **Grand Dictionnaire Universel du XIXe siècle**. T. 7. Paris, 1870.

LEIRIS, Michel. **Afrique Fantôme**. Paris: Gallimard, 1996.

LÉRY, Jean de. **Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil** (2<sup>e</sup> éd., 1580). Texte établi, présenté et annoté par Frank Lestringant, précédé d'un entretien avec Claude Lévi-Strauss. Paris: Le Livre de Poche, 1994. (Coll. Bibliothèque classique).

LESTRINGANT, Frank. **Le Brésil d'André Thevet**. Les Singularités de la France Antarctique (1557). Édition intégrale établie, présentée et annotée par Frank Lestringant. Paris: Chandeigne, 1997. (Coll. Magellane).

L'ESTOILE, Benoît. **Le goût des Autres**: de l'Exposition coloniale aux Arts premiers. Paris: Flammarion, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Tropiques**. Paris: Plon, 1955.

\_\_\_\_\_. **Tristes Trópicos**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. La Fin des Voyages. **L'Actualité Littéraire**, n. 25, Nouvelle série, p. 29-32, juil. 1956.

\_\_\_\_\_. Le droit au Voyage. **L'express**, n. 274, p.16, 21 sept. 1956.

LOTI, Pierre. **Aziyadé, suivi de Fantôme d'Orient** (1879). Paris: Gallimard, 1991a. (Coll. Folio Classique).

\_\_\_\_\_. L'Inde (sans les Anglais). In: **Voyages (1872-1913)**. Paris: Robert Laffont, 1991b.

\_\_\_\_\_. **Madame Chrysanthème (1887)**. Paris: Flammarion, 1990.

MALRAUX, André. **Le Musée Imaginaire**. Paris: Albert Skira, 1947.

MONTAIGNE, Michel de. Essais (Livre III, chap. 6). In: **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard-Pléiade, 1962.

\_\_\_\_\_. Des Cannibales. Essais (1580-1588). Livre I, Chp. 31. In: **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard-Pléiade, 1962.

MORTAIGNE, Véronique. Le “pays de braise” entend prendre la Bastille le 13 juillet. **Le Monde**, 13/07/2005. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/societe/article/2005/07/13/le-pays-de-braise-prend-la-bastille-le-13-juillet-au-soir\\_672070\\_3224.html](http://www.lemonde.fr/societe/article/2005/07/13/le-pays-de-braise-prend-la-bastille-le-13-juillet-au-soir_672070_3224.html)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

RENÉ, Gérard. **L’Orient et la pensée romantique allemande**. Paris: Marcel Didier, 1963.

ROBERT, Paul. **Le Robert**. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. T. IV. Paris: Le Robert, 1985.

RUFIN, Jean-Christophe. **Rouge Brésil**. Paris: Gallimard, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Essais sur l’origine des langues (1781)**. Paris: Gallimard, 1990.

\_\_\_\_\_. **Les Confessions (1782-1789)**. V. I e II. Paris: Imprimerie Nationale Éditions, 1995.

SAID, Edward. **Orientalism**. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

SCHWAB, Raymond. **La Renaissance Orientale**. Paris: Payot, 1950.

SEGALEN, Victor. **Essai sur l’exotisme, une esthétique du divers**. Paris: Fata Morgana, 1978.

THEVET, André. De “l’Amérique en general”. In: **Singularités de la France Antartique (1557)**. Paris: La Découverte, Maspero, 1983.